

UNIVERSIDADE ABERTA



UNIVERSIDADE
AbERTA
www.uab.pt

**PRESERVAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE COLEÇÕES DO NÚCLEO DE
DOCUMENTAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ÉVORA NA REDE DE
BIBLIOTECAS DE ÉVORA**

Orlanda Maria Barradas da Silva

Mestrado em Gestão da Informação e Bibliotecas Escolares

Lisboa, 2024

UNIVERSIDADE ABERTA



**PRESERVAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE COLEÇÕES DO NÚCLEO DE
DOCUMENTAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ÉVORA NA REDE DE
BIBLIOTECAS DE ÉVORA**

Orlanda Maria Barradas da Silva

Mestrado em Gestão da Informação e Bibliotecas Escolares

Trabalho de projeto orientado pela Professora Doutora Glória Bastos

Lisboa, 2024

DECLARAÇÃO DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este trabalho académico pode ser utilizado por terceiros desde que respeitados os direitos de autor e direitos conexos, podendo ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Licença concedida aos utilizadores deste trabalho:



Atribuição-NãoComercial CC BY-NC <https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/>

AGRADECIMENTOS

À Professora Doutora Glória Bastos, em particular, a minha gratidão pela orientação, disponibilidade e sabedoria, basilares no meu percurso.

À Professora Doutora Ana Novo e Professora Doutora Teresa Cardoso, corpo docente do Mestrado em Gestão da Informação e Bibliotecas Escolares, pela dedicação na formação e apoio dado aos alunos.

Ao Dr. Miguel Pedro, Chefe da Divisão de Cultura e Património da CME, por ter autorizado e apoiado este trabalho de projeto.

Ao Eduardo Luciano, pelo apoio e ajuda neste percurso, como força silenciosa e constante.

À minha Família.

Aos colegas de trabalho do Núcleo de Documentação da CME.

À Câmara Municipal de Évora.

À Rede de Bibliotecas de Évora.

DEDICATÓRIA

Para a Mulher mais importante da minha vida:
Maria Antonieta Mendes Barradas da Silva (1951-2016).

Por todo o amor, dedicação e confiança.
E pelas sábias palavras, que não esqueço!

Obrigada, Mãe.



DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE STATEMENT OF INTEGRITY

Declaro ter atuado com integridade na elaboração da presente dissertação/tese. Confirmo que em todo o trabalho conducente à sua elaboração não recorri à prática de plágio ou a qualquer outra forma de falsificação de resultados.

Mais declaro que tomei conhecimento integral do Regulamento Disciplinar da Universidade Aberta, publicado no Diário da República, 2.^a série, n.º 215, de 6 de novembro de 2013.

I hereby declare having conducted my thesis with integrity. I confirm that I have not used plagiarism or any form of falsification of results in the process of the thesis elaboration.

I further declare that I have fully acknowledged Disciplinary Regulations of the Universidade Aberta (regulation published in the official journal Diário da República, 2.^a série, N.º 215, de 6 de novembro de 2013).

Universidade Aberta, 23 de dezembro de 2024

Nome completo/Full name: Orlanda Maria Barradas da Silva

Assinatura/Signature:

manuscrita ou digital / handwritten or digital

RESUMO

Na Sociedade da Informação e do Conhecimento, a tecnologia apresenta-se como uma forma mais atrativa para o acesso à informação. Assim, os serviços de informação devem considerar e valorizar a inserção das suas coleções na sociedade tecnológica, com o objetivo de chegar a um público mais vasto. Neste contexto, destacamos a digitalização, enquanto estratégia de preservação da informação e conservação dos documentos originais.

Este projeto surgiu de uma situação intuída como problemática em contexto profissional, no Núcleo de Documentação da Câmara Municipal de Évora – a preservação da informação. O objetivo central consistiu em identificar os documentos que se deveriam digitalizar, tendo em vista a preservação e a divulgação da informação na Rede de Bibliotecas de Évora, sabendo que não é possível digitalizar toda a coleção, seja pelos custos seja pelo volume de trabalho que isso acarreta. Assim, é necessário definir critérios que permitam selecionar documentos para digitalização.

Como tal, levámos a cabo uma avaliação/análise de parte da coleção (Arqueologia), realizámos um inquérito dirigido aos professores de História e aos professores bibliotecários das escolas do Ensino Secundário (ES), parceiras da Rede de Bibliotecas de Évora, organizando este trabalho de projeto em três fases: planeamento, desenvolvimento e avaliação. No que respeita à recolha de dados, optámos pela notação (observação direta da coleção) e pelo inquérito por questionário. Relativamente à análise dos dados, recorreremos à estatística descritiva.

No que se refere aos resultados, alcançámos um conhecimento claro e profundo da parte da coleção em estudo, relativamente ao estado de conservação, ao uso efetivo e aos conteúdos considerados relevantes para os alunos do ES, permitindo a seleção de documentos para digitalização.

Palavras-chave: Preservação da Informação; Critérios de seleção; Digitalização; Câmara Municipal de Évora; Rede de Bibliotecas de Évora.

ABSTRACT

In the Information and Knowledge Society, technology presents itself as a more attractive way of accessing information. Information services must therefore consider and value the inclusion of their collections in the technological society, with the aim of reaching a wider audience. In this context, we highlight digitisation as a strategy for preserving information and conserving original documents.

This project arose from a problematic situation in a professional context at the Documentation Services of the Municipality of Évora - the preservation of information. But which documents should we digitise with a view to preserving and disseminating information in the local School Library Network, knowing that we can't digitise the entire collection, either because of the costs or because of the amount of work involved. We therefore need to define criteria for selecting documents for digitisation, with the aim of reaching secondary school students.

As such, we carried out an evaluation/analysis of part of the collection (Archaeology), carried out a survey aimed at history teachers and librarians at secondary schools, partners of the RBEV, organising this project work into three phases: planning, development and evaluation. As far as data collection is concerned, we opted for notation (direct observation of the collection) and a questionnaire survey. We used descriptive statistics to analyse the data.

As a result, we achieved a clear and in-depth knowledge of the part of the collection under study, in terms of its state of conservation, its actual use and the content considered relevant to secondary school students, enabling the selection of documents for digitisation.

Keywords: Preserving Information; Selection criteria; Digitalisation; Municipality of Évora; Évora Library Network.

ÍNDICE GERAL

AGRADECIMENTOS	iii
DEDICATÓRIA	iv
DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE	v
RESUMO	vi
ABSTRACT	vii
ÍNDICE GERAL	viii
ÍNDICE DE TABELAS	xi
ÍNDICE DE FIGURAS	xi
LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS	xiii

INTRODUÇÃO	1
-------------------------	----------

PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1. SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO E PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA	8
1.1. A digitalização e a preservação da memória	11
2. COOPERAÇÃO E COLABORAÇÃO PARA A PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA E DIVULGAÇÃO DE COLEÇÕES	26
2.1. A RBE e o trabalho em rede	34
2.1.2. A Rede de Bibliotecas de Évora	41

PARTE II – O PROJETO DE DIGITALIZAÇÃO

3. CONTEXTUALIZAÇÃO	45
4. INSTRUMENTO DE PREPARAÇÃO DO PROJETO	50
4.1. Análise das necessidades.....	50
4.2. Análise de diagnóstico	51
4.3. Identificação de recursos e meios de ação	56
4.4. Determinação das prioridades	57

4.5. Análise das contingências.....	58
5. DESCRIÇÃO DAS ESTRATÉGIAS DE AÇÃO	59
5.1. Identificação dos conteúdos de ação	65
5.2. Resultados e impactos dos objetivos	68
6. AVALIAÇÃO DO PROJETO	70
6.1. Avaliação de processo	70
6.2. Avaliação de resultados	71
7. DESENVOLVIMENTO DO PROJETO/PLANO DE AÇÃO	73
7.1. Análise da coleção	75
7.2. Questionário: Relevância pedagógica da coleção	79
7.2.1. Resultados do questionário	80
7.3. Proposta de uma metodologia de ação para a digitalização e divulgação da coleção.....	92
 CONCLUSÕES	 96
 BIBLIOGRAFIA.....	 103
 APÊNDICES.....	 112
APÊNDICE I: Quadro com sistematização da investigação.....	113
APÊNDICE II: Matriz para a elaboração do inquérito por questionário	115
APÊNDICE III: Recolha de dados centrados na coleção	117
APÊNDICE IV: Recolha de dados centrados no uso da coleção.....	133
APÊNDICE V: Inquérito por questionário.....	141
APÊNDICE VI: Tratamento de dados relativo ao inquérito por questionário.....	159
APÊNDICE VII: Proposta de metodologia de ação para a digitalização e divulgação dos recursos identificados.....	170
APÊNDICE VIII: Quadro com a sistematização do processo avaliativo da parte prática do projeto	178
APÊNDICE IX: Recursos com conteúdo relevante para os alunos do ES, na disciplina de História	180
APÊNDICE X: Recursos selecionados para digitalização	183
 ANEXOS	 188
ANEXO I: RBEV: Protocolo de Cooperação	189

ANEXO II: Autorização para realização do trabalho de projeto no ND da Câmara Municipal de Évora	197
ANEXO III: Solicitação de contactos, dos Agrupamentos de Escolas do concelho de Évora, à RBEV	199
ANEXO IV: Autorização dos Agrupamentos de Escolas do concelho de Évora, parceiros da RBEV, para realizar o inquérito	201
ANEXO V: Envio do inquérito aos professores bibliotecários e aos professores de História das escolas secundárias, parceiras da RBEV	204
ANEXO VI: Apelo à participação no inquérito por questionário	206

ÍNDICE DE TABELAS

TABELA 1: Critérios de seleção para priorização das coleções a digitalizar.....	23
TABELA 2: Quadro de apoio no processo de seleção para digitalização.....	24
TABELA 3: Descrição da coleção	54
TABELA 4: Descrição da parte da coleção – subclasses 902 e 903 da CDU	54
TABELA 5: Atores envolvidos no projeto e respetivos papéis	65
TABELA 6: Quadro de recolha de dados centrados na coleção	67
TABELA 7: Quadro de recolha de dados centrados no uso da coleção.....	68
TABELA 8: Datas da coleção	76
TABELA 9: Análise das frequências de conservação	77
TABELA 10: Análise das frequências de circulação utilização	78
TABELA 11: Idade dos inquiridos.....	81
TABELA 12: Quadro-síntese das respostas obtidas na III parte do questionário (questões 1 a 4)	89
TABELA 13: Quadro-síntese das respostas obtidas na III parte do questionário (questão 5)	90
TABELA 14: Critérios de prioridade para o processo de digitalização	93

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1: Ciclos de vida da preservação tradicional e da preservação digital	18
FIGURA 2: Domínios em avaliação no MABE	36
FIGURA 3: Indicadores e fatores críticos de sucesso	37
FIGURA 4: Análise SWOT da realidade envolvente do projeto	50
FIGURA 5: Representação de uma análise SWOT	65
FIGURA 6: Representação esquemática do cronograma de atividades.....	66
FIGURA 7: Cronograma de atividades do projeto.....	74
FIGURA 8: Cronograma das datas da parte da coleção	76
FIGURA 9: Estado de conservação da parte da coleção	77

FIGURA 10: Circulação utilização da parte da coleção	78
FIGURA 11: Habilitações académicas	81
FIGURA 12: Função	81
FIGURA 13: Análise e organização da informação (literacia da informação)	82
FIGURA 14: Promoção de estratégias que envolvam a criatividade dos alunos ...	83
FIGURA 15: Promoção de estratégias que desenvolvam o pensamento crítico analítico dos alunos	83
FIGURA 16: Promoção de estratégias que induzam ao respeito pela cultura e diversidade de opiniões	83
FIGURA 17: Relação entre os conteúdos dos relatórios arqueológicos e o T1 (História, 10.º ano)	84
FIGURA 18: Relação entre os conteúdos dos relatórios arqueológicos e o T2 (História, 10.º ano)	85
FIGURA 19: Relação entre os conteúdos dos relatórios arqueológicos e o T3 (História, 10.º ano)	86
FIGURA 20: Relação entre os conteúdos dos relatórios arqueológicos e o T1 (História, 12.º ano)	86
FIGURA 21: Relação dos conteúdos dos relatórios arqueológicos e o T1, T2 e T3 (História, 10.º ano)	87
FIGURA 22: Relação dos conteúdos dos relatórios arqueológicos e o T1-T2, T1-T3 e T2-T3 (História, 10.º ano)	87
FIGURA 23: Relação dos conteúdos dos relatórios arqueológicos e o T1, T2 e T3 (História, 10.º ano) e T1 (História, 12.º ano)	88

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS

BIBCOM – Bibliotecas para a Comunidade;
BPE – Biblioteca Pública de Évora;
CDU – Classificação Decimal Universal;
CME – Câmara Municipal de Évora;
CMI – Centro de Memória e Informação;
DCP – Divisão de Cultura e Património;
DIPT – Divisão de Informação e Prospecção Tecnológica;
ES – Ensino Secundário;
UE – Universidade de Évora;
FORBEV – Fórum das Bibliotecas de Évora;
IFLA – International Federation of Library Associations and Institutions;
MABE – Modelo de Avaliação da Biblioteca Escolar;
ND – Núcleo de Documentação;
PB – Professor Bibliotecário;
PH – Professor de História;
RBE – Rede de Bibliotecas Escolares;
RBEV – Rede de Bibliotecas de Évora;
TIC – Tecnologias da Informação e da Comunicação;
UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization.

INTRODUÇÃO

Cada vez mais, o conhecimento de cada um seria um arquipélago no incomensurável oceano da sua ignorância. Nasceu então a ansiedade de selecionar: o que ler, [...] antes que seja demasiado tarde? [...] A Internet é a grande lista dos nossos dias, fragmentária e infinitamente ramificada. [...] Preservarás nos propósitos inventariados e a tua vida melhorará. As enumerações têm que ver com a ordem como ansiolítico, ou seja, com o nosso sistema defensivo para neutralizar a expansão do caos (Vallejo, 2020, p. 157).

Este trabalho de projeto tem como título *Preservação e Divulgação de Coleções: O Contributo do Núcleo de Documentação da Câmara Municipal de Évora na Rede de Bibliotecas de Évora*. O título do trabalho corresponde ao problema, ao objeto da investigação e à sua delimitação temática e contextual. Por outro lado, o título responde às questões *o quê?* (preservação e divulgação de coleções), *onde?* (Núcleo de Documentação da Câmara Municipal de Évora) e *para quem?* (alunos do ensino secundário das escolas parceiras na Rede de Bibliotecas de Évora – RBEV). Na nossa opinião, este título é esclarecedor, compreensível e não equívoco. No entanto, podemos dizer que o título está relacionado com as funções primordiais que norteiam os serviços de informação, como é o caso do Núcleo de Documentação (ND) da Câmara Municipal de Évora (CME), isto é, a conservação, a preservação e a divulgação e acesso às coleções.

Os serviços de informação, enquanto espaços de preservação da memória, são guardiões da produção intelectual, cultural e patrimonial, na medida em que a memória é fundamental para a produção de novo conhecimento, para compreender e contextualizar a história, a identidade e a cultura de um povo: «Os seres humanos sempre mostraram interesse e se empenharam para preservar suas informações e memórias, para que as gerações futuras pudessem ter acessos a estas informações, podemos ver isto desde os primórdios da humanidade» (Ribeiro, Lima & Silva, 2018, p. 4).

A digitalização de documentos analógicos surge como uma alternativa para contornar problemas como o acesso limitado aos recursos de informação, quer seja respeitante à localização quer seja respeitante à natureza física do papel, sujeito à deterioração pelo seu manuseio ou pela ação de agentes ambientais. Neste contexto, a questão da preservação parece-nos, pois, um tema importante e atual, sobretudo seguindo os movimentos atuais de preservação digital.

No entanto, não incluímos o termo preservação digital no título deste trabalho de projeto, uma vez que a investigação e os estudos de referência sobre preservação digital concordam que a digitalização é um processo de transformação da informação em estado analógico para o estado digital, não podendo ser considerada como um processo de preservação digital, como é referido por João Rua (2017, p. 214).

A natureza desta investigação é um trabalho de projeto e o tema prende-se com a preservação e difusão da informação, através da digitalização de documentos textuais impressos para acesso online. Pretende-se com estas ações facilitar a divulgação de parte da coleção do ND da CME na RBEV, de modo a chegar a potenciais utilizadores (neste caso, alunos do ES das escolas parceiras) e também aos reais, pois não podemos esquecer a experiência recente que vivemos mundialmente com as restrições impostas pela pandemia (COVID19), pelo que a disponibilização da informação online surge como um passo fundamental. Refira-se que o facto de exercermos a nossa atividade profissional no referido Núcleo de Documentação permitiu-nos ter acesso privilegiado à informação necessária, que foi canalizada para a concretização do presente projeto.

A preservação da informação, nomeadamente a preservação digital, é uma tarefa desafiadora para os profissionais da informação (bibliotecários, arquivistas ou documentalistas) e é uma atividade que abrange custos dispendiosos para as instituições detentoras de coleções bibliográficas e espólios documentais. É neste contexto que identificámos um problema que

justificou e orientou a construção deste trabalho de projeto, pois seguindo a perspetiva apresentada por Miranda e Cabral (2017), foi «considerado uma situação preocupante com que nos deparamos e cuja resolução tem um certo nível de dificuldade» (pp. 24-25).

Deste modo, formulámos o seguinte problema de investigação: considerando a coleção bibliográfica do ND da CME, quais são os documentos que se deveria priorizar para um projeto de digitalização, dentro do universo dos recursos não editados das subclasses 902 e 903 da CDU (Arqueologia), tendo em vista a preservação da informação e a divulgação dos mesmos na RBEV, dirigida sobretudo aos alunos do ensino secundário?

Logo à partida sabia-se que não seria possível digitalizar toda a coleção bibliográfica, quer seja pelo volume de trabalho que isso acarreta quer seja pelo baixo orçamento disponível. Por isso, estamos conscientes que toda a decisão na área da preservação de coleções deve assentar em escolhas fundamentadas, considerando quer a missão do ND quer o público a quem se destina e os objetivos a alcançar.

Considerámos, por um lado, que era pertinente avaliar esta parte da coleção, as subclasses 902 e 903 da CDU – Arqueologia, tendo em conta os objetivos do ND, pois a mesma encontra-se inserida na classe 9, sendo uma das áreas temáticas onde incide uma maior procura de informação pelos utilizadores do ND da CME. Esta classe é a terceira com maior número de existências em relação à totalidade da coleção, ou seja, representa 17,57% da mesma (Cf. tabela 3, p. 54), como veremos mais adiante na análise de diagnóstico. Por outro lado, sabíamos *a priori* que aquela parte da coleção era constituída em parte por documentos impressos e não editados e em quantidade razoável para concretizarmos um projeto desta natureza e considerando o tempo que tínhamos para a sua execução.

Neste sentido, podemos dizer que o problema identificado é «uma interrogação pertinente que tem sentido numa realidade específica e que se enquadra num certo domínio do saber» (Miranda & Cabral, 2017, p. 25). Contudo, é igualmente fundamental que o problema «seja o mais concreto possível, os recursos necessários à sua resolução sejam acessíveis e que as

metodologias/estratégias de resolução sejam adequadas ao tempo disponível» (Miranda & Cabral, 2017, p. 26). Assim, consideramos que estamos a expor em termos claros aquilo que se pretende resolver com a identificação do problema e é neste cenário que definimos a pergunta de partida:

- 1) Quais são os critérios que se podem adotar para selecionar recursos, tendo em vista a digitalização de documentos textuais, como estratégia de preservação, promover facilidade no acesso e chegar a um público mais vasto?

Por outro lado, considerando a pergunta de partida, as questões de investigação que se colocam são:

- 1) Qual é o estado de conservação da coleção?
- 2) Qual é o uso efetivo da coleção?
- 3) Quais são os recursos mais relevantes para os alunos do ensino secundário?

Na verdade, a necessária alteração de suporte da informação, até agora apenas disponível em suporte tradicional (papel) e seriamente desgastado, e a sua disponibilização em canais de difusão mais atuais e para um público mais vasto, pode ser colmatada com a digitalização dos recursos, pois na Sociedade da Informação e do Conhecimento, considerando o «atual contexto de evoluções tecnológicas [e alteração de paradigma], a digitalização de acervos bibliográficos surge como uma alternativa de preservação e facilidade no acesso à informação» (Greenhalgh, 2011, p. 159), e ainda de conservação dos documentos originais analógicos.

Para a definição dos objetivos do projeto, considerámos que «deverá traduzir de forma concreta as finalidades do projeto, isto é, deverá corresponder a uma resposta para a pergunta: *o que se pretende obter com este projeto?*» (Miranda & Cabral, 2017, p. 46). Portanto, podemos afirmar que os objetivos são «os propósitos que pretendemos alcançar com a execução de uma ação» (Pérez

Serrano, 2008, p. 24). Por outro lado, os objetivos classificam-se em gerais e específicos. Os objetivos gerais «têm um caráter mais abrangente [...] indicam uma intenção que se deseja alcançar, [mas] é através dos objetivos específicos que a ação deve ser clarificada de um modo mais detalhado» (Miranda & Cabral, 2017, p. 47). Deste modo, definimos os seguintes objetivos gerais e específicos:

Objetivo geral:

- 1) Identificar os recursos que se devem digitalizar, para apresentar uma proposta de conservação (mais geral) e preservação digital de parte da coleção do ND da CME, a médio prazo.

Objetivos específicos:

- 1) Refletir sobre o papel da digitalização e do acesso aberto no contexto da ampliação do apoio aos utilizadores;
- 2) Identificar os documentos não editados das subclasses 902 e 903 da CDU (Arqueologia);
- 3) Analisar/avaliar a situação dos recursos identificados, no que respeita ao estado de conservação e ao uso efetivo (consulta) dos mesmos;
- 4) Identificar, dentro desta área do saber – Arqueologia, quais são os recursos mais relevantes para os alunos do Ensino Secundário;
- 5) Propor uma metodologia de ação para a digitalização e divulgação dos recursos identificados.

Este relatório sistematiza os procedimentos adotados para o desenvolvimento e execução deste projeto, tendo em conta as três fases propostas por Miranda e Cabral (2017): diagnóstico, desenvolvimento e avaliação, detalhando o trabalho realizado. Quanto à estrutura, o mesmo encontra-se organizado da seguinte forma: Introdução, Parte I – Enquadramento teórico, Parte II – O projeto de digitalização e as Conclusões.

No enquadramento teórico explicitamos os referenciais teóricos, refletindo sobre o papel da digitalização e do acesso aberto no contexto da ampliação do apoio aos utilizadores, bem como sobre a importância da cooperação e colaboração para a preservação da informação e divulgação de coleções. Esta

parte do trabalho encontra-se dividida em dois capítulos: 1. Serviços de informação e preservação da memória; 1.1. a digitalização e a preservação da memória; e 2. Cooperação e colaboração para a preservação da memória e divulgação de coleções; 2.1. a RBE e o trabalho em rede; 2.1.2. A Rede de Bibliotecas de Évora.

Na parte que respeita ao projeto de digitalização, faz-se a sua contextualização e indicam-se as opções metodológicas. Referimos também os instrumentos de preparação do projeto, explicitam-se as estratégias de ação, os momentos de avaliação e expõe-se ainda o desenvolvimento do projeto/plano de ação, onde apresentamos a descrição e análise dos dados recolhidos.

No capítulo final apresentamos as principais conclusões deste trabalho, nomeadamente a resposta aos objetivos, a avaliação do projeto realizado, bem como a definição de critérios para a seleção dos recursos analógicos, tendo em vista a sua digitalização, como estratégia de preservação e facilidade no acesso à informação e de alargamento de públicos.

Este relatório apresenta ainda apêndices e anexos complementares à apresentação e análise dos dados, bem como das conclusões deste trabalho de projeto.

PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1. SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO E PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA

Começamos este capítulo por abordar a memória e, numa primeira instância, fazemos referência ao romance de Juan Marsé (2016), uma vez que o mote desta obra de ficção é a MEMÓRIA: *“Essa puta tão distinta”*, e, naturalmente, aborda o esquecimento. Este romance é sobre o assassinato que ocorreu no cinema Delicias, em Barcelona, aquando da projeção do filme *“Gilda”*, numa tarde de janeiro de 1941.

Marsé (2016), num dos diálogos da sua narrativa remete-nos para a preservação da memória ao referir que «muita gente defende que o passado deveria ser intocável e inviolável» (p. 67). Mas afinal, o que é a memória?

É impossível não refletirmos sobre esta questão, que se encontra implícita e ecoa constantemente durante a leitura deste romance. Marsé (2016) continua a sua narrativa e a dada altura um dos personagens afirma «que todos temos o direito de esquecer certas coisas» (p. 67), ao que o seu interlocutor responde: «a questão é se o que se quer esquecer é pertença exclusiva dessa pessoa ou se a partilha com outras. E nem é tanto ao esquecimento que me refiro, mas sim à desmemória» (p. 67).

Por outro lado, no que respeita ao conceito património, «esta bela e muito antiga palavra estava, na origem, ligada às estruturas familiares, económicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo. Requalificada por diversos adjectivos [...], prossegue hoje em dia um percurso diferente e notório» (Choay, 2006, p. 11).

Na verdade, os «conceitos de memória, património e identidade são conceitos que se interrelacionam, [e que] aliados à ciência e à tecnologia desencadeiam importantes fatores de desenvolvimento» (Morgado, Licursi & Silva, 2024, p.4).

Os serviços de informação, enquanto espaços de preservação da memória, são guardiões da produção intelectual, cultural e patrimonial, sendo a preservação da memória fundamental para a produção de novo conhecimento,

para compreender e contextualizar a história, a identidade e a cultura de um povo. A este propósito Françoise Choay (2006) enfatiza que:

o passado invocado e convocado, de certa forma encantado, não é um passado qualquer: foi localizado e seleccionado para fins vitais, na medida em que pode, directamente, contribuir para manter e preservar a identidade de uma comunidade, étnica ou religiosa, nacional, tribal ou familiar (p.16).

Diante dessa informação a UNESCO criou, em 1992, o Programa **A Memória do Mundo**, que «é a memória coletiva e documentada dos povos do mundo – seu patrimônio documental [...]. Ela traça a evolução do pensamento, dos descobrimentos e das realizações da sociedade humana. É o legado do passado para a comunidade mundial presente e futura» (UNESCO, 2002, p. 5). A criação do programa surgiu da conscientização do estado preocupante de conservação do património documental e da precariedade do seu acesso nas diversas partes do mundo. Deste modo, em 1995 apresentou, e em 2002 reviu, as diretrizes para a salvaguarda deste património. O citado programa reconhece o «patrimônio documental de significância internacional, regional e nacional; mantém registros dele e lhe confere uma logomarca que o identifica [...e] facilita a preservação e o acesso a este Patrimônio sem discriminação» (*ibidem*).

De acordo com a UNESCO (2002), o mesmo centra-se em três objetivos principais: (a) facilitar a preservação do património documental mundial mediante as técnicas mais adequadas; (b) facilitar o acesso universal ao património documental e; (c) criar uma maior consciência em todo o mundo da existência e importância do património documental (p. 6).

Neste contexto, considera-se fundamental a compreensão dos conceitos essenciais que norteiam a preservação e conservação da memória, como é o caso do património documental.

No estudo realizado sobre o arquivo nacional da Guiné-Bissau, Iaguba Djaló (2020) remete para a importância da conservação dos materiais, registando que a «conservação de um objeto significa sucessão de atenções trazidas às condições materiais que subordinam a evolução da qualidade intrínseca dos objetos a serem preservados» (p. 18), implicando assim que «a política de conservação de uma coleção consiste em um conjunto de medidas

normativas destinadas a prevenir, interromper ou pelo menos retardar a degradação de documentos» (*ibidem*). Por outras palavras, «conservar é lutar contra o tempo. Procurar subtrair alguma coisa aos efeitos normais da destruição, da perda ou do esquecimento» (Guillaume, 2003, p. 45).

No entanto, ainda no âmbito do Programa A Memória do Mundo, a preservação «é a soma das medidas necessárias para garantir a acessibilidade permanente [...]. Compreende a conservação, que é definida como aquelas ações que, envolvendo o mínimo de intervenção técnica, são requeridas para prevenir uma deterioração ulterior do documento original» (UNESCO, 2002, p. 15), pois tal como afirma Marc Guillaume (2003) «temos o dever [de] conservar para transmitir. Duplo dever, quer face aos nossos antepassados, quer aos nossos filhos» (p. 40).

Contudo, «a essência da Preservação é adquirir uma política de medidas e estratégia[s] promovendo uma organização e uma distribuição de forma que se possa preservar o património informacional e assim desenvolver novas formas que possibilite o acesso a informação» (Bezerra, 2010, p. 43). Neste contexto, «as bibliotecas enquanto “lugares de memória” tendem a reafirmar os saberes e a torná-los móveis, traduzíveis, permutáveis» (Silveira, 2020, p. 99).

O património cultural pode ser caracterizado pela «variedade de documentos (as formas de expressão; [...], objetos, documentos, [...]) e sítios de valor histórico, [...] arqueológico e paleontológico), que acumulam informações preciosas que ainda carecem de ser esclarecidas, escritas e reescritas capazes de ajudar a elucidar vários aspetos da nossa história» (Djaló, 2020, p. 14).

Na verdade, Le Goff (1990, p. 462) afirma que o documento é objeto de memória e a memória coletiva aplica-se às categorias de documento e monumento, isto é, «podem apresentar-se sob duas formas principais: os *monumentos*, herança do passado, e os *documentos*, escolha do historiador» (*ibidem*). Nesta linha de pensamento, Françoise Choay (2006) explicita que o sentido do termo monumento «é o latim *monumentum*, ele próprio derivado de *monere* (advertir, recordar), o que interpela a memória» (p.16). Aliás, «não se trata de fazer verificar, de fornecer uma informação neutra, mas de excitar, pela emoção, uma memória viva» (*ibidem*).

Neste contexto, João Rua (2017) salienta que Roland Hjerppe em 1994 usa o conceito de Instituições de Memória, o qual «engloba as “libraries, archives, museums, heritage (monuments and sites) institutions, and aquaria and arboreta, zoological and botanical gardens” (p. 201). Por seu turno, em 1999, Lorcan Dempsey usa aquele conceito para agrupar apenas as bibliotecas, os arquivos e os museus (*ibidem*).

Estas Instituições de Memória, segundo Rufino *et al.*, (2010, cit. por Ribeiro, Lima e Silva, 2018, p. 4) são responsáveis pela difusão da informação registada nos suportes informacionais que estão sob a sua custódia e é esta a sua principal função, pois é através dela que as organizações firmam a sua importância e legitimidade no contexto social. Mas, na verdade, como afirma Silva Filho (2018), «a biblioteca tradicional [...] já não possui condições de satisfazer as necessidades de seus usuários sem o uso de tecnologias da informação, assim como a biblioteca digital ainda parece uma realidade distante, [...] devido a ainda predominante publicação de materiais impressos» (p. 27).

1.1. A DIGITALIZAÇÃO E A PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA

As tecnologias de informação têm proliferado a um ritmo acelerado. A revolução tecnológica tem levado à reformulação dos «espaços informacionais [...], assim como [d]os processos. Nas concepções mais atuais de preservação entende-se que esta fundamentalmente deve atrelar-se ao acesso» (Ribeiro *et al.*, 2018, p. 4), pois «a disponibilização em linha do material cultural torná-lo-á acessível aos cidadãos em toda a Europa [e também no resto do mundo], que o poderão utilizar para fins recreativos, educativos ou profissionais» (Recomendação da Comissão 2011/711/UE de 27 de outubro de 2011, L 283/39), uma vez que «without digital access the digital materials are not helpful to the knowledge society. So, Library should provide access to digital materials converted from print form» (Manivannan & Sutradhar, 2018, p. 66).

De acordo com Manivannan e Sutradhar (2018, p. 66), as bibliotecas académicas, como a Central Library, Indian Institute of Technology Kharagpur,

estão a preservar recursos digitais, como livros raros e teses, de maneira sistemática. Todavia, parece-nos importante esclarecer os conceitos “documento digital” e “documento eletrónico”, uma vez que Duarte (2016) refere que os termos são utilizados como sinónimos, mas esta utilização não é correta, na medida em que o Dicionário de Terminologia Arquivística «define que documento eletrónico é aquele que só pode ser acessado através de um equipamento eletrónico. E o documento digital é definido como um documento formado por uma sequência binária, e acessível através de um computador» (Duarte, 2016, p. 21).

Deste modo, «o documento digital é então um documento formado por bits» (*ibidem*). Esse tipo de documento, de acordo com Ferreira (2006, p. 21), pode ter duas origens: a origem física ou os nado-digitais, sendo que no primeiro a «informação original é obtida a partir de suportes analógicos (objetos digitalizados)» (*ibidem*) e no segundo «a informação [é] nascida num contexto digital (objetos nado-digitais)» (*ibidem*).

Contudo, na Sociedade da Informação e do Conhecimento, onde ainda predominam os documentos analógicos (impressos em papel, por exemplo), a digitalização dos mesmos surge como uma alternativa de preservação (digital) documental. A esse respeito, Both e Cadorel (2015, pp. 162-163) explicitam que a digitalização de um documento analógico consiste em recriar virtualmente uma materialidade que nos parece óbvia, seja uma folha de papel ou uma fotografia. «Afin de restituer la mise en page de ce documents, nous remplaçons ce qui est originellement palpable – format de la feuille, grain du papier [...] – par des informations structurées dans un ou plusieurs fichiers de métadonnées» (*idem*, p.163).

De notar que hoje, as tecnologias digitais têm tido um papel importante na preservação, divulgação e acesso à informação, mas na verdade acabamos por ter aquilo que Both e Cadorel (*ibidem*) designam por inflação documental, num universo dito desmaterializado, «tant pour les documents numériques pour lesquels nous créons tout un ensemble de méta-documents et de copies pour pouvoir les sauvegarder, que pour les documents papiers car nous créons purement et simplement de toute pièce de nouveaux documents électroniques»

(*ibidem*). Contudo, Rua (2017, p. 199) refere que a digitalização é «indissociável do emergente âmbito da preservação da informação em meio digital e das iniciativas e esforços que visam garantir, numa perspetiva de longo prazo, o acesso continuado à informação e a manutenção dos respetivos atributos» (*ibidem*).

Isto, na medida em que «o património diversificado e multilingue da Europa adquirirá um perfil claro na Internet e a sua digitalização ajudará as instituições culturais europeias a prosseguirem a sua missão de disponibilização e preservação do nosso património em ambiente digital» (Recomendação da Comissão 2011/711/UE de 27 de outubro de 2011, L 283/39). Como menciona Rua (2017), «em foco está a informação e as plataformas que suportam a sua produção, processamento, armazenamento e difusão para uso atual e futuro, quer como ativo de gestão, quer como memória coletiva» (p. 199).

Todavia, Rua (2017, p. 214) refere ainda que para a Society of American Archivists a digitalização é o processo de transformação de material analógico em formato eletrónico binário (digital), especialmente para armazenamento e utilização num computador, mas para a Digital New Zealand a digitalização é a criação de conteúdos digitais através da realização de uma cópia digital ou gravação digital de informação analógica, podendo essa informação residir num documento, artefacto, som, desempenho, elemento geográfico ou fenómeno natural. Deste modo, «as definições concordam que [...] a] digitalização é a passagem de informação em estado analógico para o seu estado digital, o que por si só não pode [...] ser considerada como um processo, suficientemente extensivo e completo, de preservação digital» (Rua, 2017, p. 214).

Neste contexto, João Rua (2017) fundamenta a afirmação feita no parágrafo anterior, pois «um objeto digital é pluridimensional e necessita de um trabalho a nível de meta-informação que permita que este se mantenha autêntico, fidedigno, íntegro, inteligível/utilizável e preservável» (p. 214), uma vez que os metadados, de acordo com a Federal Agencies Digital Guidelines Initiative (FADGI, 2023, p. 93), permitem várias funções, tais como: identificação, gestão, acesso, uso e preservação de um recurso digital: «Therefore metadata is directly associated with most of the steps in a digital imaging project workflow.

[...] Images without sufficient metadata are at greater risk of being lost» (FADGI, 2023, p. 93).

Nesta perspetiva, é fundamental que os profissionais da informação tenham consciência sobre a importância da digitalização de documentos impressos, na medida em que a mesma

tende a ser complexa, pois, é importante manter relações físicas, intelectuais e contextuais dentro das várias partes de um único objeto físico e entre as peças da coleção como um todo. A manutenção destas relações para o usuário muitas vezes envolve metadados especiais, bem como diferentes plataformas de pesquisa e utilização. Além disso, o usuário deve ter informação contextual suficiente e metadados para ser capaz de avaliar a autenticidade e confiabilidade do substituto digital. A capacidade de apresentar uma coleção inteira em um determinado contexto, mantendo ao mesmo tempo a autenticidade e comunicar evidência do artefato físico, requer conceituação cuidadosa e planejamento, preparação avançada, execução de um grande número de atividades conexas, e colaboração entre vários setores da biblioteca (IFLA, 2015, p. 5).

Na verdade, a FADGI (2023, pp. 94-99) refere que os metadados podem estar relacionados com diferentes aspetos associados ao objeto digital. Apesar de serem referidos em diferentes categorias, nem sempre existe uma distinção óbvia entre elas, pois cada categoria contém elementos de natureza descritiva e administrativa e são divididos pelas funções que os metadados suportam. Assim, a metainformação digital pode ser:

- i. Descritiva: «refers to information that supports discovery and identification of a resource» (*idem*, p. 94);
- ii. Administrativa: «comprises both technical and preservation metadata and is generally used for internal management of digital resources» (*idem*, p. 95);
- iii. Direitos: «will be used both by humans to identify rights holders and legal status of a resource, and also by systems that implement rights management functions in terms of access and usage restrictions» (*idem*, p. 96);

- iv. Técnica: «refers to information that describes attributes of the digital image (not the analog source of the image) and helps to ensure that images will be rendered accurately» (*ibidem*);
- v. Metadados incorporados: «refers to attributes about the digital image and the creation of the digital image» (*idem*, p. 97);
- vi. Estrutural: «describes the relationships between different components of a digital resource [...]. Structural metadata often describes the significant intellectual divisions of an item (such as chapter, issue, illustration, etc.), and correlates these divisions to specific image files» (*ibidem*);
- vii. Comportamental: «It associates executable behaviors with content information that define how a resource should be utilized or presented» (*idem*, p. 98);
- viii. Preservação: «might include a record of changes to the resource, such as transformations or conversions from format to format, or indicate the nature of relationships among different resources» (*idem*, p. 99);
- ix. Rastreamento: «is used to control or facilitate the particular workflow of an imaging project during different stages of production. [...] (batch information and automation processes, capture, processing parameters, quality control, archiving, identification of where/media on which files are stored)» (*ibidem*);
- x. e Meta-metadados: «refers to metadata that describes the metadata record itself, rather than the object it is describing or to high-level information about metadata “policy” and procedures, most often on the project level» (*ibidem*).

Inferimos assim que a digitalização não pode ser considerada como um processo de preservação digital. Segundo Jacqueline Cunha e Marcos Lima (2007, p. 3), se a definição de preservação da informação analógica significa “garantir a integridade física do suporte”, «essa integridade física não parece suficiente, [quando se trata de suportes digitais,] visto que se fazem necessários dispositivos que tornem acessíveis os conteúdos para o acesso humano»

(*ibidem*), pois a «digitization involves conversion from analogue to digital for easier access and longevity. It includes an extensive array of activities intended to extend the working lifetime of machine-readable files and safeguard them from media catastrophe, physical damage and obsolescence». (Shimray & Ramaiah, 2018, p. 46).

Contudo, «da digitalização para preservação resultam substitutos digitais que necessitam, também eles, de ser preservados» (Ferreira, 2011, p. 21). A esse respeito, Ferreira (2011) salienta ainda que se o objetivo é digitalizar para preservar (ficando os originais salvaguardados do uso e manuseio excessivos), «então há que preservar as colecções digitalizadas, assegurando que os seus substitutos digitais sejam igualmente preservados» (p. 21). Para tal é necessário estabelecer políticas e procedimentos, uma vez que «a ausência dessas políticas constitui uma ameaça para a sobrevivência do material digitalizado, podendo ainda conduzir à perda do material produzido em formato digital (material digital de raiz)» (Recomendação da Comissão 2011/711/UE de 27 de outubro de 2011, L 283/39-45).

Por outro lado, e como referimos anteriormente, a digitalização permite preservar os documentos analógicos, evitando o uso e manuseio excessivo, mas

from the perspective of the preservation, digitization is a blessing and a curse. Controlling the amount of human interaction that special materials have is a goal of established, restrictive access policies in the most welcoming of special collections libraries [...] digitization requires intensive human and machine handling of materials, and exposure to a number of conditions that librarians are the most ware of (Correa, 2017, p. 1).

Porém, «a preservação dos documentos digitais é mais problemática do que dos documentos analógicos, isto porque o foco deixa de ser o suporte que contém a informação, passando a ser a própria informação» (Ferreira, 2011, p. 18), sendo fundamental preservar o seu acesso. «A digital surrogate can provide the information conveyed in words or images, but it cannot capture the information contained in the physicality of special collections materials» (Correa, 2017, p. 2).

Ainda nessa linha de raciocínio, Ferreira (2011, p. 19) refere que a preservação da informação parece tão simples quanto a preservação do suporte onde se encontra registada a informação, isto é, o objeto físico em si. Contudo, «apesar de a preservação da informação registada em suportes digitais poder também significar preservação do objecto físico em que se encontra registada [...], existem outras ameaças [...]: a obsolescência tecnológica de todo o ambiente tecnológico que permite ler essa informação» (*ibidem*), na medida em que os suportes digitais podem «tornar-se ilegíveis quando o equipamento e o software utilizados para os armazenar ficarem obsoletos, pode perder-se material quando os dispositivos de armazenamento se deteriorarem com o tempo e esses dispositivos podem ficar «esmagados» pelo enorme volume de conteúdos novos e evolutivos» (Recomendação da Comissão 2011/711/UE de 27 de outubro de 2011, L 283/41).

Reforçando o argumento exposto no parágrafo anterior, Richard Saunders (2015) refere exemplos de perda de informação analógica e intangível nos Estados Unidos, uma vez que «in changing access to historic newspapers from scattered microfilm reels to single-source digital platforms, it is quite possible that the working assumptions of “completeness” and “preservation” may work against users of particular newspapers» (p. 135).

Por outro lado, de acordo com Ferreira (2011, p. 19), a preservação analógica distingue-se da preservação digital pela frequência da ação, a qual é esporádica, na primeira, e continuada, na segunda. Menciona ainda que as coleções analógicas podem ser preservadas «por longos períodos [...], sem que os responsáveis pela sua preservação tenham de verificar a sua integridade periodicamente [...] ou seja, contrariam-se os efeitos do tempo, do uso e da degradação física dos documentos, recorrendo-se a tratamentos correctivos» (*idem*, p. 20).

No que respeita às coleções digitais, as mesmas necessitam de «uma *preservação prospectiva*, que vai no sentido de prevenir [...] evitando que os materiais se deterioreem ou tornem obsoletos antes que a informação neles contida se perca irremediavelmente» (*ibidem*). Além disso, a Blue Ribbon Task Force on Sustainable Digital Preservation and Access (2010) salienta que a

preservação digital exige uma gestão mais ativa dos materiais ao longo do tempo e exige recursos diferentes em momentos diferentes (p. 29). Por outras palavras, é um processo dinâmico e esses processos devem realizar-se ao longo de todo o ciclo de vida do documento digital (Ferreira, 2011, p. 19) como se pode observar na figura abaixo:

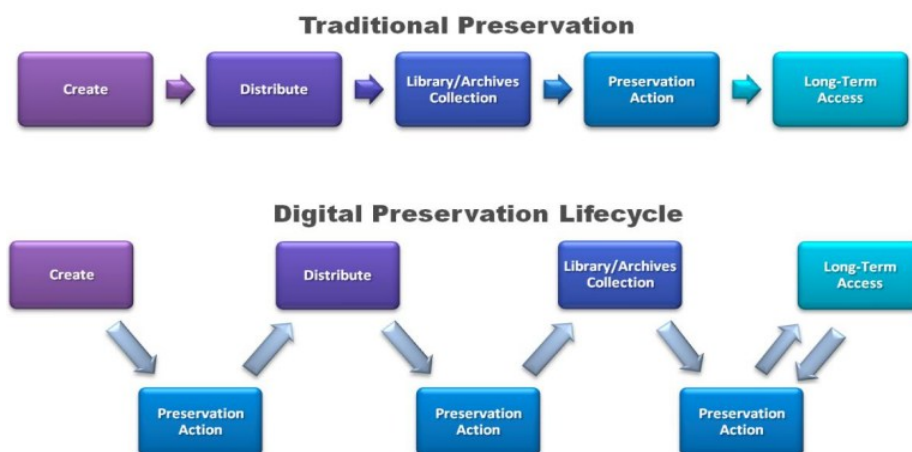


Fig. 1: Ciclos de vida da preservação tradicional e da preservação digital

Fonte: Blue Ribbon Task Force on Sustainable Digital Preservation and Access (2010, p. 29)

No entanto, sabe-se que o maior problema da «preservação dos dados digitais não é a fragilidade dos suportes de armazenamento e sim a rápida mudança de tecnologia. Não basta garantir a sobrevivência e longevidade das mídias: é necessário garantir que as informações possam ser recuperadas e entendidas» (Valle Júnior, 2003, p. 92). Nesta perspetiva, Santos (2014) refere, baseando-se noutros autores, que a par com a fragilidade dos suportes e obsolescência tecnológica deve também considerar-se a legibilidade do documento digital, a qual «pode ser garantida através de procedimentos de migração dos dados, emulação das tecnologias obsoletas e cuidadoso controlo de armazenamento» (p. 23).

A migração, enquanto estratégia de preservação digital de curto prazo é entendida

como um conjunto de tarefas organizadas e periódicas, concebidas com o objectivo de manter o acesso aos documentos digitais através de ambientes tecnológicos actuais. É uma medida contra a obsolescência dos formatos e suportes e visa manter o acesso à informação, conservando as suas propriedades significativas (Ferreira, 2011, p. 52).

Dito de outra forma, migração «is described as the formatting or transformation of a digital object from lower version to latter version(s). It is concentrated on the digital object in such a way that even hardware and software improvements will not disturb its ease of access» (Shimray & Ramaiah, 2018, p. 51). Contudo, enquanto estratégia de preservação digital de médio e longo prazo, «various options of repeated, recurring, progressive migration, concerning the use of viewers have been projected. This approach delivers access to software tool by means of an original data stream» (*ibidem*).

Porém, Ferreira (2011) refere a migração como estratégia de preservação do objeto digital apenas na sua dimensão conceptual, na medida em que «a migração não visa a preservação do ambiente tecnológico original e, portanto, não preserva o objecto digital nas suas dimensões física e/ou lógica» (p. 52). Sendo assim, e procurando um entendimento sobre a dimensão conceptual do objeto digital, enquanto estratégia focada na preservação, Ferreira (2006) explicita que a mesma visa «manter os objectos digitais compatíveis com as tecnologias actuais, para que um utilizador comum seja capaz de recuperá-los, aceder e utilizar a informação independentemente dos avanços tecnológicos e sem necessidade de recorrer a artefactos menos convencionais (por exemplo, os emuladores)» (p. 36).

Ainda no que respeita a estratégias de preservação digital a médio e longo prazo, a emulação «postpones the processing of data until it is later accessed, potentially allowing greater ingest of information» (Kastellec, 2012, p. 64). No entanto, «as técnicas de emulação centram-se na preservação do objecto lógico não alterando o seu formato original» (Ferreira, 2009, p. 23), pois um emulador é um «software capaz de reproduzir o comportamento de uma plataforma de hardware e/ou software numa outra que de outro modo seria incompatível» (Ferreira, 2009, p. xxv). Na verdade, Ferreira (2011, p. 49) refere, baseando-se noutros autores, que o emulador imita o funcionamento do *hardware* e/ou

software originais e obsoletos, reproduzindo fielmente a suas funções. Portanto, «o ambiente tecnológico original é mantido através da criação de um novo *software* (emulador)» (*ibidem*).

Além disso, «o manuseamento e armazenamento adequados dos suportes digitais contribuem para a sua longevidade, ainda que a curto prazo. Por esta razão, aquelas duas acções não são entendidas como estratégias de preservação propriamente ditas, mas sim como boas práticas» (Ferreira, 2011, p. 45). Contudo, «existem outras medidas que se revelam imprescindíveis no contexto da preservação digital: (i) a utilização de suportes duradouros e (ii) a preparação e manutenção de cópias de segurança (backups)» (*ibidem*).

Por outro lado, não existe uma abordagem única de preservação digital. Aliás, Thibodeau (2002, pp. 15-16) sugere que se deve ter em conta quatro medidas subsequentes ao escolher uma estratégia de preservação: *viabilidade* (propriedade de software e hardware capaz de concretizar a preservação), *sustentabilidade* (deve ser proficiente para ser aplicado numa perspetiva futura), *praticidade* (deve ser racional, nomeadamente no que diz respeito à dificuldade de implementação e ao retorno do investimento) e *adequação* (deve ser apropriado aos itens digitais que se pretendem salvaguardar e preservar).

Deste modo, «deve-se ter em conta que as acções de preservação devem ser iniciadas com o projeto de digitalização, mesmo que esse delineamento não exista formalmente» (Santos, 2014, p. 22). Contudo, uma documentação informativa sobre o processo de digitalização permite identificar as funcionalidades que devem ser implementadas, e como as implementar, de modo a garantir a integridade e usabilidade dos substitutos digitais.

Na verdade, as acções de preservação só serão alcançadas com uma metodologia de ação e uma política de digitalização de recursos, na qual devem constar os critérios para a seleção dos documentos que devem ser digitalizados, apesar da seleção ser alvo de críticas por parte das comunidades arquivísticas, residindo a preocupação na neutralidade da seleção, pois como refere Barlindhaug (2022), baseando-se noutros autores, «when giving any memory institution the power to record and preserve some events and not others, one is

also giving them the power to decide whose voices will be used to construct our history (p. 2).

A seleção de documentos é uma tarefa com a qual os profissionais da informação, bibliotecários, arquivistas ou documentalistas estão bastante familiarizados, sendo esta uma etapa da cadeia documental que permite o desenvolvimento de coleções, nomeadamente as coleções digitais, mas «on this selection must be done carefully examining their cost-benefit and metadata creation» (Shimray & Ramaiah, 2018, p. 47).

Neste contexto, «coleções, obras, edições e cópias devem ser estudadas e comparadas, em relação ao âmbito da nova coleção digital. Também devem ser considerados aspectos, como cronologia, local de publicação, autor, assunto, formato, possuidor etc.» (IFLA, 2015, p. 11). No entanto, «o desenho da nova coleção digital será determinado nesta fase pelos objetivos da instituição, suas funções e pelos usuários a quem se destina» (*ibidem*), bem como pela missão da organização. E «a seleção deve incluir uma revisão física do material, pois sua condição influirá no processo de digitalização» (*ibidem*), devendo ser selecionado o exemplar em melhor estado de conservação. Porém, a «digitalização sob demanda é outro caminho para criar conteúdo digital, mas isto não pode ser considerado como base da formação de uma coleção digital» (*ibidem*), pois a seleção deve basear-se em mais do que um critério.

Como referimos anteriormente, a digitalização de documentos, enquanto estratégia de preservação documental, além de promover coleções e preservar originais, apresenta outras vantagens, seja para quem trabalha a informação seja para quem a procura. De acordo com Rocha (2019, p. 37) a digitalização de documentos permite recuperar rapidamente a informação, dá acesso remoto, já que o uso da tecnologia OCR permite reconhecer caracteres de texto em imagens, transformando-os em texto editável, redução do espaço de armazenamento, economia de espaço físico e a imagem digitalizada pode ser convertida em papel de boa qualidade.

Neste pressuposto, a Comissão Europeia, considerando o Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, nomeadamente o artigo 292.º, produziu um conjunto de recomendações aos Estados-Membros sobre a digitalização e a

acessibilidade em linha do material cultural e a preservação digital (2011/711/UE de 27 de outubro de 2011, L 283/39-45).

Na verdade, a Comissão Europeia elaborou recomendações aos Estados-Membros para a digitalização (organização e financiamento), digitalização e acessibilidade em linha do material no domínio público, digitalização e acessibilidade em linha de material protegido por direitos de autor, desenvolvimento da Europeiaana e preservação digital.

No que respeita à preservação digital, a Comissão Europeia recomenda que:

8. reforcem estratégias nacionais de preservação de longo prazo do material digital, actualizem os planos de acção para a execução das mesmas e troquem informações entre si sobre essas estratégias e esses planos de acção;
9. Prevejam clara e explicitamente na sua legislação a possibilidade de as instituições públicas procederem a cópias múltiplas e à migração do material cultural digital para fins de preservação, no pleno respeito da legislação da União Europeia e internacional em matéria de direitos de propriedade intelectual;
10. Tomem as medidas necessárias para o depósito do material criado em formato digital, a fim de garantir a sua preservação de longo prazo e melhorar a eficiência do actual regime de depósito para o material criado em formato digital: [...]
11. Tomem em conta a evolução das práticas nos outros Estados-Membros quando da definição ou da actualização das políticas e dos procedimentos de depósito de material criado de raiz em formato digital, a fim de evitar grandes variações no regime de depósito; (Recomendação da Comissão 2011/711/UE de 27 de outubro de 2011, L 283/42-43).

Por outro lado, a International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA) elaborou e aprovou, em 2014, um conjunto de diretrizes para o planeamento de digitalização de livros raros e coleções especiais. Como esclarece a IFLA, «algumas dessas diretrizes buscam ser abrangentes enquanto outras são essencialmente básicas. Existem aquelas que se concentram em padrões de captura digital de mídia específica; algumas chamam a atenção para a necessidade de programas mais robustos de preservação digital» (IFLA, 2015, pp. 4-5), ou seja, «ao invés de concentrar-se em questões de tecnologia, métodos específicos de captura ou preservação digital, estas orientações se concentram no planeamento conceitual e na colaboração com potenciais utilizadores a fim de alcançar os resultados desejados e sustentáveis» (p. 5).

Neste contexto, a Biblioteca Nacional de Portugal (BNP) adotou uma política de digitalização de coleções «com o objetivo estratégico de rever e consolidar a política de selecção de conteúdos a digitalizar, [... visando] descrever os eixos prioritários para o desenvolvimento das colecções digitais da BNP e, [...] estabelecer os processos e critérios de avaliação e selecção de conteúdos a digitalizar» (Biblioteca Nacional de Portugal, 2012). Este documento salienta ainda os objetivos da digitalização, os eixos da digitalização (coleções de reservados, obras raras ou únicas e obras frágeis), digitalização colaborativa ou de oportunidade e os métodos de seleção de conteúdos para a digitalização de coleções especiais, obras raras e obras frágeis.

Deste modo, para a digitalização das coleções e obras referidas no parágrafo anterior, a política de digitalização da BNP apresenta critérios de seleção, e que reproduzimos na tabela 1.

Tabela 1: Critérios de seleção para priorização das coleções a digitalizar

Critério	Descrição	Ponderação			Escala de valoração
		Coleções especiais	Itens raros	Obras frágeis	
Valor histórico-cultural	Conteúdos significativos para a missão da BNP, documentos com elevado valor histórico ou relacionados com indivíduos ou contextos notáveis	60%	80%	10%	Elevado=6 Médio=3 Baixo=1
Valor intrínseco	A coleção contém itens raros ou únicos em número elevado	20%	Não aplicável	20%	
Condições de conservação	Materiais quimicamente instáveis, em risco de preservação ou com danos físicos ou mecânicos	15%	15%	50%	
Níveis de utilização	Posição relativa do número de requisições dos originais no ano transacto à avaliação	5%	5%	20%	

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal (2012)

Na política de digitalização de coleções da BNP (2012) é referido ainda que, para a seleção dos documentos, têm de ser ponderados outros fatores, nomeadamente os recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis.

Por outro lado, Rubens Silva (2005), no *Manual de Digitalização de Acervos*, partilha a experiência de atividades de pesquisa académica e de

consultoria para a conversão digital de segmentos de acervos de duas instituições brasileiras: o Centro de Memória e Informação (CMI) da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB) e a Divisão de Informação e Prospecção Tecnológica (DIPT) do Instituto Nacional de Tecnologia (INT), a primeira dirigida a um acervo fotográfico e a segunda dirigida a um acervo de textos impressos.

Silva (2005, p. 9) refere que nos dois casos foram produzidos guias de procedimentos básicos para a digitalização, abordando aspetos da seleção, conversão, e controlo da qualidade. No capítulo dedicado à seleção de documentos para conversão digital, é referido que «o processo de seleção de documentos ou coleções para conversão digital pode ser bastante similar a outros processos de seleção já bastante conhecidos de profissionais de bibliotecas, arquivos e museus» (p. 21).

Rubens Silva (2005, p. 23) salienta ainda três motivações para a seleção: o desenvolvimento da coleção; a preservação/arquivamento; e a melhoria do acesso. Estas motivações podem ser dirigidas à coleção original ou à versão digital a ser criada. O autor apresenta ainda um quadro de apoio ao processo decisório de estabelecimento de critérios de seleção para a digitalização, e que se reproduz de seguida:

Tabela 2: Quadro de apoio ao processo de seleção para digitalização

CRITÉRIOS	CATEGORIAS	DESCRIÇÃO	COLEÇÃO				
			a	b	c	d	e
VALOR	Informacional	E: conteúdo significativo à missão institucional ou à coleção. M: conteúdo de apoio à missão institucional ou à coleção. B: pouco conteúdo relativo à missão institucional ou à coleção.					
	Evidencial	E: documento com valor legal ou histórico na forma original. M: cópias legais. B: materiais com registos alterados ou cópias.					
	Intrínseco	E: itens raros em bom estado. M: itens comuns em bom estado. B: cópias, duplicações ou itens comuns em más condições.					
	Administrativo	E: materiais de uso constante na gestão da instituição / coleção. M: materiais de uso ocasional na gestão da instituição / coleção. B: materiais raramente usados na gestão da instituição / coleção					
	Associacional	E: materiais relacionados a indivíduos ou contextos notáveis. M: coleções com apenas alguns itens semelhantes aos de cima. B: cópias ou duplicações.					
	Monetário	Valores monetários dos itens documentais não são adotados na maioria das instituições brasileiras. Se for o caso, os limites para E = 6 , M = 3 e B = 1 devem ser estimados pela instituição.					
RISCO	E: materiais quimicamente instáveis, trazendo riscos à preservação e à saúde humana. M: documentos instáveis, em deterioração, com danos físicos ou mecânicos. B: documentos estáveis.						
	E: a critério da instituição, com base em estatísticas de uso. M: a critério da instituição, com base em estatísticas de uso. B: a critério da instituição, com base em estatísticas de uso.						
		VALOR TOTAL: (Quanto maior o valor total, maior a necessidade de conversão digital)					

Fonte: adaptado a partir de Reyden (1996) e Vogt-O'Connor (2000 cit. por Silva, 2005, p. 25)

Sequencialmente apresenta orientações sobre o preenchimento e utilização do mesmo, relativamente aos critérios VALOR, RISCO e USO. Deste modo, Silva (2005), no *Manual de Digitalização de Acervos* (CMI da FCRB e a DIPT do INT), refere o aumento de acessos, a preservação dos documentos originais e a ampliação da comunidade de utilizadores. Portanto, adotar a digitalização de documentos impressos é uma alternativa que auxilia a preservação digital de documentos, evita a perda de informação, permite a sua divulgação e o seu acesso.

Na verdade, relativamente à seleção de documentos que podem ser objeto de digitalização, quer na política de digitalização de coleções da BNP quer no CMI da FCRB e na DIPT do INT (Brasil), são referidos critérios relacionados com o valor histórico-cultural ou informacional (missão institucional), o valor intrínseco (existência de itens raros ou únicos), condições de conservação ou risco (materiais quimicamente instáveis, com danos físicos ou mecânicos) e os níveis de utilização (requisição dos originais ou uso efetivo).

Assim, podemos observar que na perspetiva das instituições aqui abordadas as questões-chave para a seleção de documentos impressos através da digitalização prendem-se com a missão de cada organização detentora de coleções, quando relacionada com outros critérios de seleção, pois será prudente o cruzamento dos dados, na medida em que não teremos resultados consistentes se usarmos um critério isoladamente.

2. COOPERAÇÃO E COLABORAÇÃO PARA PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA E DIVULGAÇÃO DE COLEÇÕES

No início do primeiro capítulo, referimos que os serviços de informação, enquanto espaços de preservação da memória, são guardiões da produção intelectual, cultural e patrimonial, sendo a preservação da memória fundamental para a produção de novo conhecimento, para compreender e contextualizar a história, a identidade e a cultura de um povo, mas não esquecendo que

vivemos uma Era marcada por inúmeras transformações sociais e culturais e por grandes avanços tecnológicos, com um enorme impacto nas formas como lemos, acedemos à informação e ao conhecimento, aprendemos, interagimos e nos integramos socialmente, afetando todos os domínios da nossa vida individual e coletiva (Conde, 2017, p. 16).

Além disso, o ritmo a que a tecnologia tem proliferado é de tal modo acelerado que nos deparamos:

com o repto da competitividade para a excelência e com a determinação de metas de qualidade e de sucesso, assim como da assunção de critérios organizativos de instrumentação para a aprendizagem assíncrona e da capacidade de investigação ao serviço da comunidade, da sua promoção e transformação (Morgado, Licursi & Silva, 2024, p. 3).

Ainda nesta linha de pensamento, Morgado, Licursi e Silva (2024) afirmam que «as atividades de investigação e de ensino devem constituir-se como um todo coeso, sustentado e equilibrado em termos de intervenção e extensão à comunidade, assumindo a sua responsabilidade sobre o modelo de desenvolvimento da sociedade» (p. 4).

Aliás, o Manifesto da IFLA-UNESCO para as Bibliotecas Públicas 2022, salienta que «a liberdade, a prosperidade e o desenvolvimento da sociedade e dos indivíduos são valores humanos fundamentais», mas «só serão atingidos quando os cidadãos estiverem na posse da informação que lhes permita exercer

os seus direitos democráticos e desempenharem um papel ativo na sociedade» (IFLA & UNESCO, 2022, p. 1).

Perante tais mudanças que se fazem sentir, a Sociedade da Informação (e do Conhecimento) é caracterizada pelo elevado número de atividades produtivas que dependem da gestão dos fluxos informacionais, dos processos de difusão da informação e conhecimento e do uso das TIC. Na verdade, Dudziak (2003, p. 23) refere que devido ao elevado número de informações disponibilizadas, principalmente via Internet, surgiram entraves ao acesso, nomeadamente o número ilimitado de fontes e desconhecimento de mecanismos de filtragem, de organização e de apropriação da informação.

Contudo, «a participação construtiva e o desenvolvimento da democracia dependem tanto de uma educação satisfatória, como de um acesso livre e ilimitado ao conhecimento, ao pensamento, à cultura e à informação» (IFLA & UNESCO, 2022, p. 1), uma vez que «a informação passou a ser reconhecida como elemento-chave em todos os segmentos da sociedade» (Dudziak, 2003, p. 23).

E é neste contexto que «a mudança em curso impressiona e abre novos caminhos e atitudes» (Silva & Ribeiro, 2010, p. 43). Aliás, Amândio (2012) salienta que as bibliotecas têm desenvolvido outros «tipos de colaboração, entre os quais, a [...] intercooperação entre redes de bibliotecas. Estas redes podem ser extensíveis a instituições que vão para além da função das bibliotecas [...], sobretudo porque os desígnios tendem a aproximar-se cada vez mais» (p. 2).

Silva e Ribeiro (2010, p. 43) afirmam que para estar em condições de buscar, selecionar, assimilar e usar a informação disponibilizada não basta os indivíduos possuírem competências básicas de informática e acesso gratuito a computadores. Na verdade, «a conceção de «redes de cidadania» generalizou-se e, em todas, o denominador comum consiste em satisfazer e ir ao encontro das necessidades de informação e formação, orientar e tornar produtivos os percursos dos cidadãos em ambiente digital» (Amândio, 2012, p. 2).

Deste modo, face à grande quantidade de informação disponibilizada, é necessário desenvolver o espírito crítico e adquirir competências que permitam separar a informação acessória da informação útil, e usá-la corretamente em

proveito próprio, sendo que o lugar mais indicado para adquirir tais competências é a escola, em geral, e a biblioteca escolar e demais serviços de informação, em particular, na medida em que os serviços de informação (bibliotecas, arquivos ou centros de documentação) são núcleos locais, que tornam «acessíveis aos seus utilizadores o conhecimento e a informação de todos os géneros. É uma componente essencial das sociedades do conhecimento, adaptando-se continuamente a novos meios de comunicação para cumprir a sua função de facilitar o acesso universal [à] informação» (IFLA & UNESCO, 2022, p. 1).

Além disso, o avanço da tecnologia de informação e comunicação tem aumentado consideravelmente as oportunidades de cooperação e colaboração entre os serviços de informação. Com efeito, as redes de bibliotecas desempenham um papel importante para o acesso a recursos potenciadores de aprendizagens, pois as alterações no formato dos recursos de informação aumentaram a necessidade de desenvolver esforços colaborativos, de forma a obter o máximo benefício da partilha, numa altura em que os recursos financeiros, humanos e materiais não abundam. Aliás, criar «condições de aproveitamento das potencialidades dos ambientes *Web*, perspetiva a conceção de espaços âncora para um conjunto de serviços, conteúdos e recursos partilhados. Os serviços a desenvolver podem ser [...] diretórios de bibliotecas, catálogos coletivos ou [...] coleções de objetos digitais» (Amândio, 2012, p. 2).

Por conseguinte, «desde os meados do século XIX que professores e bibliotecários procuram estabelecer pontes entre a informação e os alunos: um processo no qual o catálogo assumiu uma grande centralidade» (Gameiro, 2017, p. 38), mas o catálogo terá de «se apresentar com características da web 2.0 [...] devendo] permitir a interação com o utilizador, disponibilizando mais documentos em formato digital e constituindo-se como mais uma plataforma de acesso à informação. O catálogo coletivo deve caminhar nesse sentido» (Gameiro, 2017, p. 44).

Mas, antes de avançarmos, é necessário clarificar o conceito de rede para entendermos melhor a sua importância e o que significa trabalhar em rede, cooperação e colaboração.

Na verdade, o conceito de rede expressa uma «ligação “horizontal”, igualitária e democrática entre indivíduos» (Fernandes, 2007, p. 2), pois uma rede «é uma quantidade de pontos [...] interligados por relações que podem ser de vários tipos. [...]. Modernamente, o conceito de rede foi alargado para um vasto leque de disciplinas, que vão da sociologia (redes sociais) à informática (redes de computadores)» (*ibidem*).

Para Castells (1999), as redes constituem «a nova morfologia social de nossas sociedades, e a difusão da lógica de redes modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura» (p. 497). A partir do argumento apresentado, Castells reforça esse ponto de vista ao afirmar que «a morfologia da rede também é uma fonte de drástica reorganização das relações de poder» (p. 498).

Apesar de existirem diversos tipos de redes, Vargues e Alvim (2023) explicitam que «a rede distribuída implica uma comunicação multidirecional, de todos para todos, com base na confiança, transparência e consciência do bem comum» (p. 7), a qual «pode ser implementada materialmente em todos os tipos de processos e organizações graças [...às] tecnologias da informação» (Castells, 1999, p. 108), sendo «consensual a prática de redes de cooperação nas bibliotecas» (Vargues & Alvim, 2023, p. 7).

Porém, Weston e Vullo (2014) salientam que «a cooperação, que está implícita numa rede, é a base estratégica e organizacional de uma série de interações entre instituições e organizações e que pode ter diferentes níveis de participação e integração» (Vargues & Alvim, 2023, p. 7). Para complementar esta ideia, recordamos que Fitzgibbons (2000, pp. 20-26) enumerou diversos tipos de cooperação: partilha de redes e recursos; cooperação na criação de coleções; cooperação na prestação de serviços de informação e instrução; e cooperação para incentivar a leitura e a alfabetização.

Ainda neste contexto, podemos afirmar que a partilha de experiência e conhecimento, entre as diversas organizações e profissionais de várias áreas, na rede «poderá servir de orientação nas ações a desenvolver» (Vargues & Alvim, 2023, p. 30). Além disso, na página *Web* da Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (2022), encontra-se expresso que a «colaboração

pressupõe uma interdependência entre as partes e a assunção conjunta das responsabilidades, [...] a partilha de riscos e a consequente minimização da exposição individual».

Deste modo, podemos afirmar que trabalhar em rede refere-se a uma abordagem colaborativa para a resolução dos problemas da comunidade, destacando-se a capacidade de unir diferentes competências, experiência e/ou conhecimento, rentabilizando esforços e recursos, sejam financeiros, materiais ou humanos.

É nesta perspetiva que a cooperação e a colaboração entre os diversos profissionais da informação e educadores, bem como o estabelecimento de parcerias entre as diversas instituições locais, assumem uma importância fundamental na prossecução da missão e objetivos de cada uma delas, preservando, divulgando e dando acesso à informação a potenciais (e reais) utilizadores. Isto porque os referidos serviços de informação procuram «de forma proativa, novos públicos e [estão atentos] aos seus interesses para apoiar o desenvolvimento de serviços que respondam às necessidades locais e contribuam para a melhoria da qualidade de vida» (IFLA & UNESCO, 2022, p. 2), uma vez que os serviços de informação integrarão cada vez mais utilizadores:

«nativos digitais» e estes tenderão a dominar os «nativos tradicionais», uma espécie que ainda tem um peso considerável, mas que se renderá: as bibliotecas acompanharão inevitavelmente este processo de substituição ganhando o seu nicho nas plataformas preferidas pelos utilizadores, dos quais se aproximaram ao longo dos seus percursos formativos iniciais, e que continuam a apoiar a sua aprendizagem ao longo da vida (Gameiro, 2017, p. 44).

Na verdade, é pela biblioteca escolar que começa todo um percurso na busca e seleção da informação, a qual «é a verdadeira porta de entrada a qualquer tipo de biblioteca ou centro de documentação de que um cidadão vai fazer uso durante a idade adulta, tanto por razões pessoais, de formação, informação, ócio, como por razões profissionais» (Gomes, 2010, p. 32). Gomes (2010) salienta ainda que nesta biblioteca a criança ou jovem contacta com a palavra escrita e não escrita, com diferentes suportes documentais (analógicos

e digitais) e com ferramentas que lhe vão permitir reconhecer as suas necessidades informativas e transformá-la em conhecimento útil para a sua vida.

Assim, a biblioteca escolar «tem uma missão primordial na alfabetização informacional e na preparação de todos os cidadãos como utilizadores de qualquer centro de documentação» (Gomes, 2010, p. 32). Contudo, «este trabalho deve ser em colaboração com a biblioteca pública» (Gomes, 2010, p. 32), mas também com outros serviços de informação existentes numa dada realidade local, regional ou nacional. Por outro lado, é essencial criar parcerias de trabalho efetivas e em rede, pois a colaboração e cooperação potencia uma

melhoria da qualidade dos serviços e na satisfação dos utilizadores. Devemos acrescentar que um maior conhecimento entre as entidades que participam, a relação entre estas e o seu ambiente, contribuem, certamente, para a valorização da história cultural local, desde uma óptica economicista, que permite a optimização de recursos e facilita a sua gestão [...até à] difusão das bibliotecas, divulgar a sua função e promover novos utilizadores (Gomes, 2010, p. 27).

Além disso, «a partilha de riscos e de recursos na implementação de serviços inovadores em contextos de complexidade e de incerteza incentiva e propicia a colaboração» (Direção Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas, 2022).

No entanto, os serviços de informação, integrados numa rede de bibliotecas a nível concelhio, devem contar com serviços direcionados às faixas etárias dos públicos a quem se dirigem, divulgando-os através das escolas e outros locais da comunidade, mas para que isso aconteça «é imprescindível que [os vários serviços de informação] trabalhem em estreita colaboração, cooperação, partilha, para atingir uma verdadeira integração; onde não se sobreponham, quer a nível de serviços, quer a nível de recursos, mas rentabilizem [...] os existentes, permitindo [...] abranger um maior número de utilizadores» (Gomes, 2010, p. 27).

Fitzgibbons (2000) refere que para a cooperação ter sucesso é imprescindível reunir um conjunto de condições, tais como:

1. visão partilhada e objetivos comuns;
2. planeamento formal que implique o estabelecimento de políticas e procedimentos conjuntos e avaliação contínua dos processos;
3. avaliação contínua dos processos como parte do processo de planificação;
4. empenho por parte dos responsáveis, decisores, funcionários e comunidade em geral;
5. comunicação e interação ativas;
6. financiamento adequado;
7. e recursos humanos e financeiros (p. 42).

Ainda nesta perspetiva, «o desenvolvimento de processos colaborativos corresponde [...] a melhores serviços, aliados a uma redução de custos e a uma maximização dos resultados» (Direção Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas, 2022). Por outro lado, o processo colaborativo exige «o estabelecimento de uma base comum de trabalho e o acordo numa visão conjunta, [... levando] à capacitação para definir objetivos específicos, metas e a definição de um plano de ação, não esquecendo a importância de definir metodologias de avaliação comuns» (Direção Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas, 2022).

No que respeita aos serviços e às coleções, os mesmos «devem incluir todos os tipos de suporte e tecnologias modernas apropriados, para além dos tradicionais. [...]. Devem [ainda] refletir as tendências atuais e a evolução da sociedade, bem como a memória da humanidade» (IFLA & UNESCO, 2022, p. 2). Deste modo,

a Resolução do Parlamento Europeu de 1998, sobre o papel das bibliotecas na sociedade moderna, o Comunicado de Leuven de 1998 e a Declaração de Copenhaga de 1999, insistem na necessidade de serem criadas redes de bibliotecas que venham a potenciar a política de informação, que, por sua vez, irá ter um papel fulcral na preservação da memória de cada local, região e país, como foi definido na Conferência de Copenhaga (Gomes, 2010, p. 28).

Ainda neste contexto, as redes que integram os vários serviços de informação «devem funcionar numa base de intercâmbio de conhecimentos, de cultura e de construção de uma sociedade de informação democrática, aberta, transparente, ao serviço dos cidadãos, numa formação contínua durante a vida, apostando, assim, na aprendizagem ao longo da vida» (Gomes, 2010, p. 28), bem como «criar canais de colaboração entre as instituições [...] e] envolver outras entidades locais, tendo em conta que esta colaboração deve impulsionar-se directamente dos centros escolares e bibliotecas públicas abrangidos, envolvendo também as autoridades educativas e da comunidade» (Gomes, 2010, p. 31).

Chainho (2011, p. 47) também corrobora esta ideia quando afirma que, além da cooperação interbibliotecas, devem ser estabelecidas parcerias e elos de ligação com as instituições locais, pois para que a «Biblioteca Escolar/Centro de Recursos Educativos se afirme como uma estrutura determinante no seio da comunidade educativa, é necessário que se verifiquem parcerias com outras instituições locais, designadamente, com outras Bibliotecas Escolares, Associações Sócio-Culturais, Jornais Locais, Autarquia Local e Bibliotecas Municipais». Nesta linha de pensamento, Cravo e Nico (2008) salientam a necessidade da «participação em projectos conjuntos que envolvam parcerias com outras instituições locais» (p. 180), uma vez que «permitirão aos docentes a diversificação de metodologias de ensino, nomeadamente, através de vários meios, aos alunos, o acesso a informação mais rica, potenciadora de aprendizagens mais significativas» (*ibidem*).

Deste modo, ao desenvolver-se este trabalho de cooperação, as coleções dos demais serviços de informação locais, para além das bibliotecas escolares, podem efetivamente apoiar os currículos escolares, através da sua inclusão nas atividades curriculares e/ou de complemento curricular, possibilitando que a comunidade educativa se torne «mais enriquecedora, acabando por existir uma maior articulação entre as entidades, podendo isso contribuir para a elaboração de novos projectos em conjunto» (Chainho, 2011, p. 47). Além disso, «as redes de bibliotecas que integram institutos de todos os níveis de ensino, embora

sendo raras, constituem uma oportunidade extraordinária para fazer a diferença» (Gameiro, 2017, p. 45).

2.1. A RBE E O TRABALHO EM REDE

Na sequência das reflexões anteriores, importa referir que a Rede de Bibliotecas Escolares (RBE) aponta exatamente para as potencialidades do trabalho em rede, promovendo as articulações entre instituições, de forma a incrementar o trabalho a favor do desenvolvimento educativo e formativo.

O Programa RBE surgiu em 1995, tal como é referido na página *Web* da RBE, numa iniciativa conjunta do Ministério da Educação e da Cultura, e através do Despacho Conjunto n.º 43/ME/MC/95 foi criado um grupo de trabalho, o qual foi definido pelo Despacho Conjunto n.º 5/ME/MC/96, de 9 de janeiro¹. O programa foi lançado «com o objectivo de instalar e desenvolver bibliotecas em escolas públicas de todos os níveis de ensino, disponibilizando aos utilizadores os recursos necessários à leitura, ao acesso, utilização e produção da informação em diferentes suportes» (Rede de Bibliotecas Escolares, 2008, p. 2).

Este programa é coordenado pelo Gabinete da RBE, que «planeia, supervisiona e acompanha a criação e desenvolvimento das BE nos diferentes níveis de ensino, e que articula com outros serviços do Ministério» (Fernandes, 2011, p. 43), «com as autarquias e Bibliotecas Públicas Municipais, e com instituições diversificadas que prestam formação nesta área» (Rede de Bibliotecas Escolares, 2008, p. 2).

Este projeto privilegiou, desde o início, as escolas «que se situavam fora dos centros urbanos, em municípios onde houvesse biblioteca municipal já instalada, beneficiando, desta forma, da sua experiência e apoio técnico. Este princípio tem sido a base de construção e consolidação de redes concelhias» (Fernandes, 2011, p. 43). Neste contexto, «as autarquias são os elementos estruturantes da Rede de Bibliotecas Escolares e [...] são os parceiros naturais

¹ Cf. a página *Web* da RBE <https://www.rbe.mec.pt/np4/56.html>

e imprescindíveis no processo de construção de uma Rede Concelhia de Bibliotecas Escolares» (*idem*, p. 46).

Como se pode ler no documento que apresenta a RBE, «o lançamento da Rede de Bibliotecas Escolares [é] feito mediante a assinatura de contratos-programa, celebrados entre o Ministério da Educação, as Câmaras Municipais e as escolas» (Veiga *et al.*, 2001, p. 27). Aliás, Fernandes (2011, p. 47) refere aquilo que é preconizado no Relatório Síntese *Lançar a Rede*, pois a formalização da cooperação é realizada em cada concelho, celebrando um Acordo de Cooperação entre o Ministério da Educação e a Câmara Municipal, depois de identificados os estabelecimentos de ensino a apoiar em cada ano, o qual «consagra o envolvimento das partes na concretização dos projectos apresentados» (Fernandes, 2011, p. 47), pois para uma rede concelhia funcionar é fundamental a mesma ser baseada «na colaboração e partilha de responsabilidades entre [...] entidades» (*ibidem*), permitindo «mobilizar e rentabilizar o conjunto de recursos necessários à realização e desenvolvimento continuado dos projectos, propiciando às escolas os meios indispensáveis, a nível financeiro, técnico-pedagógico e de recursos humanos» (*ibidem*).

Neste sentido, o próprio Modelo de Avaliação das Bibliotecas Escolares (MABE), «uma prática consolidada nas escolas, [...] e] que se tem vindo a afirmar [...] como um instrumento orientador de boas práticas e, simultaneamente, indutor de uma cultura de avaliação» (Rede de Bibliotecas Escolares, 2018, p. 7), inclui uma dimensão de análise relacionada com a cooperação com outras instituições.

O MABE encontra-se estruturado «em quatro domínios que se relacionam com a ação, os resultados e os impactos da biblioteca escolar na prestação de serviços, no desenvolvimento curricular e na promoção das competências e aprendizagens dos alunos» (Rede de Bibliotecas Escolares, 2018, p. 10). Os domínios em avaliação através do MABE são apresentados na figura 2.

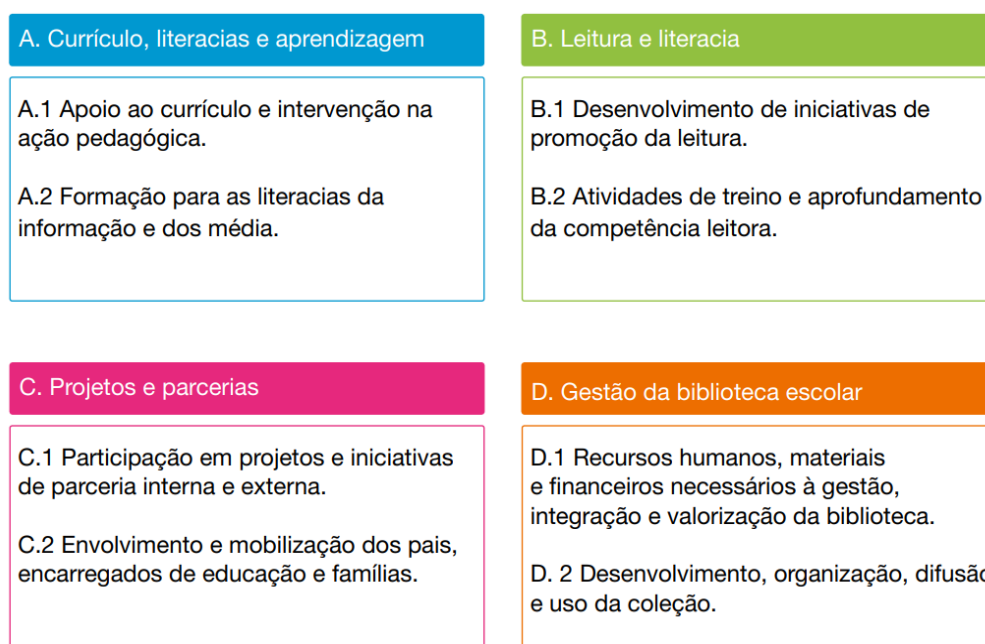


Fig. 2: Domínios em avaliação no MABE

Fonte: Rede de Bibliotecas Escolares (2018, p. 10)

Estes domínios são «unidades parcelares de análise e de avaliação, que correspondem às áreas nucleares do trabalho da biblioteca [... e integram] um conjunto de indicadores, a que correspondem fatores críticos de sucesso e toda a informação relativa aos processos avaliativos que se lhes aplicam» (Rede de Bibliotecas Escolares, 2018, p. 10).

Na verdade, o domínio **C. Projetos e parcerias** «incide no trabalho e na projeção da biblioteca através do estabelecimento de parcerias e redes de cooperação com outras bibliotecas, escolas e entidades e da interação com os pais, encarregados de educação (pais/ EE) e famílias» (Rede de Bibliotecas Escolares, 2018, p. 11). Por outro lado, «a melhoria da sustentabilidade e da qualidade dos serviços através do trabalho em rede, o alargamento das experiências formativas dos alunos e o reconhecimento do valor social e cultural da biblioteca integram as dimensões enunciadas neste domínio» (*ibidem*).

Deste modo, as bibliotecas escolares são «redes dinâmicas, sustentadas em práticas consistentes e enraizadas na comunidade [... e] sistemas de cooperação com a sociedade, promotores da partilha de recursos e de saberes» (Rede de Bibliotecas Escolares, 2018, p. 35).

O domínio **C. Projetos e parcerias** apresenta ainda dois indicadores e fatores críticos de sucesso, embora mencionemos apenas um (cf. Figura 3), por ser aquele que se relaciona diretamente com a cooperação e colaboração entre instituições:

Indicadores	Fatores críticos de sucesso
C.1 Participação em projetos e iniciativas de parceria interna e externa.	<ul style="list-style-type: none">• Desenvolve atividades e projetos com outras bibliotecas/ escolas do agrupamento.• Participa em projetos de âmbito regional, nacional e internacional.• Estabelece parcerias com a BM e promove projetos e atividades que sirvam interesses e objetivos comuns.• Participa, com carácter regular, em reuniões concelhias e interconcelhias promovidas por diferentes serviços: RBE, BM/ Serviço de Apoio às Bibliotecas Escolares (SABE), centros de formação, entre outros.• Apoia a escola/ agrupamento na articulação com o município e com outras instituições, contribuindo para a interação com a comunidade.• Partilha infraestruturas, apoio técnico e serviços em rede, com vista à racionalização e rentabilização dos meios disponíveis.• Integra redes de trabalho e de formação, fomentando a introdução de comunidades de prática em torno de áreas de interesse comum.• Desenvolve programas ou atividades em parceria com diferentes entidades: câmaras municipais, bibliotecas, museus, arquivos, fundações, associações, empresas, entre outras.

Fig. 3: Indicadores e fatores críticos de sucesso

Fonte: Rede de Bibliotecas Escolares (2018, p. 36)

A apresentação deste domínio termina com o elenco dos impactos esperados, isto é, «com o efeito da biblioteca nos níveis de aprendizagem, formação e competências dos alunos, constituindo a principal justificação da existência e da missão da biblioteca escolar» (Rede de Bibliotecas Escolares, 2018, p. 12). Aliás, este domínio elenca quatro impactos da ação da biblioteca nas aprendizagens:

1. Enriquecimento das experiências de socialização e de formação dos alunos.
2. Melhoria da qualidade dos serviços e da gestão sustentável dos recursos.
3. Incremento da participação dos pais, encarregados de educação, famílias e outros parceiros nas atividades da biblioteca e da escola.
4. Aumento da visibilidade, credibilidade e projeção local e social da biblioteca escolar (Rede de Bibliotecas Escolares, 2018, p. 38).

Nesta perspetiva, a RBE (2018, pp. 12-13) refere que a utilização e o acesso a fontes e instrumentos culturais e de conhecimento, a exploração contextualizada das tecnologias e dos *média*, a interação com documentos digitais, a criação de parcerias com outras escolas ou bibliotecas e também com outras instituições, bem como «as redes de trabalho e de rentabilização de recursos e uma gestão orientada para a qualidade e para a criação de valor são áreas críticas de intervenção e requerem uma resposta adequada à mudança» (p. 13). Note-se igualmente que esta é uma prática que tem marcado o trabalho das bibliotecas: «as bibliotecas têm trabalhado as redes de comunicação com os seus utilizadores e têm realizado parcerias com outras instituições» (Vargues & Alvim, 2023, p. 8).

Tendo em conta o que foi explanado até agora, e tal como é referido na página *Web* da RBE, a Rede implica a interação colaborativa de pessoas que partilham informações e colaboram na execução de tarefas comuns. A agilização e racionalização do esforço de cada parceiro é um objetivo fundamental da Rede², considerando que tem requisitos essenciais ao seu funcionamento, os quais incluem recursos humanos, financeiros, tecnológicos e de informação.

Na página *Web* da RBE são listados os organismos que com ela colaboram ou com as quais a Rede colabora, seja por meio informal seja por meio de parcerias ou acordos de cooperação firmados, excetuando-se as parcerias estabelecidas no âmbito das redes locais de bibliotecas que se apresentam em secção própria³.

Neste contexto, podemos dizer que os desígnios da RBE têm sido cumpridos em diversos municípios de Portugal, com a constituição de redes de bibliotecas em vários concelhos do país, de acordo com informação disponibilizada na página *Web* da RBE⁴. Após consulta cuidada sobre as redes concelhias constituídas, podemos dizer que foram criadas 94 redes concelhias em Portugal Continental, sendo os parceiros mais comuns: os agrupamentos de

² Cf. a página *Web* da RBE <https://www.rbe.mec.pt/np4/redes-concelhias.html>

³ Cf. a página *Web* da RBE <https://www.rbe.mec.pt/np4/parceiros>

⁴ Cf. a página *Web* da RBE <https://www.rbe.mec.pt/np4/redes>

escolas, as câmaras municipais e as bibliotecas municipais. Para além destes, algumas redes concelhias têm como parceiros: museus, escolas profissionais, sociedades filarmónicas, arquivo distrital, conservatório de música Calouste Gulbenkian, juntas de freguesia, Santa Casa da Misericórdia e Casa do Povo. Destas 94 redes concelhias, 8 têm também como entidade parceira instituições do ensino superior, a saber:

1. Bibliotecas Integradas de Portalegre - Instituto Politécnico de Portalegre;
2. Rede de Bibliotecas de Melgaço - Instituto Politécnico de Viana do Castelo, Escola Superior de Desporto e Lazer;
3. Rede de Bibliotecas de Tomar - Instituto Politécnico de Tomar;
4. Rede de Bibliotecas de Alcobaça - Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Superiores de Alcobaça;
5. Rede de Bibliotecas de Lamego - Instituto Politécnico de Viseu, Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego;
6. Rede de Bibliotecas de Silves - Instituto Superior Jean Piaget, Escola Superior de Saúde Jean Piaget - Silves;
7. Rede de Bibliotecas de Vila Real - Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro;
8. Rede de Bibliotecas de Évora - Universidade de Évora.

No entanto, das 94 redes concelhias, apenas 2 têm como entidade parceira um centro de documentação: a Rede de Bibliotecas de Évora, que tem como parceiro o Núcleo de Documentação da CME, e a Rede Concelhia de Bibliotecas Escolares e Municipais de Seia, que integra o Centro de Documentação do Centro de Interpretação da Serra da Estrela.

Constatamos, assim, que as «mudanças do paradigma da informação do contexto físico para o digital fizeram desenvolver nas bibliotecas uma nova dinâmica nos serviços de informação. Esta realidade afetou o conceito de bibliotecas em rede, que apresentou novos desafios para o quotidiano dos utilizadores» (Vargues & Alvim, 2023, p. 9). Além disso, Almeida (2015) reforça

este ponto de vista ao afirmar que a «a Web 2.0 disponibiliza um conjunto de ferramentas, muitas delas em *open source* ou *software* livre, propícias ao desenvolvimento da gestão de conhecimento e de conteúdos» (p. 70), na medida em que «os portais seguem, normalmente, uma arquitetura modular, composta por módulos responsáveis por diferentes funções do sistema de gestão de conteúdos, administrados a partir de uma interface centralizada» (p. 73).

Ainda neste contexto, podemos dizer que as bibliotecas colaboram com outras, pois são criados «portais de informação em plataformas digitais, [...] que são um sistema de informação agregador de serviços, oferecendo soluções para os problemas de excesso de informação na Internet, dando possibilidade de gerar um ponto de acesso direto a pesquisas temáticas e orientadas» (Vargues & Alvim, 2023, p. 9). Isto é, de um modo geral, todas as redes concelhias que foram constituídas em Portugal têm um portal na Internet, ondem fazem uma breve apresentação da rede, referem os objetivos, os parceiros envolvidos, dão acesso ao *site* de cada um dos parceiros, têm um espaço notícias e eventos, o catálogo coletivo e outros recursos e disponibilizam documentos úteis no âmbito da literacia da informação. Assim, podemos dizer que os portais das redes concelhias que foram constituídas em Portugal Continental permitem:

a partilha e a colaboração entre pessoas fisicamente distantes; a criação de comunidades de utilizadores e a partilha de conhecimentos; a possibilidade da participação da comunidade de utilizadores na criação de conteúdos relevantes; a sua construção e manutenção, geralmente, em plataformas *open source* [...] com incorporação e gestão de *feeds* ou sindicância de conteúdo, e conterem, geralmente, *Interfaces* de Programação de Aplicativos que permitem a comunicação/integração com outras plataformas (Almeida, 2015, p. 70).

Verificámos, no entanto, que alguns portais apresentam uma *interface* mais amigável do que outros, mas todos cumprem os objetivos que devem estar contidos num portal agregador de informação digital, na medida em que usam tecnologia fácil de usar para os utilizadores que queiram recolher registos bibliográficos, promovem a colaboração entre utilizadores, a literacia da informação, entre outros.

Não obstante, tal como é referido no *Programa da RBE: Quadro Estratégico 2014-2020*, podemos dizer que as redes concelhias de bibliotecas

constituídas em Portugal são redes dinâmicas, uma vez que «o relacionamento das bibliotecas escolares entre si e destas com as bibliotecas municipais, acompanhado e suportado institucionalmente a nível concelhio, revela-se essencial para o crescimento equilibrado e duradouro das bibliotecas» (Rede de Bibliotecas Escolares, 2013, p. 20). Neste contexto, as BE podem usufruir de concursos, projetos, candidaturas e de outras iniciativas locais, ou da RBE, «assegurando o enraizamento, a visibilidade e a disseminação de práticas consistentes e sustentáveis na escola e na comunidade (*ibidem*).

Por outro lado, são sistemas de cooperação com a sociedade, pois «numa época em que as redes e ferramentas digitais favorecem a conjugação de sinergias e a implementação de projetos e atividades comuns, a biblioteca é reforçada pela partilha de recursos, pelo estabelecimento de parcerias e pela rentabilização do trabalho colaborativo» (*idem*, p. 21), ou seja, de acordo com o referido Programa da RBE, a cooperação das BE com outros organismos, como bibliotecas municipais ou públicas, museus, arquivos, universidades ou outras associações, e a participação em projetos coletivos são fundamentais para a sua valorização e integração na sociedade (*ibidem*).

2.1.2. A REDE DE BIBLIOTECAS DE ÉVORA

A origem da RBEV, de acordo com Gameiro (2017, p. 38), remonta a 2006 quando foi constituído o FORBEV (Fórum das Bibliotecas de Évora), o qual teve continuidade com o projeto BIBCOM - Bibliotecas para a comunidade, em 2008. Nesse ano, o projeto recebeu o prémio «Ideias com Mérito», da RBE.

A candidatura anual de mérito foi lançada pelo Gabinete da RBE em 2005 «destinada a apoiar projectos inovadores de escolas/agrupamentos ou parcerias com outras instituições» (Rede de Bibliotecas Escolares, 2008, p. 26). Deste modo, a candidatura do projeto BIBCOM «foi protagonizada pelos Agrupamentos de Escolas n.º 2, 3 e 4 de Évora e pela Escola Secundária Gabriel Pereira que coordenou o projeto» (Gameiro, 2017, p. 38). Através da candidatura anual de mérito, «procura-se potenciar e dar visibilidade a boas práticas em diferentes

domínios de intervenção, com particular destaque para a gestão e difusão de informação em rede, a promoção da leitura e das literacias e o apoio ao currículo e às aprendizagens» (Rede de Bibliotecas Escolares, 2008, p. 26).

Neste contexto, as ações desenvolvidas pela RBEV «têm sido norteadas pelo previsto nos documentos de referência da Rede, designadamente no protocolo de cooperação e nos documentos técnicos da equipa de coordenação» (Gameiro, 2017, p. 42). A RBEV, constituída em 2012, através do Protocolo de Cooperação, celebrado em 2012 e revisto em 2014 (Anexo I), «funciona como uma rede colaborativa, enquanto estrutura consolidada de cooperação entre bibliotecas, que tem vindo a ser desenvolvida de acordo com um plano estratégico» (Gameiro, 2017, p. 41).

Aliás, «ao desenvolvimento da rede está subjacente um programa e uma estratégia, consolidada através de planos anuais de atividades que vêm sendo implementados desde a criação da RBEV» (Gameiro, 2017, p. 42). Assim, esta rede «define-se como uma estrutura de cooperação aberta à livre participação de todas as bibliotecas do concelho [de Évora], visando o desenvolvimento da ligação entre as escolas, as instituições de ensino superior e a autarquia» (Rede de Bibliotecas de Évora, 2012).

São entidades parceiras da rede: a Universidade de Évora, a Biblioteca Pública de Évora, a Câmara Municipal de Évora, através do ND, e as bibliotecas escolares dos Agrupamentos de Escolas: André de Gouveia, Gabriel Pereira, Manuel Ferreira Patrício e Severim de Faria.

Segundo se regista no documento de constituição da RBEV, «esta estrutura procura otimizar atividades e recursos através de uma parceria efetiva que se concretize na partilha de experiências no âmbito da gestão e dinamização de bibliotecas» (Rede de Bibliotecas de Évora, 2012), pois as bibliotecas, quer sejam escolares ou universitárias quer sejam municipais, têm como objetivo comum permitir o acesso à informação e ao conhecimento, tornando-se evidente que as bibliotecas se adequam a uma estrutura alicerçada numa rede automatizada, potencializando o desenvolvimento dos indivíduos que as utilizam. Por outro lado, «a perspetiva adotada baseia-se na integração das conceções de desenvolvimento de competências de informação e aprendizagem

ao longo da vida que pressupõem mestria em tecnologias e em informação: um binómio que está no centro da orientação estratégica da RBEV» (Gameiro, 2017, p. 43).

Contudo, «deve ser garantido ao público [...] (toda a população leitora do concelho) um programa estruturado de formação de utilizadores. Este programa terá que ser modelar, atento à evolução tecnológica e dirigido para as necessidades dos utilizadores» (Gameiro, 2017, p. 43), o qual terá que ser, de acordo com o mesmo autor, adaptado aos públicos que cada biblioteca integrada na rede serve, deverá privilegiar as redes sociais e a interação entre as bibliotecas e os leitores, deverá basear-se em princípios comuns de ação que encaminhem os leitores para o acesso a plataformas comuns na web 2.0., deverá combater de forma sistémica o plágio, deverá incrementar as competências em informação através da aquisição de técnicas de pesquisa e investigação de informação e deverão, as bibliotecas em rede, instituir práticas comuns que coloquem o principal enfoque na pesquisa, seleção e avaliação de informação em suporte digital.

Importa frisar que a «implantação de uma rede não é apenas estabelecer uma ligação, do ponto de vista tecnológico, mas o que é mais relevante é o comportamento humano. O desenvolvimento de uma rede humana é sempre mais favorável para potenciar a rede tecnológica» (Owen, 1996, cit. por Vargues & Alvim, 2023).

Deste modo, a constituição da RBEV estabeleceu, em nosso entender, um meio adequado para o aprofundamento do trabalho colaborativo entre o ND da CME, as bibliotecas escolares e a biblioteca universitária, pois temos a convicção de que a concretização da cooperação não enfraqueceu a individualidade institucional, antes pelo contrário. Acreditamos que a constituição da RBEV tem dado visibilidade, de igual modo, a todos os parceiros institucionais, tem potenciado os recursos existentes e a qualidade do trabalho desenvolvido em cada uma das bibliotecas envolvidas e tem permitido um acesso facilitado à informação e ao conhecimento.

PARTE II – O PROJETO DE DIGITALIZAÇÃO

3. CONTEXTUALIZAÇÃO

A digitalização não pode ser encarada como um processo de preservação digital, mas pode ser considerada uma estratégia para a preservação e divulgação de informação, a qual adquire um perfil na Internet. A digitalização de recursos documentais ajudará o ND da CME e a RBEV a prosseguirem com a sua missão, tal como preconizado nas Recomendações da Comissão Europeia 2011/711/UE de 27 de outubro de 2011, L 283/39.

No entanto, da digitalização para a preservação “nascem” documentos digitais que, também eles, necessitam ser preservados. Mas essa preservação tende a ser mais problemática do que a preservação de documentos analógicos, onde o foco passa a ser a própria informação, segundo Ferreira (2011, p. 18), tornando-se, então, necessário preservar o acesso.

Reconhece-se a importância da digitalização de documentos, enquanto estratégia de preservação, a qual permite a conservação dos documentos textuais, pois o papel está sujeito à deterioração quer pelo seu manuseio quer pela ação de agentes ambientais. A digitalização permite ainda um acesso mais facilitado à informação, na medida em que esta deixa de estar condicionada ao espaço físico e à natureza física do suporte papel, facilitando o alargamento de públicos, os quais ficam à distância de um clique, sendo, no entanto, necessário atentar nas necessidades dos utilizadores, potenciais e reais. Esta é uma tarefa que se desenvolve ao longo do tempo, competindo aos serviços de informação parte da responsabilidade. Os projetos de preservação e divulgação de coleções inserem-se neste compromisso, pois a elaboração de projetos «nasce como consequência do desejo de melhorar a realidade onde estamos inseridos» (Pérez Serrano, 2008, p. 16).

Deste modo, concebemos este trabalho baseado na metodologia de projeto, pois a mesma constitui-se como «um conjunto de operações explícitas que permitem produzir uma representação antecipada e finalizante de um processo de transformação do real» (Guerra, 2002, pp. 119-120).

Esta metodologia é «entendida como uma metodologia científica de intervenção baseada numa ordem lógica de operações sequentes» (Guerra, 2010, p. 119) e o projeto como «a expressão de um desejo, de uma vontade, de uma intenção [...] a expressão de uma necessidade, de uma situação a que se pretende responder» (Guerra, 2010, p. 126).

Pérez Serrano (2008) define projeto como «um plano de trabalho com carácter de proposta que consubstancia os elementos necessários para conseguir alcançar os objetivos desejáveis. Tem como missão *prever, orientar e preparar* bem o caminho do que se vai fazer, para o seu posterior desenvolvimento» (p. 16). Complementando esta ideia, convoke-se o conceito de projeto avançado por Luís Capucha (2008). O autor refere que diligenciar uma tarefa na lógica de projeto «consiste [...] em operar com base na mobilização de conhecimento para identificar as acções necessárias à projecção estruturada e organizada de uma mudança face a uma situação diagnosticada que se pretende alterar dentro de um prazo definido» (Capucha, 2008, p. 7).

A definição de projeto, dada pelos autores acima referidos, vai ao encontro do que procurámos estabelecer para o nosso trabalho: um percurso através da revisão da literatura, complementada pela identificação da parte da coleção em estudo (subclasses 902 e 903 da CDU), com o objetivo de conhecermos o estado de conservação da coleção e o uso efetivo e potencial, através da recolha de dados, centrados na coleção e no uso, por observação direta e pela identificação dos recursos relevantes para os alunos do ES, através da realização do questionário aos PB e aos PH das escolas secundárias, parceiras da RBEV.

Concomitantemente procurámos refletir sobre o papel da digitalização e do acesso aberto, da ampliação do apoio aos utilizadores e propor uma metodologia de ação para a digitalização e divulgação dos recursos identificados. Por outras palavras, considerando o problema de investigação enunciado, o projeto vai permitir-nos: dar resposta à pergunta de partida e às questões de investigação, bem como alcançar os objetivos - gerais e específicos - que traçámos.

Sendo o nosso projeto baseado na temática sobre a preservação e divulgação de coleções, através da digitalização enquanto estratégia de preservação digital, importa referir onde e quando se realizou o projeto e para quem. Deste modo, este trabalho de investigação efetuou-se no ND da CME, durante o biénio 2023/2024, no âmbito do Mestrado em Gestão da Informação e Bibliotecas Escolares, pela Universidade Aberta.

A CME é o órgão executivo colegial do município e os serviços municipais são organizados segundo um modelo de estrutura hierarquizada. Ao nível da estrutura nuclear, os serviços municipais organizam-se em departamentos e ao nível da estrutura flexível, os serviços municipais organizam-se em divisões, unidades municipais e secções, bem como em equipas de projeto, as quais constituem unidades orgânicas integradas na estrutura hierarquizada.

O ND foi criado em 1987 e atualmente está integrado na Divisão de Cultura e Património (DCP). Esta divisão está na dependência direta do Departamento Sociocultural da CME. A criação deste serviço de informação teve como finalidade reunir as espécies bibliográficas que se encontravam dispersas pelos vários serviços da autarquia, «com a missão de contribuir para a gestão autárquica, para o desenvolvimento cultural/educativo e apoiar a investigação sobre a região de Évora e do Alentejo, quer ao nível interno quer ao nível externo dos utilizadores» (Silva, 2017, p. 117).

Em 1991, «foram definidos os objetivos: reunir os documentos e a informação sobre Évora e a região do Alentejo; selecionar e tratar a documentação recebida na autarquia; prestar apoio na área da investigação histórica e cultural» (Silva, 2017, p. 118). Assim, o ND da CME é dirigido «aos serviços internos e aos utilizadores externos (investigadores, estudantes, professores e público em geral) que pretendam realizar trabalhos de investigação ou queiram adquirir um maior conhecimento nas áreas temáticas que constituem o fundo documental» (Silva, 2017, p. 118).

Este serviço de informação é entidade parceira da rede concelhia RBEV, a qual teve a sua origem em 2006, segundo Gameiro (2017, p. 38), com a constituição do Fórum das Bibliotecas de Évora (2006-2008), sob a égide da Biblioteca Pública de Évora, e teve continuidade com o projeto BIBCOM (2008-

2012). Gameiro (2017, p. 38) salienta ainda que este projeto recebeu o prémio *Ideias com Mérito 2008*, atribuído pelo Gabinete da RBE à Escola Secundária Gabriel Pereira e aos Agrupamentos com sede nas Escolas André de Resende, Santa Clara e Conde de Vilalva.

Refere-se a este propósito que «coube a este projeto, com o indispensável apoio da RBE, criar as condições para o lançamento da RBEV e para a constituição do catálogo concelhio» (Rede de Bibliotecas de Évora, 2012), os quais têm como finalidade organizar e difundir o conhecimento, bem como armazenar, preservar e permitir o acesso à informação. Na verdade, em março de 2012 foi celebrado o protocolo de criação da RBEV, regulando a relação entre as entidades cooperantes⁵ e visando a sua participação ativa na Rede, pois «com o decisivo impulso dado pela Universidade de Évora, foram garantidos os meios e os recursos indispensáveis para a criação do portal Web, para o alojamento do catálogo e para o desenho do dispositivo de formação» (Rede de Bibliotecas de Évora, 2012).

A CME, através do ND, «passou a fazer parte desta estrutura, assumindo competências no domínio do tratamento documental. A Biblioteca Pública de Évora passaria a integrar a rede concelhia, meses mais tarde, em novembro de 2012» (Gameiro, 2017, p. 41).

Quando empreendemos este trabalho de projeto tomámos consciência que o mesmo só poderia produzir resultados (*i.é.* mudança) considerando a ampliação do público utilizador. Assim, ponderando essa condição, este trabalho de projeto foi dirigido aos alunos do ES das escolas parceiras na RBEV. No concelho de Évora existem quatro Agrupamentos de Escolas:

- 1 - Agrupamento de Escolas André de Gouveia;
- 2 - Agrupamento de Escolas Gabriel Pereira;
- 3 - Agrupamento de Escolas Severim de Faria;

⁵ UE; BPE; ND da CME; e as bibliotecas escolares dos Agrupamentos de Escolas: André de Gouveia, Gabriel Pereira, Manuel Ferreira Patrício e Severim de Faria.

4 - Agrupamento de Escolas Manuel Ferreira Patrício.

Contudo, só nos agrupamentos numerados de 1 a 3 existe, em cada um deles, uma escola secundária com biblioteca escolar:

- 1 - Escola Secundária André de Gouveia – Biblioteca ESAG;
- 2 - Escola Secundária Gabriel Pereira – Biblioteca Escolar Gabriel Pereira;
- 3 - Escola Secundária Severim de Faria – Biblioteca Escolar Carlos Percheiro.

Por último, tendo em consideração que o projeto incidiu sobre uma organização onde exercemos a nossa atividade profissional, procurou-se cumprir um conjunto de procedimentos que clarificassem a nossa relação com esse contexto e o objeto de estudo. Com base na *Carta Ética*, da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação (2020) e o *Código de Ética para os Profissionais de Informação* (1999), em especial o seu artigo 3.7, cumpriram-se as formalidades necessárias para clarificar os propósitos do projeto e evitar conflitos de interesse entre o trabalho académico em curso e a nossa atividade profissional, já que se antecipava que algum do trabalho de análise de dados, designadamente a parte da coleção do ND escolhida para estudo, pudesse ser realizada em contexto da nossa atividade profissional

Assim, foi feita uma informação oficial sobre o projeto e solicitada autorização ao Chefe da DCP da CME (Anexo II), com o compromisso de reportar os resultados do estudo, reconhecendo-se as vantagens para o próprio ND do trabalho a realizar.

4. INSTRUMENTOS DE PREPARAÇÃO DO PROJETO

4.1. ANÁLISE DAS NECESSIDADES

Depois de formulado o problema e a pergunta de partida, bem como as questões de investigação, procurámos «determinar quais os aspetos mais prementes a resolver com o projeto» (Miranda & Cabral, 2017, p. 35), ou seja, identificar as necessidades, as quais «serão convertidas em objetivos do projeto» (Miranda & Cabral, 2017, p. 36).

No entanto, a deteção das necessidades faz parte do processo de diagnóstico, tal como preconizam os autores Gloria Pérez Serrano (2008), Isabel Guerra (2002) e Luís Capucha (2008). Contudo, é fundamental que a análise da necessidade «se faça em extensão e em profundidade [...], deve constatar-se com base em dados concretos até onde é real ou imaginária» (Pérez Serrano, 2008, p. 31). Neste sentido, Isabel Guerra (2002) e Luís Capucha (2008) salientam a importância de identificar pontos fortes e pontos fracos, quer por meio de grelha analítica (Guerra, 2002, p. 134) quer por meio de uma análise SWOT (Capucha, 2008, p. 20).

Deste modo, optámos por realizar uma análise SWOT para melhor compreendermos a realidade envolvente do nosso projeto, a qual pode influenciar o seu desenvolvimento, como a seguir se apresenta:

Dinâmicas Internas	Forças	<ul style="list-style-type: none">• Estrutura organizacional do município;• Parte da equipa é constituída por pessoal especializado;• Existência de postos informáticos para os funcionários;• Existência de scanner para digitalização de documentos;• Catálogo automatizado;• Parte da coleção é material não impresso;• AtoM, aplicação destinada à descrição normalizada para arquivos definitivos.
---------------------------	---------------	---

	Fraquezas	<ul style="list-style-type: none">• Parte da equipa não é especializada;• Inexistência de postos informáticos para os utilizadores;• Inexistência de equipamento para leitura do material não impresso (cassetes, CDs e DVDs);• Inexistência de utilizadores registados e requisições de consulta em papel;• Sistema de Gestão Integrada para Bibliotecas Koha inoperacional;• Grande parte da coleção é material impresso (papel);• Inexistência de um Plano de Conservação, Preservação e Divulgação da Informação e de uma Política de Digitalização de Documentos;• Dificuldade em disponibilizar e divulgar a coleção online.
Dinâmicas Externas	Oportunidades	<ul style="list-style-type: none">• Entidade parceira da RBEV;• Utilizadores provenientes da Universidade de Évora;• Facilitar e alargar o leque de utilizadores, com digitalização e disponibilização online da coleção.
	Ameaças	<ul style="list-style-type: none">• Pouca diversidade nos utilizadores externos, eventualmente por desconhecimento do ND;• Disponibilização de recursos financeiros.

Fig. 4: Análise SWOT da realidade envolvente do projeto

Fonte: a autora (2023), a partir de Capucha (2008, p. 20)

4.2. ANÁLISE DE DIAGNÓSTICO

Na elaboração de projetos, Capucha (2008), Pérez Serrano (2008) e Miranda e Cabral (2017) consideram a fase de diagnóstico fundamental. Na verdade, «para que o projeto possa realizar uma verdadeira alteração da realidade» (Miranda & Cabral, 2017, p. 23) esta fase não deve ser descurada, ou seja, o diagnóstico «constitui uma das ferramentas teórico-metodológicas mais importantes para nos aproximarmos do conhecimento da realidade objeto de estudo» (Pérez Serrano, 2008, p. 29).

Deste modo, a partir da análise SWOT do nosso projeto, apresentada precedentemente, percebemos que a estrutura da CME se encontra instituída adequadamente, o que tem permitido que a organização identifique as tarefas necessárias ao alcance dos objetivos definidos, bem como as funções e responsabilidades de cada um. Neste sentido, a CME é constituída por várias secções, divisões e departamentos que contribuem para a boa gestão e organização do município e das suas atividades. Neste âmbito, o ND encontra-se integrado na DCP, a qual se encontra na dependência direta do Departamento Sociocultural da CME e tem como missão contribuir para a gestão autárquica, para o desenvolvimento cultural e educativo e apoiar a investigação sobre a região de Évora e do Alentejo, sobretudo no que se refere ao património arquitetónico e cultural.

A CME, através do ND, é entidade parceira da RBEV, a qual tem «a dimensão da Cidade: se considerada a sua composição, é uma referência na área das bibliotecas. Envolve várias valências da Universidade de Évora, a Câmara Municipal de Évora e as escolas públicas de todos os níveis e graus de ensino» (Rede de Bibliotecas de Évora, 2012). A rede têm tido um papel importante na difusão das coleções, através do catálogo coletivo, e na partilha de experiências, saberes e boas práticas, o que tem conduzido à solução de alguns problemas que, isoladamente, cada instituição não conseguiria ultrapassar.

Por outro lado, apesar dos alunos e outros investigadores, da Universidade de Évora, já utilizarem os serviços do ND, a criação da RBEV reforçou essa procura de serviços (*i.é.* informação). Porém, verificamos que os alunos do ES não procuram os serviços do ND da CME, o que nos leva a questionar se a coleção que o ND possui, nomeadamente a parte da coleção sobre arqueologia, não serve os interesses daqueles alunos, ou seja, será que os conteúdos destes recursos podem ou não ser úteis face aos conteúdos curriculares da disciplina de História? Contudo, continuamos a acreditar que a parceria na RBEV pode potenciar o alargamento de públicos.

A partir de 2003 iniciou-se a automatização do catálogo, com recurso ao sistema de gestão de informação Prisma (Porbase 5), com a descrição

bibliográfica e a descrição de autoridades. Em 2019, encetou-se a migração dos dados para o sistema de gestão integrada de bibliotecas Koha, o qual permite gerir processos administrativos relativamente à coleção e ao uso da coleção por consulta. No entanto, apesar dos dados terem sido migrados, não se conseguiu ainda catalogar (embora os recursos continuem a ser selecionados e armazenados em caixas de cartão) nem temos utilizadores registados, seja num registo manual seja no Koha. Deste modo, esta base de dados encontra-se inoperacional e inacessível online e o registo de uso da coleção por consulta (requisição em papel) é feito manualmente.

Na verdade, atualmente na página da Internet da CME não encontramos referência ao ND, à semelhança do que acontece com outros serviços, e inexistência de hiperligação aos catálogos e à RBEV.

Para além disso, existe no ND o AtoM, que é uma base de dados destinada à descrição normalizada em arquivos definitivos, a qual permite disponibilizar objetos digitais na *Web*. Neste momento temos apenas o espólio de Henrique Leonor Pina, professor e arqueólogo amador, catalogado e inventariado nesta base de dados. Este catálogo e inventário ainda não está disponível ao público, uma vez que a documentação se encontra em tratamento.

No que respeita à coleção bibliográfica, de acordo com dados recolhidos a partir do catálogo, podemos dizer que a mesma é constituída por cerca de 19 000 existências, sendo 18 819 material impresso e 149 não impresso, que se distribuem da seguinte forma:

1. monografias, livros, brochuras, dossiers temáticos, dicionários e atlas – 16622;
2. publicações em série – 2053;
3. material gráfico (desenhos, fotografias, gravuras, ilustrações) – 144;
4. recursos vídeo e projeção visual (cassetes vídeo, DVDs e diapositivos) – 29;
5. recursos sonoros (CD áudio) – 25;
6. e recursos eletrónicos (CD, DVD) – 95.

Cerca de 99% da coleção encontra-se em material impresso, como se pode perceber pela breve descrição da coleção. Quer isto dizer que a coleção é constituída essencialmente por documentos analógicos e encontra-se catalogada a 100% e classificada/indexada a 90% e distribuída pelas diferentes áreas temáticas CDU, da classe 0 à classe 9 (cf. tabela 3), o que nos permite identificar os documentos que constituem a parte da coleção objeto deste estudo.

Tabela 3: Descrição da coleção

CDU	Existências	% da área temática em relação à totalidade do fundo
0	2380	12,55%
1	112	0,59%
2	246	1,30%
3	4970	26,20%
5	486	2,56%
6	1549	8,16%
7	4285	22,59%
8	1608	8,48%
9	3332	17,57%
Total	18968	100%

Fonte: a autora (2023)

A parte da coleção, as subclasses 902 e 903, é constituída por 370 existências (material impresso), distribuindo-se da seguinte forma: monografias, livros, brochuras e dossiers temáticos – 354; publicações em série – 16.

Tabela 4: Descrição da parte da coleção – subclasses 902 e 903 da CDU

CDU	Existências	% da área temática em relação à totalidade do fundo
902/903	370	1,95%

Fonte: a autora (2023)

Ao analisarmos os dados relativos à distribuição da coleção pelas subclasses 902 e 903 da CDU (tabela 4), percebemos que a mesma representa 1,95% da área temática relativamente à totalidade da coleção. Contudo, esta

parte da coleção representa 11,10% da área temática relativamente à parte da coleção que corresponde a classe 9 da CDU.

Ainda relativamente à coleção, parte do material impresso são documentos não editados, alguns deles únicos, desgastados e frágeis. No caso particular da parte da coleção que nos propomos estudar, esta diz respeito, na sua maioria, a relatórios de acompanhamento e escavações arqueológicas realizadas no concelho de Évora.

Todavia, não existe um Plano para a Conservação, Preservação e Divulgação da Informação nem uma Política para a Digitalização de Documentos. Estes documentos são fundamentais para a tomada de decisões no que respeita à preservação e conservação de documentos e da informação, quer seja pelo carácter único de alguns recursos ou preservação dos originais quer seja pela maior facilidade no acesso à informação, pois não basta termos uma coleção se depois não conseguimos chegar aos utilizadores, reais e potenciais, como já se referiu anteriormente.

Quer isto dizer que podemos ter aqui dois fatores que podem limitar o uso efetivo dos mesmos, isto é, a localização e o tempo. Na verdade, estes documentos estão restritos a um espaço físico, o que condiciona o seu acesso (o utilizador tem de se deslocar presencialmente para proceder à consulta) e à natureza física do suporte (papel). Contudo, estes documentos estão em risco de se perderem, seja por agentes ambientais seja pelo seu manuseio excessivo, e com eles perder-se-á informação que permite ao ND da CME cumprir a sua missão.

Neste contexto, é fundamental ter em mente uma política de conservação e preservação dos documentos, pois «o eixo da digitalização é transformar o material informacional impresso para um formato digital e assim dar visibilidade maior da riqueza das informações que [o] acervo possui na Unidade de Informação» (Bezerra, 2010, p. 10), auxiliando a preservação dos documentos e evitando a perda das informações contidas nestes, que representam em grande parte a memória, a identidade e o património cultural.

No que respeita à equipa do ND da CME, a mesma é constituída por pessoal especializado, nomeadamente por três técnicos superiores, e pessoal

não especializado, dois assistentes técnicos, os quais não são vocacionados para trabalhar nesta área, o que por vezes se traduz em sérios constrangimentos nas rotinas e tarefas diárias, bem como nos serviços prestados pelo ND da CME.

Relativamente ao equipamento, os funcionários dispõem de cinco postos informáticos para trabalhar, um dos quais inclui scanner para digitalização de documentos. Já os utilizadores não dispõem de postos informáticos para consultarem o catálogo em linha, de equipamentos para leitura dos vários recursos eletrónicos, sonoros e vídeo nem acesso à rede *Wifi*.

No que se refere à disponibilização dos recursos financeiros para a CME, os mesmos são condicionados: pelo panorama económico nacional e internacional; por fatores políticos externos à organização; e pela política de investimentos interna da organização.

Neste contexto, a análise SWOT permitiu-nos detetar as necessidades e diagnosticar os problemas, pois o diagnóstico deve «permitir determinar com precisão os problemas a resolver, os recursos disponíveis e os factores que serão determinantes no contexto» (Capucha, 2008, p. 17). Assim, identificámos a inexistência de um Plano para a Conservação, Preservação e Divulgação da Informação e de uma Política para a Digitalização de Documentos.

Contudo, é necessário realizarmos uma avaliação da coleção, nomeadamente sobre o estado de conservação e uso efetivo da mesma, e identificarmos os conteúdos relevantes para os alunos do ES. Deste modo, será possível estabelecermos critérios para a seleção de documentos que podem ser objeto de digitalização, tendo em vista estabelecer uma política de digitalização de documentos e apresentar, a médio prazo, uma proposta de conservação e preservação digital da coleção do ND da CME, bem como divulgar a coleção na RBEV, dirigida sobretudo aos alunos do ES.

4.3. IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS E MEIOS DE AÇÃO

Para a concretização de projetos é essencial ter conhecimento, desde o diagnóstico, quais são os recursos necessários (humanos e/ou financeiros) de

que podemos dispor para a concretização do projeto, tal como preconiza Gloria Pérez Serrano (2008, p. 35).

Assim, para a concretização deste projeto foram considerados:

1. **Recursos humanos:** a mestranda/autora do projeto, a qual concretiza todas as etapas do projeto: planificação, desenvolvimento e avaliação do projeto.
2. **Recursos materiais:** não são contabilizados, uma vez que os recursos necessários fazem parte do município;
3. **Recursos financeiros:** não são contabilizados, na medida em que é prática no ND levar a cabo projetos sem orçamento ou com orçamento reduzido.

4.4. DETERMINAÇÃO DAS PRIORIDADES

As autoras Isabel Guerra (2002) e Gloria Pérez Serrano (2008) salientam que é necessário estabelecer prioridades, mas este é um assunto «complexo, porque os problemas serão prioritários, ou não, consoante a ótica de quem os examina» (Pérez Serrano, 2008, p. 32). Por outro lado, «os diagnósticos realizados apresentam uma grande diversidade de campos potenciais de intervenção; no entanto, os recursos disponíveis [...] não permitem uma intervenção em todas as frentes» (Guerra, 2002, p. 142).

Contudo, Gloria Pérez Serrano (2008) salienta estratégias e critérios para estabelecer prioridades, no entanto destacamos «a ordenação dos objetivos baseada nas necessidades segundo a sua importância» (p. 33), pois consideramos que esta investigação é sequencial, ou seja, não podemos avaliar o estado de conservação ou uso efetivo da parte da coleção sem identificarmos primeiro os recursos que constituem a parte da coleção.

Deste modo, podemos dizer que a sequência (prioridades) é:

1. identificar os documentos não editados da parte da coleção;
2. avaliação do estado de conservação e uso efetivo da coleção;

3. identificar os recursos mais relevantes para os alunos do ensino secundário;
4. refletir sobre o papel da digitalização e do acesso aberto no contexto da ampliação do apoio aos utilizadores;
5. propor uma metodologia de ação para a digitalização e divulgação dos recursos identificados.

4.5. ANÁLISE DAS CONTINGÊNCIAS

Depois de efetuada a análise SWOT (análise das necessidades e diagnóstico), identificámos dois fatores que se poderiam considerar críticos para o sucesso do projeto:

1. As requisições de consulta em papel;
2. A articulação dos documentos em análise com os currículos/programas da disciplina de História do ES.

Deste modo, podemos dizer que estes dois fatores são contingências identificadas *a priori*, pois o registo das consultas é realizado manualmente, por meio do preenchimento de uma requisição de consulta em papel. Quer isto dizer que, no que respeita ao uso efetivo da coleção, poderíamos não ter oportunidade de identificar e recolher os dados, em tempo útil, uma vez que se afigura ser um processo moroso.

Por outro lado, os recursos que possuímos poderiam também não ter conteúdos relevantes para os alunos do ES, ou seja, os conteúdos podem não estar de acordo com os currículos/programas da disciplina de História do ES.

5. DESCRIÇÃO DAS ESTRATÉGIAS DE AÇÃO

Pérez Serrano (2008, pp. 29-81) salienta quatro fases que envolvem o projeto: diagnóstico, planificação, aplicação/execução e avaliação. Contudo, para descrevermos as estratégias de ação necessárias ao desenvolvimento e execução deste projeto consideramos três grandes fases, tal como preconizadas pelos autores Miranda e Cabral (2017): «1) o diagnóstico dedicado à análise da situação apercebida; 2) o desenvolvimento, ou seja, a elaboração e aplicação do projeto no terreno e 3) a avaliação» (p. 23) de processo e a avaliação de resultados (cf. Apêndice I: quadro com a sistematização da investigação).

Decompondo as três fases que envolvem o projeto, numa **primeira fase (diagnóstico)** fez parte a deteção das necessidades e das contingências, as quais fizemos recorrendo a uma análise SWOT (cf. fig. 4, pp. 50-51 e fig. 5, p. 65), pois «esta ferramenta de análise permite fazer um levantamento dos aspetos positivos e negativos que afetam o nosso projeto quer a um nível interno quer a um nível externo» (Miranda & Cabral, 2017, p. 41). Por outro lado, identificámos os recursos humanos, materiais e financeiros para podermos concretizar o projeto e foram determinadas as prioridades de acordo com o critério da ordenação dos objetivos, baseada nas necessidades, tal como refere Pérez Serrano (2008, p. 33).

Numa **segunda fase (desenvolvimento do projeto e plano de ação)**, pretendeu-se avançar com a implementação do projeto. No entanto, devemos começar com a planificação, a qual consiste «em procurar antecipar, prever, predizer, e tentar vislumbrar o que se vai desenrolar e aplicar no futuro» (Pérez Serrano, 2008, p. 38), pois «o planeamento é o processo ou [...] o conjunto articulado de procedimentos que conduzem ao estabelecimento do plano de acção» (Capucha, 2008, p. 7). Assim, identificámos as finalidades, os atores do projeto e o papel que cada um desempenha para a concretização do projeto (cf. tabela 5, pp. 65-66).

Decorrente da deteção das necessidades, definimos o objetivo geral e os objetivos específicos do projeto, procedemos à revisão da literatura para

contextualização teórica e definimos metas, considerando que «uma meta é um objetivo quantificado e qualificado» (Pérez Serrano, 2008, p. 24). São as metas que vão apresentar os resultados que prevemos alcançar. Outro aspeto muito importante da planificação é a calendarização das atividades do projeto, a qual realizámos construindo um cronograma de atividades (cf. fig. 6, p. 66 e fig. 7, p. 74), de acordo com o Gráfico de Gantt. O gráfico mencionado ajudou-nos a distribuir as tarefas no tempo e vai permitir que seja feito um controle do processo ao longo do percurso, tal como sugerem os autores Miranda e Cabral (2017, p. 53).

No que respeita à implementação do projeto propriamente dito, pretendeu-se colocar em prática o projeto, pois esta fase «consiste na forma de a executar» (Pérez Serrano, 2008, p. 77), tendo em conta o seu desenvolvimento, acompanhamento e controlo. Deste modo, para respondermos às questões de investigação já enunciadas, procedeu-se à recolha de dados centrados na coleção, propriamente dita, no estudo de uso efetivo das obras e na relevância dos conteúdos da mesma para os alunos do ES. Assim, os procedimentos adotados são a notação e o inquérito por questionário.

A **notação** «é o processo de fazer registos ou breves descrições acerca de pessoas ou de objectos, contextos ou acontecimentos» (Coutinho, 2018, p. 105), pois «através da observação o investigador consegue documentar atividades, comportamentos e características físicas sem ter de depender da vontade e capacidade de terceiras pessoas» (Coutinho, 2018, p. 136).

Ainda neste contexto, «a criação de uma atitude de observação consciente passa por um treino da atenção de forma a poder aprofundar a capacidade de seleccionar informação pertinente através dos órgãos sensoriais» (Carmo & Ferreira, 2008, p. 108), uma vez que «ver não é só olhar e escutar não é só ouvir» (*ibidem*), e recorrendo «à teoria e à metodologia científica, a fim de poder descrever, interpretar e agir sobre a realidade em questão» (*idem*, p. 111).

Por outro lado, «a observação pode ser efetuada no decorrer das diferentes atividades do projeto por elementos que organizam essas atividades (observação participante)» (Miranda & Cabral, 2017, p. 34). Neste caso, é necessário «determinar os aspetos que queremos observar atribuindo um

sentido à recolha de informações» (*ibidem*), isto é, conferir uma dimensão estruturada à observação. Ainda neste sentido, Carmo e Ferreira (2008) referem que a observação participante tem sido cada vez mais utilizada em trabalhos de natureza interdisciplinar, seja como ferramenta exploratória, seja como técnica principal de recolha de dados, seja ainda como instrumento auxiliar de pesquisa quantitativa (p. 122).

Além disso, vários autores de referência abordam a utilização de instrumentos de registo para orientar a observação, como as grelhas de observação de fim aberto; grelhas de observação focada; listas de verificação; entre outras. No nosso caso, elaborámos quadros de recolha de dados sobre o estado de conservação da coleção e de uso efetivo da mesma, de acordo com as dimensões que pretendemos observar, já que vamos observar diretamente na estante os recursos da parte da coleção em estudo e «os dados obtidos, podem ser de tipo verbal ou numérico» (Coutinho, 2018, p. 107).

O inquérito «é o processo que visa a obtenção de respostas expressas pelos participantes no estudo» (Coutinho, 2018, p. 107), permitindo «auscultar um número significativo de sujeitos face a um determinado fenómeno social pela possibilidade de quantificar os dados obtidos (Baptista *et al.*, 2021, p. 15) e, «dependendo do problema, do método, da(s) questão(ões) e do(s) objetivo(s) de investigação, esta estratégia de recolha de dados visa, por meio de um conjunto sistematizado de questões (administração direta ou indireta), obter respostas de uma determinada população em estudo» (*ibidem*, p. 16).

De acordo com Miranda e Cabral (2017, p. 31), Batista *et al.* (2021, p. 14), Carmo e Ferreira (2008, p. 140) e Coutinho (2018, p. 107), o inquérito pode ser implementado por questionário ou por entrevista. No caso do questionário, o mesmo é um instrumento de recolha de dados não estandardizado, mas que «permite avaliar uma infinidade de construtos que o investigador deverá primeiro operacionalizar para depois poder medir» (Coutinho, 2018, p. 114) e no que respeita às questões que pretendemos formular, o questionário, «em termos de formato [...] permite inúmeras possibilidades que devem ser determinadas por questões como a literacia, [...] o nível etário, [...] o tempo de resposta que exige,

a natureza do conteúdo que versa, entre muitos outros aspetos» (Coutinho, 2018, p. 140).

Além disso, este instrumento de recolha de dados é «mais amplo no alcance, mas mais impessoal em natureza» (Coutinho, 2018, p. 108), já que o investigador e os inquiridos não interagem em situação presencial, tal como explicitado por Carmo e Ferreira (2008, p. 153). No entanto, como refere ainda Coutinho (2018), apoiando-se em vários autores, «o facto de não haver contacto pessoal com o inquirido, obriga a que devam ser prestados especiais cuidados ao nível da conceção do mesmo» (p. 108), quer seja respeitante às perguntas quer seja respeitante à apresentação do questionário, como afirmam Carmo e Ferreira (2008, p. 131). Esses especiais cuidados referem-se ao «número de perguntas, tipo de resposta a solicitar que deve ser fácil para não desmotivar o inquirido, [...] entre outras], bem como ao layout e aparência geral do formulário (bom arranjo gráfico, boa apresentação)» (Coutinho, 2018, p. 108).

Por outro lado, pode «optar por respostas de escolha dicotómica ou múltipla, questões abertas ou fechadas, questões diretas ou indiretas» (Coutinho, 2018, p. 140). Miranda e Cabral (2017, p. 33) também referem que as questões para o questionário podem ser abertas ou fechadas.

As questões abertas «são aquelas que exigem a redação de uma resposta estando neste caso aquelas que apelam para a justificação de uma determinada escolha ou aspetos relativamente aos quais não possuímos informação suficiente para elaborarmos uma listagem completa de hipóteses de resposta» (*ibidem*).

No que respeita às questões fechadas, podemos dizer que são aquelas «que apelam para a seleção de uma resposta de entre várias hipóteses dadas» (*ibidem*), visto que «um modo de objetivar as respostas e de não permitir que estas sejam ambíguas é fechar as perguntas. Fechar uma pergunta é [...] apresentar ao respondente um número limitado de respostas típicas que este pode escolher» (Carmo & Ferreira, 2008, p. 158).

Não obstante isso, «a construção de um questionário é um processo complexo que consome muito tempo ao investigador, e que deve sempre começar pela definição de forma clara e inequívoca dos objetivos que o levam a

colocar questões ao inquirido» (Coutinho, 2018, p. 140), isto é, «devem [...] ser absolutamente claras para o público-alvo do nosso questionário» (Miranda & Cabral, 2017, p. 32).

Considerando os procedimentos de recolha de dados referidos anteriormente, o procedimento a usar para análise dos mesmos é a estatística descritiva, pois «os dados necessitam de ser organizados e analisados e, como na maioria das vezes tomam uma forma numérica procede-se à sua *análise estatística*» (Coutinho, 2018, p. 151). Por outro lado, «a escolha das estatísticas descritivas a utilizar vai depender da quantidade de dados que dispomos e, sobretudo, do tipo de dados que temos» (*idem*, p. 153).

Deste modo, na descrição do processo de análise usaremos variáveis estatísticas e para a representação das mesmas usaremos tabelas de frequências absolutas, relativas e acumuladas, pois «uma [...] forma de organizar dados da nossa distribuição é agrupando-os em categorias e apresentando-os em **tabelas de frequências**, em que, a cada grupo/categoria está associado o seu respetivo número de ocorrências» (*idem*, p. 155).

Para descrever as distribuições usaremos medidas de tendência central, média e mediana, representadas através de tabelas, na medida em que «os *estatísticos* mais usados para quantificar distribuições são as *medidas de tendência central*» (Black, 1999 cit. por Coutinho, 2018, p. 163). A média corresponde ao valor obtido pela soma dos scores e dividindo pelo número deles, já a mediana «é o ponto da escala de medida acima e abaixo do qual se localizam metade dos scores da distribuição» (Coutinho, 2018, p. 164).

Contudo, para a análise descritiva usaremos também figuras, tais como gráficos de barras, circulares e cronogramas. O tratamento e análise dos dados através da estatística descritiva e a sua representação gráfica tem como objetivo descrever os dados, pondo em evidência as suas características, ou seja, após a análise estatística, a quantificação é de extrema utilidade para selecionar os recursos que devem ser preservados através da digitalização. Na verdade, quando analisarmos a parte da coleção com os métodos escolhidos, e cruzarmos os dados, vai permitir-nos tirar conclusões profundas e claras como não conseguimos se analisarmos um método isoladamente.

Na **terceira fase (avaliação)**, considerando que a avaliação é uma fase crucial em qualquer projeto, a mesma deve ser estruturada «em função do desenho do projecto e é acompanhado de mecanismos de autocontrolo que permitem, de forma rigorosa, ir conhecendo os resultados e os efeitos da intervenção e corrigir trajetórias» (Guerra, 2002, p. 175). Também Miranda e Cabral (2017, p. 57) referem que só com uma avaliação eficaz é que conseguiremos obter as melhorias necessárias que a realidade impõe aos projetos que desenvolvemos, ou seja, «podemos identificar as forças e fraquezas do projeto [...], bem como verificar como se articulam as diversas componentes do [mesmo]» (Miranda & Cabral, 2017, p. 57).

Portanto, «a avaliação é um processo de reflexão que permite explicar e avaliar os resultados das ações realizadas» (Pérez Serrano, 2008, p. 81). Contudo, Miranda e Cabral (2017, pp. 61-62) referem funções diferenciadas do processo avaliativo, dependendo do momento e dos objetivos a que nos propomos.

Assim, na fase da avaliação, definimos dois momentos de avaliação: a avaliação de processo e a avaliação de resultados, pois a avaliação deve estar «presente desde o início até ao fim [do projeto] com o propósito de controlar a forma como se alcançam os resultados, as lacunas existentes no processo, os aspetos não previstos que vão surgindo na aplicação do projeto, [...] etc.» (Pérez Serrano, 2008, p. 84).

Deste modo, definiu-se indicadores dado que «os critérios de avaliação só ganham corpo desde que se traduzam em indicadores que permitam aferi-los» (Capucha, 2008, p. 48). Na verdade, «um indicador é uma variável que permitirá obter um dado mensurável referente a um determinado período de tempo, local, tipo de população ou outras características» (Miranda & Cabral, 2017, p. 59). Por último, vamos usar a estatística descritiva, enquanto procedimento para análise dos dados, pois a mesma permite «substituir o conjunto de dados, por um sumário desses dados de forma a realçar a informação que eles contêm» (Martins & Cerveira, 1999, p. 27).

5.1. IDENTIFICAÇÃO DOS CONTEÚDOS DE AÇÃO

Considerando o que foi referido na descrição das estratégias de ação, pretendemos neste tópico identificar os conteúdos de ação. Deste modo, numa primeira fase (**diagnóstico**), para a deteção das necessidades e das contingências realizámos uma análise SWOT (cf. fig. 4, pp. 50-51) que explicita as forças e as fraquezas, do contexto interno, e as oportunidades e ameaças, do contexto externo, tal como se pode verificar através da representação da análise SWOT:

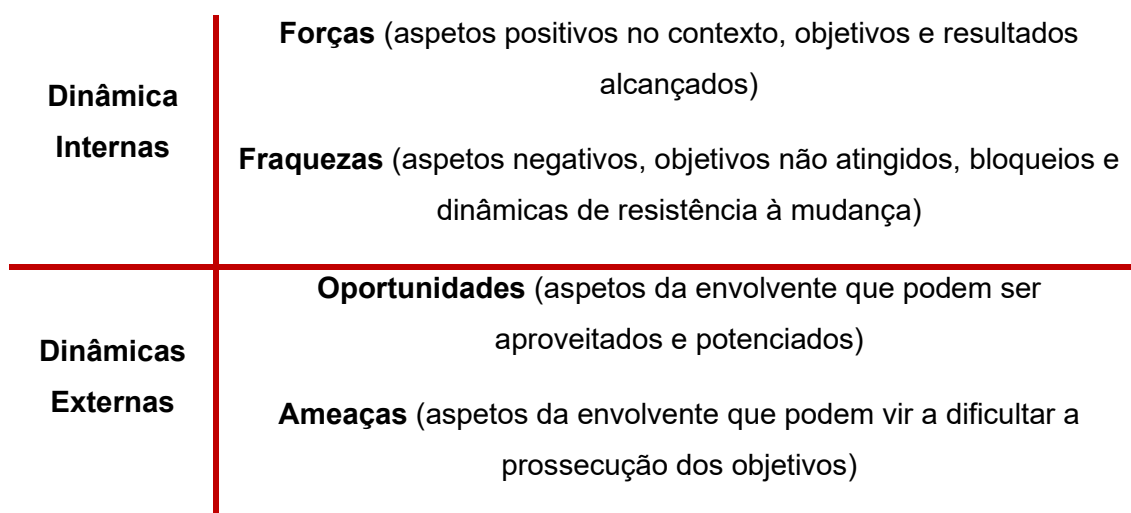


Fig. 5: Representação de uma análise SWOT

Fonte: Capucha (2008, p. 20)

Numa **segunda fase (desenvolvimento do projeto e plano de ação)** identificámos os atores e os papéis que cada um desempenha ao longo de todo o projeto. Na tabela 5 sistematizam-se os atores envolvidos e respetivos papéis:

Tabela 5: Atores envolvidos no projeto e respetivos papéis.

Atores	Papéis
Supervisor/ Orientador do projeto	- Orienta e valida as diversas fases; - Monitoriza o cumprimento dos prazos e a qualidade das entregas.

Mestranda/Autora do Projeto	<ul style="list-style-type: none"> - Coordena, orienta e dinamiza o projeto; - Recolhe informação solicitada; - Propõe soluções; - Delineia procedimentos e processos; - Executa os trabalhos como planeado; - Proceda à avaliação do projeto; - Reporta ao/à Supervisor(a)/Orientador(a) do projeto.
-----------------------------	--

Fonte: a autora (2023)

Por outro lado, previu-se que o projeto fosse desenvolvido durante o ano letivo de 2023/2024, o qual corresponde ao segundo ano do Curso de Mestrado em Gestão da Informação e Bibliotecas Escolares. Para a calendarização das várias fases do projeto, atividades e tarefas elaborámos um cronograma, de acordo com o Gráfico de Gantt (cf. fig. 7, p. 74):

Atividades	Anos/Meses	2023		2024												
		11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11		
Diagnóstico																
A –																
Desenvolvimento do projeto e plano																
A –																
Avaliação do projeto																
A –																
Relatório final																

Fig. 6: Representação esquemática do cronograma de atividades

Fonte: adaptado a partir do Gráfico de Gantt (Miranda e Cabral, 2017, p. 53)

Relativamente à implementação do projeto e para respondermos às questões da investigação e alcançarmos os objetivos propostos, recolheram-se dados centrados na coleção, no uso efetivo da mesma e na relevância dos conteúdos das obras para os alunos do ES, como já referimos anteriormente.

Deste modo, no que respeita à recolha de dados centrados na coleção, a observação direta é um método que, de acordo com Sánchez de Boado (2002, p. 254), permite observar o conteúdo das estantes, com o objetivo de estudar

diretamente dimensões, alcance, profundidade e relevância da coleção. Este método é indicado para coleções pequenas e muito especializadas, como é o caso da parte da coleção que se pretende analisar/avaliar, pois permite uma melhor descrição dos elementos que compõem a coleção em estudo, na medida em que se recolhem dados sobre o título da obra (indicativo do conteúdo), a data de publicação (verificação de possível obsolescência), a cota (indica a existência e a localização), o estado de conservação (razoável, bom e preservar) e algumas observações, como folhas soltas, manchadas, rasgadas, etc. Os dados foram registados num quadro de recolha de dados, o qual serve para comprovar a necessidade de preservação da coleção, através da digitalização:

Tabela 6: Quadro de recolha de dados centrados na coleção

N.º	Título	Data	Cota	Conteúdo	Currículo de Hist. Ens. Sec.	Conservação		
						R	B	P
1								

Fonte: a autora (2023)

Relativamente à recolha de dados centrados no uso da coleção, Sánchez de Boado (2004, p. 173) refere a recolha e análise de dados sobre a utilização da coleção através de consulta local ou empréstimo. No entanto, «la mayor dificultad presentada por este método surge del hecho de que la mayoría de colecciones están en libre acceso, y no se dispone de una estadística fiable de usos al quedar éstos registrados» (Sánchez de Boado, 2004, pp. 173-174). No caso presente esta dificuldade não se coloca, uma vez que a coleção não está em livre acesso.

Assim, foram recolhidos dados que se referem à data da última consulta dos recursos e o número de vezes que isso aconteceu (apuramento da circulação / utilização), devendo estes dados ser registados num quadro de recolha de dados, o qual servirá para comprovar a necessidade de preservação da coleção, através da digitalização:

Tabela 7: Quadro de recolha de dados centrado no uso da coleção

N.º	Título	Data	Cota	Consulta	
				N.º Consultas	Data Última Consulta
1					

Fonte: a autora (2023)

No que respeita aos conteúdos da parte da coleção em estudo, para obtermos informação sobre a relevância dos mesmos, para os alunos do ES, decidiu-se proceder em duas fases:

- Primeira fase: confrontar as áreas/subáreas temáticas dos documentos analisados com as temáticas do currículo do ES, nomeadamente na disciplina de História.
- Segunda fase: realizar um inquérito por questionário aos PB, responsáveis pelas bibliotecas escolares do ES, e aos PH das escolas secundárias, parceiras da RBEV. Para o inquérito por questionário, elaborámos um quadro preparatório (matriz) para a realização do mesmo, onde explicitamos a finalidade do inquérito, a questão da investigação e definimos os objetivos gerais e específicos (Apêndice II).

5.2. RESULTADOS E IMPACTOS DOS OBJETIVOS

Miranda e Cabral (2027) mencionam que «para além dos objetivos os projetos devem ter metas definidas. Elas decorrem, naturalmente, dos objetivos e apresentam os resultados concretos que prevemos alcançar» (p. 48). Podemos então afirmar que os resultados esperados são a forma concreta em que se espera alcançar os objetivos específicos, devendo existir uma correspondência entre os mesmos. Assim, definimos as seguintes metas para cada objetivo específico:

1. Apresentação de uma reflexão (revisão da literatura) sobre o papel da digitalização e do acesso aberto no contexto da ampliação do apoio aos utilizadores;
2. 100% dos documentos que constituem a parte da coleção em estudo sejam identificados;
3. 100% dos recursos que constituem a parte da coleção em estudo sejam analisados/avaliados, no que respeita à conservação e ao uso efetivo;
4. 80% de respostas ao inquérito por questionário aplicado aos PH e aos PB, sobre os conteúdos da parte da coleção em estudo;
5. Proposta de uma metodologia de ação para a digitalização e divulgação dos recursos identificados e analisados.

Estas metas traduzem os resultados que esperávamos alcançar, ou seja, pretendia-se obter um conhecimento claro e profundo da parte da coleção em estudo, relativamente ao estado de conservação, ao uso efetivo e aos conteúdos considerados relevantes para os alunos do ES, permitindo-nos selecionar os documentos textuais que poderiam ser objeto de digitalização, enquanto estratégia de conservação e preservação da informação. Note-se que a meta 4 tem em consideração o facto de ser muito difícil obter retorno de todos os questionários a serem enviados, e embora seja ainda uma meta ambiciosa, considerámos que seria possível de alcançar.

6. AVALIAÇÃO DO PROJETO

6.1. AVALIAÇÃO DE PROCESSO

Na fase da avaliação de processo, «avalia-se a implementação do projeto e eventuais desvios» (Miranda & Cabral, 2017, p. 62), até um determinado momento, permitindo «obter a informação necessária [...] a fim de emitir um juízo de valor sobre a qualidade do processo» (Pérez Serrano, 2008, p. 95). Contudo, Pérez Serrano (2008, p. 95) salienta que esta fase de avaliação é um instrumento de apoio na trajetória de uma tomada de decisão, relativamente às ações planeadas, com o intuito de corrigir ou alterar desajustes, de modo que os objetivos previstos sejam alcançados.

Deste modo, definimos os seguintes indicadores de avaliação de processo referentes à parte prática do projeto:

1. Número de documentos que constituem a parte da coleção;
2. Número de documentos que foram analisados/avaliados, no que respeita à conservação e ao uso efetivo;
3. Número de respostas ao inquérito por questionário aos PH e aos PB, sobre os conteúdos da parte da coleção em estudo;
4. Elaboração de uma proposta fundamentada de metodologia de ação para a digitalização e divulgação dos recursos analisados.

Esta avaliação, tal como consta no cronograma (cf. fig. 7, p. 74), foi realizada em dois momentos. Em fevereiro, verificou-se a seguinte situação:

- Foi realizado a 100% o levantamento dos documentos;
- A análise/avaliação foi realizada em 100% dos documentos, quer seja respeitante à conservação quer seja respeitante ao uso da coleção;
- O questionário aos docentes estava na fase de elaboração, portanto ainda sem retorno de resposta;

- A elaboração da proposta de metodologia de ação ainda não tinha tido início, já que deveria decorrer da realização das restantes metas.

Em julho efetuou-se nova avaliação do processo, com os seguintes elementos a reportar:

- O questionário aos docentes, enviado a 4 de junho, registava 27,3% retorno de resposta.
- A elaboração da proposta de metodologia de ação ainda não tinha tido início, já que deveria decorrer da realização das restantes metas.

6.2. AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

A principal característica da avaliação de resultados é o facto de ser aplicada no final do projeto, permitindo «obter uma perspetiva de mudança registada numa determinada realidade» (Miranda e Cabral, 2017, p. 61). Sendo que «esta fase final implica a elaboração de uma síntese que se atinge com a conjugação de todos os elementos proporcionados pela avaliação inicial e processual, para chegar a uma formulação global na qual se ponha em relevo se os objetivos do projeto foram alcançados, ou não, e em que medida» (Pérez Serrano, 2008, p. 96).

Contudo, de acordo com Miranda e Cabral (2017, p. 59), para podermos concretizar a avaliação de resultados devemos utilizar os indicadores resultantes das atividades desenvolvidas, considerando o problema identificado, os objetivos e metas definidos. Deste modo, as metas que definimos são «os resultados concretos que prevemos alcançar» (Miranda & Cabral, 2017, p. 48). Assim, definimos os seguintes indicadores de avaliação de resultados referentes à parte prática do projeto:

1. Número de documentos que constituem a parte da coleção;

2. Número de documentos que foram analisados/avaliados, no que respeita à conservação e ao uso efetivo;
3. Número de respostas ao inquérito por questionário aos PH e aos PB, sobre os conteúdos da parte da coleção em estudo;
4. Elaboração de uma proposta fundamentada de metodologia de ação para a digitalização e divulgação dos recursos analisados.

Esta avaliação, tal como consta no cronograma (cf. fig. 7, p. 74), foi realizada em novembro, e verificou-se a seguinte situação:

- Foi realizado a 100% o levantamento dos documentos;
- A análise/avaliação foi realizada em 100% dos documentos, quer seja respeitante à conservação quer seja respeitante ao uso da coleção;
- O questionário aos docentes registou 36,3% retorno de resposta.
- A proposta de metodologia de ação para a digitalização e divulgação dos recursos estava concluída.

7. DESENVOLVIMENTO DO PROJETO/PLANO DE AÇÃO

Este projeto, intitulado *Preservação e Divulgação de Coleções: O Contributo do Núcleo de Documentação da Câmara Municipal de Évora na Rede de Bibliotecas de Évora*, realizou-se em contexto profissional, tendo sido devidamente autorizado pelo Chefe da DCP da CME (Anexo II), e pretendeu dar resposta ao problema identificado (p. 3). Esta situação, intuída como problemática levou-nos à definição da pergunta de partida (p. 4) que, por sua vez, nos levou às questões de investigação (p. 4).

Como referimos no ponto 5 deste relatório (descrição das estratégias de ação), para o desenvolvimento e execução deste projeto, considerámos três fases, tal como preconizadas por Miranda e Cabral (2017): 1) diagnóstico; 2) desenvolvimento; e 3) avaliação (cf. Apêndice I: sistematização da investigação).

No que concerne ao desenvolvimento do projeto e plano de ação, avançámos com a implementação do projeto. Começámos pela planificação, identificando as finalidades, os atores intervenientes e o papel que cada um desempenhou na concretização do projeto (cf. tabela 5, pp. 65-66).

Decorrente da deteção das necessidades, foram definidos os objetivos gerais e específicos do projeto (p. 5), procedemos à revisão da literatura para contextualização teórica e foram definidas metas (p. 68), as quais traduzem os resultados que esperávamos alcançar. Uma das componentes da planificação é a calendarização das atividades e tarefas do projeto, uma vez que «calendarizar atividades é um dos aspetos do projeto que visa o controlo rigoroso de todas as ações programadas e uma melhor utilização do tempo disponível em função dos objetivos delineados» (Miranda & Cabral, 2017, p. 49).

Deste modo, considerando a determinação das prioridades para este projeto (p. 57), calendarizámos as atividades e tarefas de acordo com o Gráfico de Gantt apresentado na figura 7, tendo em conta o seguimento e a sucessão das várias fases da investigação, bem como a forma como se sucedem, completam e coordenam, tal como preconiza Pérez Serrano (2008, p. 72), sendo

que a calendarização inicial encontra-se assinalada a amarelo e os ajustes na calendarização encontram-se assinalados a verde.

Atividades	Anos/Meses		2024										
	2023	2023	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
Diagnóstico													
A – Análise SWOT													
B – Diagnóstico													
Desenvolvimento do projeto													
A – Identificação dos documentos não editados													
B – Recolha de dados sobre o estado de conservação da coleção													
C – Recolha de dados sobre o uso efetivo da coleção													
D – Recolha de dados sobre os conteúdos da coleção													
E – Elaboração da metodologia de ação para digitalização													
Avaliação do projeto													
A – Análise dos dados													
B – Avaliação de processo													
C – Análise dos dados													
D – Avaliação de resultados													
Relatório final													

Fig. 7: Cronograma de atividades do projeto

Fonte: a autora (2023), de acordo com o Gráfico de Gantt (Miranda & Cabral, 2017, p. 53)

Relativamente à implementação do projeto propriamente dito, colocámos em prática o plano de trabalho estabelecido, no que à parte prática diz respeito, considerando o seu desenvolvimento, acompanhamento e controlo.

Por outras palavras, recolhemos dados centrados na coleção, no que respeita ao estado de conservação e ao uso das obras. O procedimento usado para esta recolha foi a notação (observação direta). Além disso, recolhemos dados sobre a relevância pedagógica dos conteúdos das obras em estudo e o

procedimento adotado foi o inquérito por questionário. Para a análise de dados, o procedimento que usámos foi a estatística descritiva. Concomitantemente à análise dos dados efetuámos a avaliação do projeto (terceira fase): avaliação de processo (cf. o ponto 6.1, pp. 70-71) e avaliação de resultados (cf. o ponto 6.2, pp. 71-72).

Por último, elaborámos uma proposta de metodologia de ação para a digitalização de recursos, tendo em conta o estado de conservação e uso da coleção, bem como o conteúdo relevante para os alunos do ES, das escolas parceiras da RBEV.

Tanto a análise dos dados da coleção como a análise dos dados do questionário possibilitaram-nos definir critérios de seleção e estabelecer prioridades (cf. tabela 14, p. 93), quando se empreender a digitalização dos documentos.

7.1. ANÁLISE DA COLEÇÃO

No **exame direto de parte da coleção**, as publicações não editadas das subclasses 902 e 903 da CDU, usámos a técnica da observação direta para melhor descrever os dados que a compõem. Contudo, foi efetuada uma observação instrutiva sobre a coleção, para que os resultados obtidos possibilitassem a formação de uma conclusão quantitativa e qualitativa.

Assim, durante os meses de dezembro de 2023 e janeiro de 2024, dos 370 recursos que constituem aquela parte da coleção, foram observados diretamente na estante 92 objetos (recursos de informação impressos), de modo a obter dados de conservação e conhecer quais eram as partes da coleção que necessitavam de preservação (Apêndice III). Assim, considerámos o estado de conservação de cada recurso observado e atribuímos uma classificação:

1. Preservar (P) – recurso em mau estado de conservação e necessita de ser preservado;
2. Razoável (R) – recurso em estado de conservação razoável, mas que já necessita de alguma intervenção de conservação e preservação;

3. Bom (B) – recurso em bom estado de conservação.

A recolha de dados centrados na coleção permite-nos dizer que a parte da coleção em estudo é constituída por 92 recursos e apresenta uma data média de 2004, com valores mínimos em 1987 e máximos em 2013, como podemos observar na tabela 8.

Tabela 8: Datas da coleção em estudo

Coleção	Média	Valor mínimo	1.º quartil	Mediana	3.º quartil	Valor máximo	Freq. absoluta (ni)
Datas	2004	1987	2001	2003	2008	2013	92

Por outro lado, a análise da conservação da coleção é uma tarefa essencial do exame direto da mesma. Deste modo, a figura 8 apresenta um resumo das datas mais representativas desta parte da coleção, a partir da qual podemos observar que as datas mais significativas se apresentam entre 2002 e 2011. Na verdade, as datas mais significativas ao nível de frequências relativas na referida parte da coleção são: 2002 (0,119 = 11,9%); 2003 (0,087 = 8,7%); 2008 (0,087 = 8,7%); e 2011 (0,108 = 10,8%).

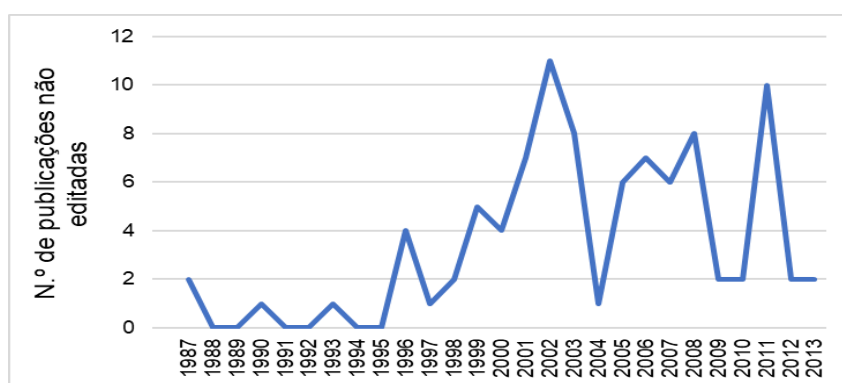


Fig. 8: Cronograma das datas da parte da coleção

Considerando que as datas mais significativas se situam entre 2002 e 2011 e apresenta uma data média de 2004, podemos afirmar que temos uma coleção atualizada, no que respeita a datas. Mas qual será o nível de conservação da coleção?

Tabela 9: Análise das frequências de conservação

Conservação	Frequência absoluta (ni)	Frequência relativa (fi)	%	Frequência absoluta acumulada (Ni)	Frequência relativa acumulada (Fi)
Preservar	3	0,0326	3,26%	3	0,0326
Razoável	16	0,1739	17,39%	19	0,2065
Bom	73	0,7935	79,35%	92	1
TOTAL	92	1	100%		

A partir da tabela 9, a qual apresenta a variável **conservação**, observa-se uma frequência absoluta de 3 casos para conservação “preservar”, 16 casos para conservação “razoável” e 73 casos para conservação “bom”.

Quer isto dizer que a coleção apresenta bom estado de conservação, já que encontramos uma frequência relativa de 0,7935. No entanto, na tabela 9 verificamos uma frequência relativa de 0,0326 para a variável conservação “preservar” e 0,1739 para a variável conservação “razoável”, ou seja, cerca de 20% da parte da coleção em estudo necessita de uma intervenção de preservação, pois os recursos integrados na conservação “razoável” também apresentam alguns sinais de deterioração. Para uma melhor observação da variável conservação apresentamos igualmente a sua representação gráfica (figura 9).

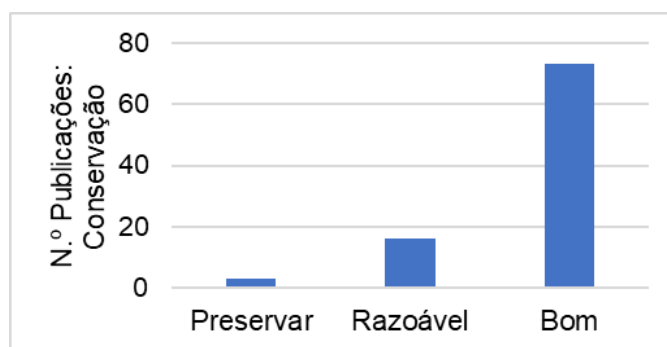


Fig. 9: Estado de conservação da parte da coleção

A partir da observação efetuada diretamente na estante constatou-se que são diversas as razões pelas quais cerca de 20% da parte da coleção 902 e 903 da CDU deverá preservar-se, isto é, folhas soltas, sinais de humidade, folhas e

capa rasgadas, folhas manchadas, argolas de plástico deterioradas, anexos guardados em capas plásticas, entre outros.

Para o **estudo de uso** da parte da coleção foi usada a técnica de consulta manual requisição a requisição, pois o registo de consulta não está automatizado. O processo de recolha destes dados realizou-se entre janeiro e fevereiro de 2024 e permitiu-nos recolher os dados das fichas de requisição, respeitante ao período compreendido entre janeiro 2016 e dezembro 2023, relativamente à circulação/utilização (Apêndice IV), e tomar consciência sobre o preenchimento inadequado das mesmas, seja ao nível da identificação do utilizador (nome, idade, profissão) seja ao nível da identificação das obras consultadas (título, autor, cota).

Tabela 10: Análise das frequências de circulação utilização

Circulação / utilização	Frequência absoluta (ni)	Frequência relativa (fi)	%	Frequência absoluta acumulada (Ni)	Frequência relativa acumulada (Fi)
Consultados	89	0,9674	96,74%	89	0,9674
Não consultados	3	0,0326	3,26%	92	1
TOTAL	92	1	100%		

A partir da tabela 10, a qual apresenta a variável **circulação/utilização**, observa-se uma frequência absoluta 89 recursos consultados e uma frequência absoluta de 3 recursos não consultados. Na verdade, 96,74% da coleção em estudo foi usada, como podemos observar na figura 10:



Fig. 10: Circulação/utilização da parte da coleção

No que respeita à **relevância dos conteúdos** para os alunos do ES, potenciais utilizadores da coleção visados no projeto, numa primeira fase confrontámos as áreas/subáreas temáticas dos 92 documentos com as temáticas do currículo de História do ES – 10.º, 11.º e 12.º anos de escolaridade (Apêndice III). Dos 92 recursos, considerou-se que apenas 62 tinham, de alguma forma, relação com temáticas do currículo analisado.

7.2. QUESTIONÁRIO: RELEVÂNCIA PEDAGÓGICA DA COLEÇÃO

Após essa primeira triagem, realizámos um questionário, onde foram inquiridos intervenientes considerados especialistas face aos objetivos pretendidos, isto é, identificar a relevância pedagógica da parte da coleção em análise com vista a apoiar o estabelecimento de prioridades no processo posterior de digitalização. Assim, decidiu-se aplicar o questionário aos Professores Bibliotecários (PB) responsáveis pelas bibliotecas escolares do ES, e aos Professores de História (PH) das escolas secundárias, parceiras da RBEV (Apêndice V), a partir do qual identificámos quais os recursos com conteúdo potencialmente relevante para os alunos.

O questionário (cf. Apêndice II, onde se encontra a respetiva matriz), foi elaborado de acordo com algumas competências transversais para a escolaridade obrigatória (Martins *et al.*, 2017) e os temas curriculares da disciplina de História A do ES, designadamente:

10.º ANO:

T1: *Raízes mediterrânicas da civilização europeia – cidade, cidadania e império na antiguidade clássica: o modelo romano;*

T2: *Dinamismo civilizacional da Europa ocidental nos séculos XIII a XIV – espaços, poderes e vivências: o espaço português;*

T3: *A abertura europeia ao mundo – mutações nos conhecimentos, sensibilidades e valores nos séculos XV e XVI: a reinvenção das formas artísticas e a renovação espiritual e religiosa.*

12.º ANO

T1: *Crises, embates ideológicos e mutações culturais na primeira metade do século XX: as transformações das primeiras décadas do século XX.*

Terminada a tarefa de elaboração do questionário, a 24 de abril de 2024 demos a conhecer o projeto à Coordenadora da Equipa da RBEV (Anexo III) e solicitámos os contactos dos diretores dos agrupamentos de escolas, de modo a obtermos autorização para inquirir os PB e os PH do ES.

A 13 de maio de 2024, contactámos por e-mail os 3 agrupamentos de escolas do concelho de Évora, aos quais solicitámos autorização para realizar o inquérito. Contudo, apenas 2 dos 3 agrupamentos nos responderam e autorizaram a realização do mesmo (Anexo IV). Não obstante isso, obtivemos contactos de 11 professores (PB e PH), aos quais enviámos o questionário, a 4 de junho de 2024 (Anexo V), mas apenas 4 responderam, apesar de insistência que fizemos ao longo do tempo, quer através de e-mail quer através de contacto telefónico (Anexo VI).

O processo de recolha de dados foi encerrado em 18 de outubro de 2024. Embora a participação das escolas tenha ficado muito aquém das nossas expectativas, a análise final dos dados foi realizada, em parte, com base nas respostas obtidas, apesar de em número muito reduzido. Tratou-se de mais uma contingência, que não se tinha previsto na análise inicial (cf. p. 58). O tratamento global dos dados (frequência absoluta, média, frequência relativa e percentagens) encontra-se disponibilizado no Apêndice VI.

7.2.1. RESULTADOS DO QUESTIONÁRIO

Apresentamos neste ponto os dados resultantes do questionário aplicado, seguindo as partes que constam da matriz elaborada.

I – Caracterização dos inquiridos

Os professores que responderam ao questionário têm uma média de idades de 60,25 anos.

Tabela 11: Idade dos inquiridos

Idade	Freq. Absoluta (ni)	Média
59	2	60,25
60	1	
63	1	

Quanto às habilitações académicas, 25% têm licenciatura (correspondendo a 1 professor) e 75% (3 professores) têm mestrado (figura 11).

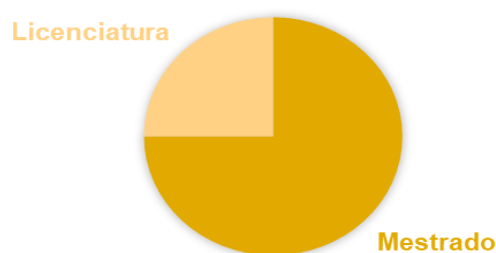


Fig. 11: Habilitações Académicas

No que respeita à questão “é professor de História e/ou professor bibliotecário?”, 50% (ou seja, 2 professores) dos inquiridos responderam *professor de História*, 25% (1 professor) respondeu *professor bibliotecário* e 25% (1 professor) *professor de História e bibliotecário* (figura 12).

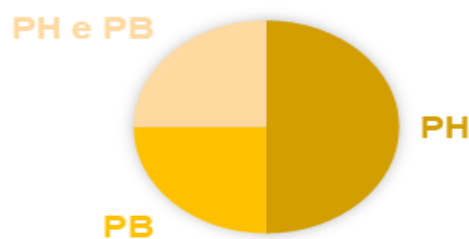


Fig. 12: Função

II - Perceção da importância pedagógica dos temas contidos nos relatórios arqueológicos

Nesta parte do inquérito, constituída por 4 perguntas, apresentámos algumas áreas pedagógicas em que os relatórios arqueológicos poderiam ser usados, contribuindo para o desenvolvimento de competências mais transversais.

Sendo possível escolher até 3 itens/situações entre as opções apresentadas, verificou-se que no que concerne à possível utilização dos relatórios para análise e organização de informação (literacia da informação), os 4 inquiridos referiram a *análise de factos, teorias e situações, seleccionando dados históricos relevantes para o assunto em estudo*, seguida da *selecção de fontes fidedignas e de diversos tipos*, assinalada por 3 dos inquiridos, como se pode ver na figura 13.

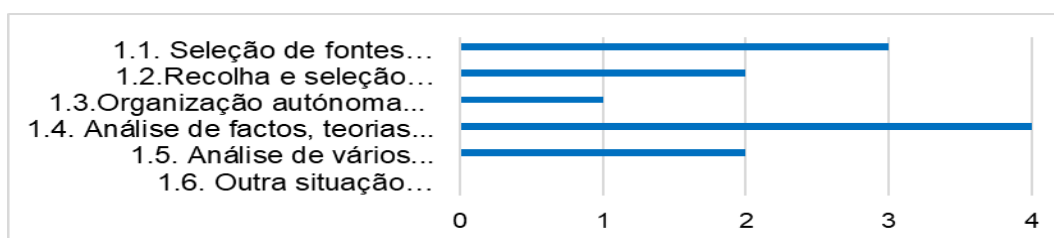


Fig. 13: Análise e organização de informação (literacia da informação)

Relativamente à possível utilização dos relatórios para promover estratégias que envolvam a criatividade dos alunos do ES foram assinaladas várias opções. Mas a opção que se destaca é a referida pelos 4 inquiridos: *problematização de um acontecimento, evento ou processo histórico*, seguida da opção referida por 3 dos inquiridos: *mobilização do conhecimento adquirido, aplicando-o em situações históricas concretas e complexas* (fig. 14).

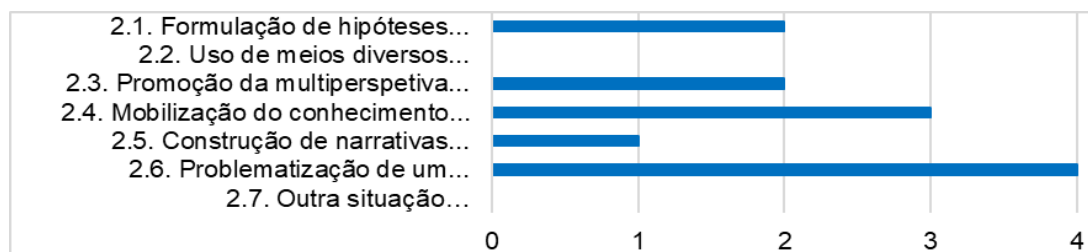


Fig. 14: Promoção de estratégias que envolvam a criatividade dos alunos

No que respeita à utilização dos relatórios para promover estratégias que desenvolvam o pensamento crítico e analítico dos alunos do ES, os 4 inquiridos assinalaram a *problematização de diferentes pontos de vista relativamente a um facto ou acontecimento histórico* e 3 referiram a *discussão de conceitos, factos e acontecimentos históricos*, tal como está representado na fig. 15.



Fig. 15: Promoção de estratégias que desenvolvam o pensamento crítico e analítico dos alunos

Face à possível utilização dos relatórios para promover estratégias que induzam ao respeito pela cultura e diversidade de opiniões, todos os inquiridos assinalaram *aceitar e argumentar diversos pontos de vista, saber interagir com os outros, respeitando a diferença e diversidade de opiniões e a valorização do património histórico e natural, local e regional*, como se pode verificar na fig. 16.

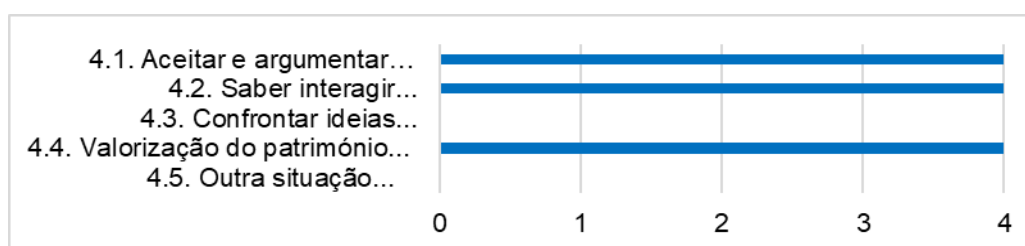


Fig. 16: promoção de estratégias que induzam ao respeito pela cultura e diversidade de opiniões

III – Identificação dos conteúdos relevantes contidos nos relatórios arqueológicos para os alunos do ensino secundário

Nesta parte do questionário pretendíamos identificar os conteúdos da disciplina de História que se pudessem relacionar com os relatórios arqueológicos. As alternativas de resposta eram apenas sim/não, para facilitar a participação dos inquiridos, já que a listagem de documentos que era apresentada, com a respetiva descrição, tinha uma dimensão considerável (62 documentos).

No que respeita ao conteúdo curricular do T1 do 10.º ano de escolaridade – “Raízes mediterrânicas da civilização europeia – cidade, cidadania e império na antiguidade clássica: o modelo romano” – 100% dos inquiridos (ou seja, os 4 participantes), responderam que os conteúdos dos relatórios arqueológicos contribuem para alcançar todos os objetivos que eram indicados nesta pergunta do questionário (fig. 17).

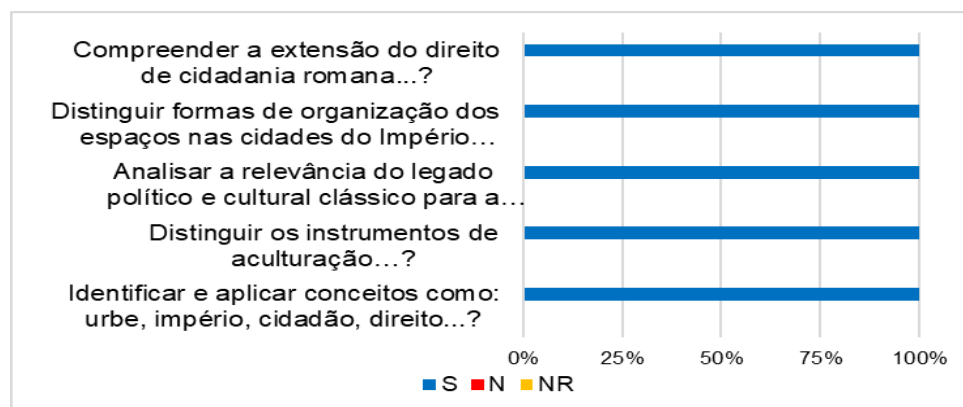


Fig. 17: relação entre os conteúdos dos relatórios arqueológicos e o T1 (História, 10.º ano)

Relativamente ao conteúdo curricular do T2 do 10.º ano de escolaridade – “Dinamismo civilizacional da Europa ocidental nos séculos XIII a XIV – espaços, poderes e vivências: o espaço português” – todos os inquiridos responderam que os conteúdos dos relatórios contribuem para *reconhecer o cristianismo como matriz identitária europeia* e 75% (3) dos inquiridos referiram

que contribuem para *contextualizar a autonomização e independência de Portugal no movimento de expansão demográfica, económica, social e religiosa europeia* e para *interpretar a afirmação do poder régio em Portugal como elemento estruturante da coesão interna e de independência do país*, tal como se encontra representado na fig. 18.

Os restantes objetivos foram menos consensuais, com apenas 2 inquiridos a indicá-los.

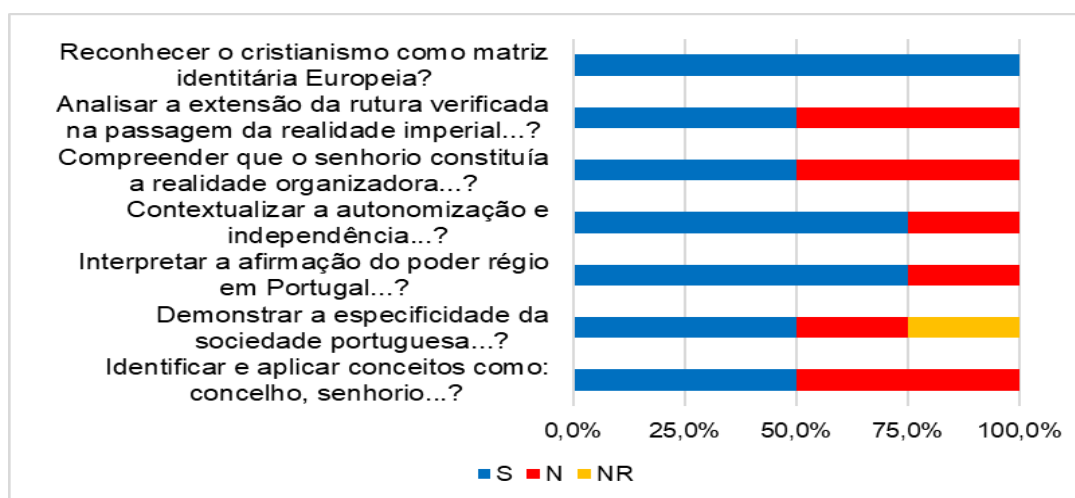


Fig. 18: relação entre os conteúdos dos relatórios arqueológicos e o T2 (História, 10.ºano)

No que concerne ao conteúdo curricular do T3 do 10.º ano – “A abertura europeia ao mundo – mutações nos conhecimentos, sensibilidades e valores nos séculos XV e XVI: a reinvenção das formas artísticas e a renovação espiritual e religiosa” – 100% dos inquiridos consideraram que os conteúdos dos relatórios arqueológicos contribuem para *identificar na produção cultural renascentista europeia e portuguesa as heranças da Antiguidade Clássica assim como as continuidades e ruturas com o período medieval* e 75% identificaram que contribuem para *desenvolver a sensibilidade estética, através da identificação e da apreciação de manifestações artísticas e/ou literárias do período renascentista* e para *identificar e desenvolver conceitos como: renascimento, humanista, antropocentrismo, classicismo, naturalismo, perspetiva e Manuelino*, como se pode ver na fig. 19.

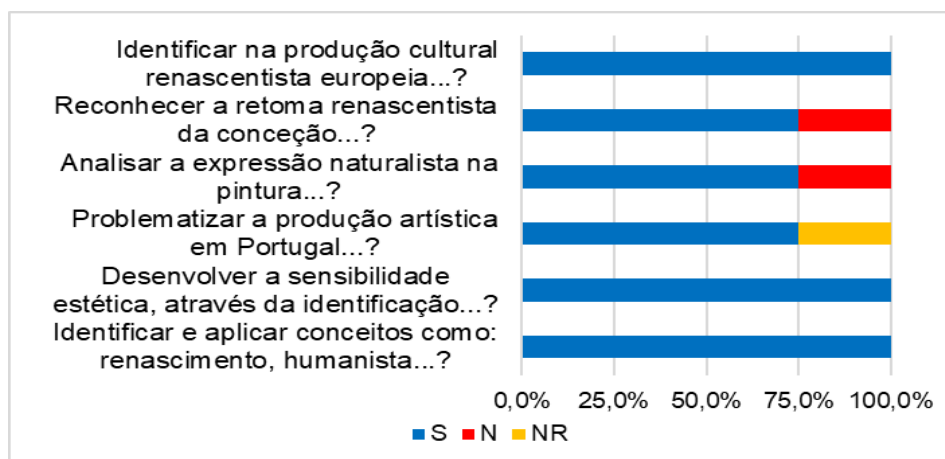


Fig. 19: relação entre os conteúdos dos relatórios arqueológicos e o T3 (História, 10.ºano)

Quando inquiridos sobre a relação entre os conteúdos dos relatórios arqueológicos e o conteúdo curricular do T1 do 12.º ano de escolaridade – “Crises, embates ideológicos e mutações culturais na primeira metade do século XX: as transformações das primeiras décadas do século XX” – 75% dos inquiridos referiram que os conteúdos dos relatórios arqueológicos contribuem para *relacionar a mudança que se operou na mentalidade da sociedade burguesa de início do século XX com a I Guerra Mundial, com a evolução técnica e com o corte com os cânones clássicos da arte europeia*, tal como se encontra representado na fig. 20.

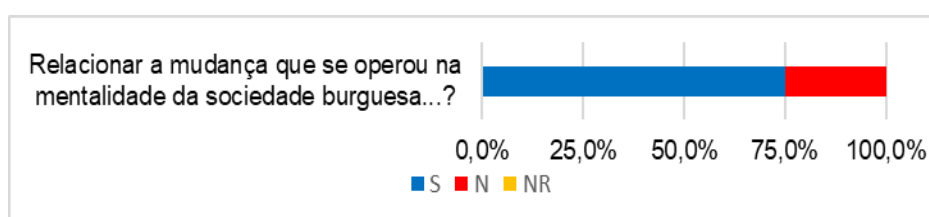


Fig. 20: relação entre os conteúdos dos relatórios arqueológicos e o T1 (História, 12.º ano)

Se no conjunto anterior de questões pretendíamos a identificação de conteúdos do currículo de História que se pudessem relacionar com os conteúdos dos relatórios arqueológicos, na questão n.º 5 pedimos uma confirmação da relação de cada um destes documentos com o currículo. De

relevar que 25% dos inquiridos (ou seja, 1 dos participantes) não responderam a esta questão.

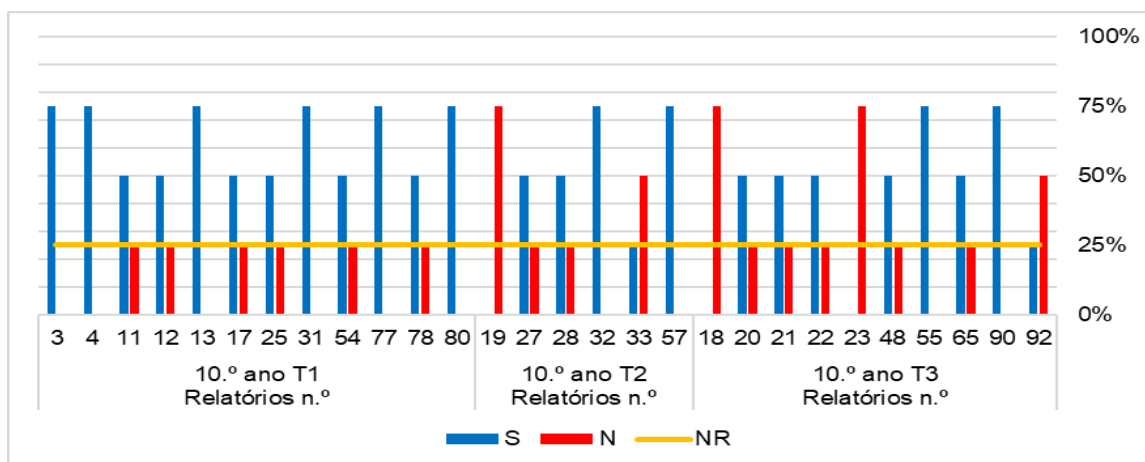


Fig. 21: Relação dos conteúdos dos relatórios arqueológicos e o T1, T2 e T3 (História, 10.º ano)

Deste modo, 75% dos inquiridos confirmaram que os relatórios identificados pelos n.ºs 3, 4, 13, 31, 77 e 80 se relacionam com o T1, os relatórios identificados pelos n.ºs 32 e 57 se relacionam com o T2 e os relatórios identificados pelos n.ºs 55 e 90 se relacionam com o T3 do 10.º ano de escolaridade.

Menos expressivo, mas 50% dos inquiridos confirmaram a relação dos relatórios com o T1 (11, 12, 17, 25, 54 e 78), o T2 (27 e 28) e o T3 (20-22, 48 e 65) do 10.º ano (fig. 21).

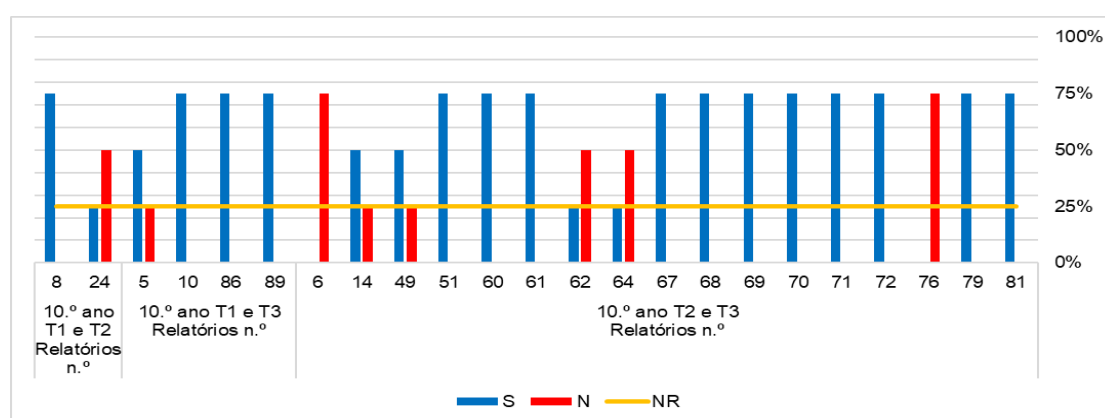


Fig. 22: Relação dos conteúdos dos relatórios arqueológicos e os T1-T2, T1-T3 e T2-T3 (História, 10.º ano)

Por outro lado, 75% dos inquiridos confirmaram que o relatório identificado pelo n.º 8 se relaciona com os T1-T2, os relatórios identificados pelos n.ºs 10, 86 e 89 se relacionam com os T1-T3 e os relatórios identificados pelos n.ºs 51, 60, 61, 67-72, 79 e 81 se relacionam com os T2-T3 do 10.º ano de escolaridade. Salienta-se ainda que 50% dos inquiridos confirmaram a relação dos relatórios com o T1-T3 (5) e o T2-T3 (14 e 49) do 10.º ano (fig. 22).

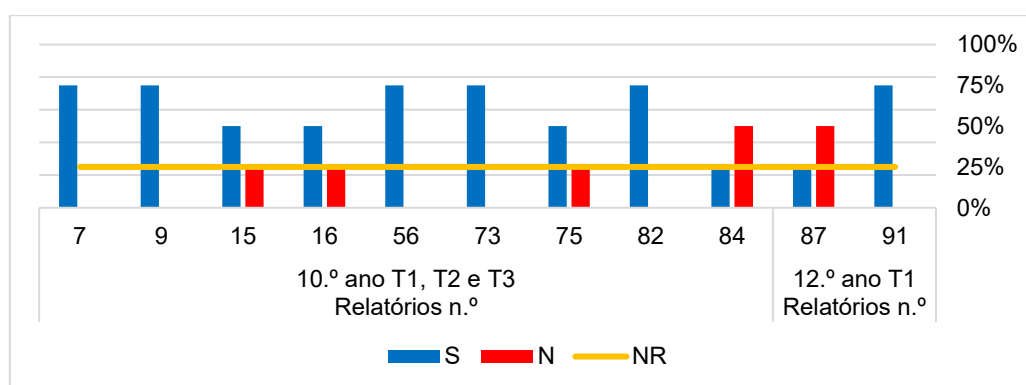


Fig. 23: relação dos conteúdos dos relatórios arqueológicos e o T1, T2, T3 (História, 10.º ano) e T1 (História, 12.º ano)

Por último, 75% dos inquiridos confirmaram que os relatórios identificados pelos n.ºs 7, 9, 56, 73 e 82 se relacionam com os T1-T2-T3, do 10.º ano e o relatório identificado pelo n.º 9 se relaciona com o T1 do 12.º ano de escolaridade. É de relevar que 50% dos inquiridos confirmaram a relação dos relatórios com o T1-T2-T3 (15, 16 e 75) do 10.º ano (fig. 23).

Com vista a termos uma perspetiva mais global do posicionamento dos respondentes em relação aos documentos que foram propostos para apreciação, elaborou-se um quadro-síntese (cf. tabela 12) que engloba todas as respostas obtidas na III parte do questionário (questões 1 a 4). Recorda-se que com a aplicação do questionário se pretendia obter indicadores que permitissem apoiar o estabelecimento de prioridades para o processo de digitalização. Neste sentido, era importante perceber a relação entre os documentos e os temas do programa de História do ES, daí termos recorrido a opiniões especializadas.

Tabela 12: Quadro-síntese das respostas obtidas na III parte do questionário (questões 1 a 4)

Tema 1, 10.º ano		Articulação assinalada por 4 inquiridos	Articulação assinalada por 3 inquiridos	Articulação assinalada por 2 inquiridos	Articulação assinalada por 1 inquirido	Articulação assinalada por 0 inquiridos
Questão 1	1.	X				
	2.	X				
	3.	X				
	4.	X				
	5.	X				
Tema 2, 10.º ano		Articulação assinalada por 4 inquiridos	Articulação assinalada por 3 inquiridos	Articulação assinalada por 2 inquiridos	Articulação assinalada por 1 inquirido	Articulação assinalada por 0 inquiridos
Questão 2	1.	X				
	2.			X		
	3.			X		
	4.		X			
	5.		X			
	6.			X		
	7.			X		
Tema 3, 10.º ano		Articulação assinalada por 4 inquiridos	Articulação assinalada por 3 inquiridos	Articulação assinalada por 2 inquiridos	Articulação assinalada por 1 inquirido	Articulação assinalada por 0 inquiridos
Questão 3	1.	X				
	2.		X			
	3.		X			
	4.		X			
	5.	X				
	6.	X				
Tema 1, 12.º ano		Articulação assinalada por 4 inquiridos	Articulação assinalada por 3 inquiridos	Articulação assinalada por 2 inquiridos	Articulação assinalada por 1 inquirido	Articulação assinalada por 0 inquiridos
Questão 4	1.		X			

Como podemos verificar, todos os documentos indicados tiveram uma apreciação positiva, tendo obtido respostas afirmativas de, pelo menos, dois participantes no questionário. Os documentos que eram apontados como tendo relações com o tema 1 do programa de História do 10.º ano de escolaridade foram os que recolheram maior consenso. Os documentos que eram

apresentados como tendo relação com o tema 2 do programa do 10.º ano foram os que obtiveram menos consenso.

A última parte do questionário propunha uma apreciação de forma mais individualizada, documento a documento. Pretendia-se, com esta questão, consolidar a informação anterior. A tabela 13 mostra também, de maneira global, os resultados obtidos. Podemos verificar que em relação a alguns documentos, concretamente os cinco documentos assinalados em cor diferente, é feita uma apreciação negativa em relação à sua potencial articulação com o programa de História do ES. De facto, enquanto a apreciação no anterior grupo de questões era feita de forma global, neste caso incide sobre cada documento individualmente, o que, naturalmente, permite obter dados mais finos. De qualquer forma, o número de documentos descartados é residual (8,06%) e não coloca em causa as articulações propostas.

Tabela 13: Quadro-síntese das respostas obtidas na III parte do questionário (questão 5)

Questão 5				
Relatório n.º	3 respostas	2 respostas	1 resposta	0 resposta
3	X			
4	X			
5		X		
6				X
7	X			
8	X			
9	X			
10	X			
11		X		
12		X		
13	X			
14		X		
15		X		
16		X		
17		X		
18				X
19				X
20		X		
21		X		
22		X		
23				X

24			X	
25		X		
27		X		
28		X		
31	X			
32	X			
33			X	
48		X		
49		X		
51	X			
54		X		
55	X			
56	X			
57	X			
60	X			
61	X			
62			X	
64			X	
65		X		
67	X			
68	X			
69	X			
70	X			
71	X			
72	X			
73	X			
75		X		
76				X
77	X			
78		X		
79	X			
80	X			
81	X			
82	X			
84			X	
86	X			
87			X	
89	X			
90	X			
91	X			
92			X	

Finalmente, refira-se que foi com base nesta apreciação individual de cada documento que nos apoiámos para a elaboração dos critérios de prioridade para o processo de digitalização documental.

7.3. PROPOSTA DE UMA METODOLOGIA DE AÇÃO PARA A DIGITALIZAÇÃO E DIVULGAÇÃO DA COLEÇÃO

Um dos objetivos apontados para este projeto consistiu na elaboração da proposta fundamentada de uma metodologia de ação para a digitalização e divulgação dos recursos analisados. O documento com a proposta está apresentado no Apêndice VII, apontando-se neste capítulo os elementos essenciais que presidiram à sua conceção.

Esta proposta é um documento sucinto, de forma a facilitar a sua operacionalização, estabelecendo claramente uma orientação em termos das prioridades a seguir no processo de digitalização, decorrente dos dados recolhidos e da análise que foi realizada durante o projeto.

Este estudo possibilitou-nos identificar a parte da coleção, proporcionou-nos uma visão geral dos documentos e auxiliou-nos na seleção das obras a serem digitalizadas. Por outro lado, permite que os esforços na digitalização sejam concentrados em documentos concretos, favorecendo a divulgação, disponibilidade e acesso de obras relevantes aos utilizadores.

Deste modo, a metodologia de ação que propomos para o processo de digitalização e divulgação, para além de se observarem requisitos mínimos no decurso do processo, inclui procedimentos que se realizam em etapas sequenciais, num momento, e paralelas, noutra momento, e utiliza tecnologia e ferramentas específicas, tais como *scanner*, *software* de edição de imagens e sistema de gestão de informação.

Os requisitos mínimos que referimos acima aplicam-se tanto aos documentos originais (analógicos) como aos documentos digitais (documentos digitalizados), cujo objetivo é prover recomendações mínimas ao ND da CME, relativamente às atividades a desenvolver, garantindo que os documentos digitais gerados sejam substitutos digitais com qualidade, mantenham fidelidade ao documento original e capacidade de interoperabilidade.

Após levantamento e identificação dos recursos impressos e não editados, a parte da coleção (subclasses 902 e 903 da CDU) que propomos tratar

é constituída por 60 documentos de tipo textual: documentos impressos (com ou sem ilustração, a preto e branco ou a cores). Para tais documentos foram adotados critérios para a seleção, bem como estabelecidas as prioridades para a digitalização, como podemos observar na tabela 14.

Tabela 14: Critérios de prioridade para o processo de digitalização

DIGITALIZAÇÃO DE RECURSOS: SELEÇÃO E PRIORIDADES	<p>1.º Recursos que apresentem relação com o programa curricular do ensino secundário (História), estado de conservação <i>preservar</i> e com uso efetivo.</p> <p>2.º Recursos que apresentem relação com o programa curricular do ensino secundário (História), estado de conservação <i>razoável</i> e com uso efetivo.</p> <p>3.º Recursos que apresentem estado de conservação <i>preservar</i> e com uso efetivo.</p> <p>4.º Recursos que apresentem relação com o programa curricular do ensino secundário (História), estado de conservação <i>bom</i> e com uso efetivo.</p> <p>5.º Recursos que apresentem estado de conservação <i>razoável</i> e com uso efetivo.</p> <p>6.º Recursos que apresentem estado de conservação <i>razoável</i>.</p>
---	---

É particularmente significativo que todos os documentos sejam preparados previamente, tornando-os aptos a serem digitalizados. A adoção de procedimentos preparatórios dos documentos a digitalizar implica o cumprimento de tarefas relativamente à organização, sendo essencial a atribuição de um código ao documento original, pois esse código permite fazer a correspondência

entre o documento original e o digitalizado, e conservação (higienização) dos documentos, uma vez que estas atividades permitem remover elementos plásticos, metálicos e poeiras, os quais não são compatíveis com a digitalização, e acondicionamento dos documentos em pastas, sobretudo aqueles que têm folhas soltas.

No que respeita à documentação convertida para digital, especificam-se os procedimentos a ter em conta na digitalização e divulgação, centrados no exercício das atividades com eficiência, garantindo a preservação dos documentos analógicos, sendo que o produto resultante desta conversão não substitui o documento original.

Assim, a adoção de procedimentos para a digitalização implica o cumprimento de atividades inerentes, como configuração do equipamento (*scanner*), a captura de imagem, incluindo uma imagem TESTE, conferir as imagens capturadas, atribuir o mesmo código do documento original, concluir a digitalização e devolver os recursos à origem.

Relativamente à configuração do equipamento, para obtermos um substituto digital apropriado, são necessários ajustes que podem variar de acordo com o tipo de documento que vamos digitalizar. Deste modo, devemos atentar nos parâmetros técnicos referidos no ponto 1.4 da proposta apresentada no apêndice VII. Depois de configurado o equipamento, procedemos à captura da imagem, isto é, a conversão do documento analógico para uma imagem em formato digital. O formato adotado para armazenamento do documento gerado deve ser PDF/A, que é uma norma ISO uniformizada de ficheiros PDF para a preservação digital a longo prazo de documentos eletrónicos.

Da digitalização, propriamente dita, resulta o substituto digital que deve ser examinado por quem realizou a conversão do documento. Deste modo, deve-se verificar a qualidade da imagem capturada, relativamente ao documento físico, se todas as páginas foram digitalizadas e estão legíveis (verificar cor e brilho).

É importante destacar a qualidade do substituto digital, uma vez que se não for cumprido algum dos requisitos, a digitalização deve ser realizada de novo, ajustando-se as configurações até se atingir o padrão esperado. Além

disso, é sempre bom ter em mente que a digitalização deve manter o aspeto original do documento impresso, com o mínimo de alterações possíveis.

Paralelamente, deve-se proceder à inserção de metadados descritivos (título, assunto e palavras-chave) e metadados técnicos (informações que descrevem os atributos da imagem digital). São os metadados que permitem recuperar os objetos digitais, garantindo, assim, a preservação e acessibilidade dessas informações. Após a conclusão da digitalização e inserção de metadados, os documentos originais devem ser devolvidos à origem, devidamente organizados e acondicionados, para serem arrumados na estante.

Por outro lado, a adoção de procedimentos para a divulgação e disponibilização da coleção implica atualizar os registos bibliográficos no Koha, catalogar a coleção no AtoM e disponibilizar os objetos digitais em formato PDF/A, nos registos correspondentes.

No nosso entender estes procedimentos garantem a máxima fidelidade entre o documento original e o documento digitalizado, tendo em conta as suas características físicas, estado de conservação e propósitos de uso da coleção digital. Além disso, asseguramos a acessibilidade a longo prazo, pois da digitalização obtemos um documento digital armazenado em formato PDF/A, com metadados inseridos que se afiguram necessários à identificação, gestão, acesso, uso e preservação do representante digital.

CONCLUSÕES

A Sociedade da Informação e do Conhecimento e o atual contexto de evolução tecnológica veio alterar a forma como a informação é produzida e acedida. A Ciência da Informação também está inserida neste processo de globalização, pois a tecnologia apresenta-se como uma forma mais atrativa para o acesso e a digitalização apresenta-se como uma estratégia para a preservação. Deste modo, assume-se que os serviços de informação devem considerar e valorizar a inserção das suas coleções na sociedade tecnológica, com o objetivo de preservar a informação e chegar a um público mais vasto.

Este relatório de projeto, que agora concluímos, pretendeu dar resposta a um problema concreto e que foi intuído em contexto profissional, no ND da CME. É neste contexto que o projeto intitulado *“Preservação e Divulgação de Coleções: O Contributo do Núcleo de Documentação da Câmara Municipal de Évora na Rede de Bibliotecas de Évora”* começou a ser planeado e corporizou-se pela metodologia de projeto, tendo para isso procedido ao enquadramento teórico e à fundamentação metodológica, usando como suporte autores de referência nesta área. Contudo, organizámos este trabalho de acordo com a proposta de Miranda e Cabral (2017, p. 23), em torno de três fases principais: diagnóstico, desenvolvimento e avaliação.

Diagnosticado o problema, definimos a pergunta de partida e as questões de investigação. A partir daqui foram definidos os objetivos do projeto, que se deram conta em lugar próprio. Para obtermos respostas às questões de investigação enunciadas, recolhemos e analisámos dados centrados na coleção, no seu uso e na relevância dos conteúdos da mesma para os alunos do ES, das escolas parceiras da RBEV.

No que respeita ao **objetivo específico 1**, quando procedemos à revisão da literatura para o enquadramento teórico deste projeto, a mesma levou-nos a refletir sobre o papel da digitalização e do acesso aberto no contexto da ampliação do apoio aos utilizadores.

Relativamente ao **objetivo específico 2**, o estudo que fizemos centrado na coleção permitiu-nos identificar que a parte da coleção em estudo, as subclasses 902 e 903 da CDU, é constituída por 92 relatórios arqueológicos - documentos impressos e não editados (Apêndice III).

No que concerne ao **objetivo específico 3**, o estudo que fizemos centrado na coleção permitiu-nos responder à questão de investigação: qual o estado de conservação da coleção?, na medida em que aferimos que a mesma tem um estado de conservação “bom”, pois esta variável apresenta uma frequência relativa de 0,7935, o que nos leva a concluir que apenas cerca de 20% da coleção necessita de uma intervenção de preservação.

Por outro lado, a partir do estudo que fizemos centrado no uso da parte da coleção, obtivemos a resposta à segunda questão de investigação: qual é o uso efetivo da mesma? Na verdade, a coleção foi usada, já que ao nível de frequências relativas os documentos consultados apresentam uma incidência de 0,9674. Quer isto dizer que 96,74% dos recursos que constituem a parte da coleção foram consultados e apenas 3,26% não o foram.

Estes dados são um importante contributo para selecionar e estabelecer prioridades de digitalização de documentos, neste caso concreto considerando o estado de conservação e uso da coleção.

No que respeita ao **objetivo específico 4**, o estudo que empreendemos permitiu-nos, numa 1.^a fase, identificar e perceber que o conteúdo de 62 relatórios arqueológicos podiam, de alguma forma, relacionar-se com os conteúdos curriculares da disciplina de História, nomeadamente os temas 1, 2 e 3 do 10.^o ano de escolaridade e o tema 1 do 12.^o ano de escolaridade (Apêndice III). Numa 2.^a fase, realizámos um questionário dirigido aos PB e aos PH do ES para confirmarmos, ou não, essa relação.

Considerando a interpretação dos dados, este estudo revelou que os relatórios arqueológicos podem ser usados em algumas áreas pedagógicas transversais, nomeadamente no que respeita à possível utilização dos relatórios para análise e organização da informação (literacia da informação), para

promover estratégias que envolvam a criatividade dos alunos, que desenvolvam o seu pensamento crítico e analítico e que induzam ao respeito pela cultura e diversidade de opiniões. Por outro lado, confirmou que os conteúdos da disciplina de História, nomeadamente o T1, T2 e T3 do 10.º ano e o T1 do 12.º ano, se relacionam de uma forma mais próxima com os conteúdos de maioria dos relatórios arqueológicos, com alguns a terem uma menor relevância. Os dados deste questionário constituem um contributo muito importante para estabelecer uma ordem de prioridades para o processo de digitalização, neste caso com base na relevância pedagógica dos documentos.

Relativamente ao **objetivo específico 5**, propusemos uma metodologia de ação para a digitalização e divulgação dos recursos identificados, a qual apresentamos no Apêndice VII. Este documento determina critérios de prioridades que devemos seguir no processo de digitalização dos documentos selecionados e inclui procedimentos preparatórios dos documentos, procedimentos para a digitalização, inserção de metadados e procedimentos para a divulgação da coleção em estudo. Além disso, inclui ainda parâmetros técnicos que devem ser tidos em conta para a obtenção de um documento digital com qualidade e requisitos mínimos a observar relativamente aos documentos analógicos e aos representantes digitais.

Concomitantemente à análise dos dados recolhidos, fizemos a avaliação da parte prática do projeto em momentos distintos: a avaliação de processo, que se realizou no decurso do projeto, em dois momentos, e a avaliação de resultados, que ocorreu no final do mesmo (cf. Apêndice VIII: quadro com a sistematização do processo avaliativo da parte prática do projeto), permitindo a sua monitorização e alterar desajustes relativamente à ação planeada de modo a alcançarmos a perspetiva de mudança da realidade enunciada.

Na calendarização que fizemos (cf. fig. 7, p. 74), previmos que a avaliação de processo se realizava em fevereiro e julho de 2024 e a avaliação de resultados no mês de setembro de 2024. Assim, com o propósito de monitorizar o projeto foram definidos indicadores, que permitiram medir o grau de obtenção

das metas estabelecidas, já que as metas traduzem os resultados concretos do nosso projeto.

Na **avaliação de processo** que realizámos em fevereiro, considerando os indicadores definidos e as metas estabelecidas, verificámos que os objetivos 2 e 3 tinham sido atingidos, na medida em que alcançámos as metas estabelecidas, ou seja, identificámos 100% dos documentos que constituem a parte da coleção em estudo e analisámos e avaliámos 100% dos recursos que constituem a parte da coleção, quer no que respeita à conservação quer no que respeita ao uso efetivo. No que concerne aos objetivos 4 e 5 reportámos que o questionário estava na fase de elaboração, por isso não tínhamos retorno de qualquer resposta e a elaboração da proposta de metodologia de ação só deveria concretizar-se no decorrer das restantes metas.

No mês de julho realizámos novamente a avaliação de processo e verificámos que o objetivo 4 ainda não tinha sido superado, uma vez que não tínhamos alcançado a meta estabelecida (80% de respostas ao questionário), pois só tínhamos 27,3% de retorno de respostas ao questionário enviado aos docentes. Portanto, no que respeita ao objetivo 5 mantinha-se a situação reportada na avaliação de processo que realizámos em fevereiro.

Na **avaliação de resultados** que realizámos em novembro, tendo em conta os indicadores definidos, as metas estabelecidas para os objetivos 2 e 3 estavam alcançadas, aquando da avaliação de processo realizada no mês de fevereiro. No que respeita ao objetivo 4, não conseguimos alcançar a meta de 80% de respostas ao questionário enviado aos docentes. Na verdade, dos 11 questionários que enviámos só 4 foram devolvidos, o que corresponde a 36,3% de respostas. Contudo, consideramos que atingimos o objetivo, uma vez que conseguimos identificar quais são os recursos relevantes para os alunos do ES – 57 recursos (Apêndice IX), bem como definir critérios de prioridades para a digitalização dos recursos selecionados – 60 recursos (apêndice X).

Relativamente ao objetivo 5, o mesmo foi atingido e alcançada a meta definida, uma vez que apresentámos uma proposta de metodologia de ação para

a digitalização e divulgação dos recursos identificados (Apêndice VII), tendo em conta as prioridades que devemos observar na digitalização dos documentos selecionados.

No nosso entender, quando calendarizámos as atividades do projeto no cronograma não tivemos a perceção real do trabalho que íamos desenvolver, nomeadamente na preparação e elaboração do questionário para inquirir os PH e os PB das escolas do ES, por isso sentimos necessidade de ajustar no tempo as tarefas que tínhamos para realizar aquando da avaliação de processo, concretizada no mês de julho.

Na calendarização que fizemos, previmos que entre janeiro e julho de 2024 recolhíamos e analisávamos os dados respeitantes à aplicação do questionário, mas na verdade só o conseguimos finalizar no fim de abril e enviar aos professores no início de junho. Deste modo, percebemos desde logo que tínhamos de fazer algumas alterações.

Neste caso não foram alterações substanciais, uma vez que se situaram só ao nível de alteração das datas estabelecidas, isto é, prolongámos as datas de recolha e análise dos dados do questionário até outubro e, conseqüentemente, as datas para a elaboração da proposta de metodologia de ação para a digitalização. Esta atividade estava calendarizada para o mês de agosto, mas só se realizou no mês de outubro, após a conclusão das restantes metas (cf. fig. 7, atividades assinaladas a cor verde).

Por fim, a fraca adesão dos docentes ao inquérito revelou-se mais uma contingência que não previmos quando fizemos a análise inicial (p. 58), quando *a priori* tínhamos identificado apenas dois fatores que poderiam ser críticos para os resultados do projeto. Ao invés disso, constatamos que o registo de consulta em papel não impediu, em tempo útil, identificar e recolher os dados, no que respeita ao uso da coleção e os conteúdos da coleção relacionam-se de facto com o programa curricular de História do ES.

A questão-chave para a seleção de recursos prende-se com a missão do ND da CME e da RBEV, quando relacionada com outros critérios de seleção. A

análise da parte da coleção com os métodos escolhidos, e o cruzamento dos dados, permitiu-nos tirar conclusões profundas e claras que não teríamos conseguido se tivéssemos analisado a coleção com um método isoladamente.

Na verdade, com a análise/avaliação que fizemos da coleção constatámos que a mesma é constituída por 92 itens, tem como uma data média de produção 2004, encontra-se em bom estado de conservação, embora cerca de 20% dos recursos necessitem de uma intervenção de preservação, e 96,74% da coleção foi usada. Quando confrontámos as áreas/subáreas dos conteúdos dos recursos com o programa curricular, identificámos 62 relatórios arqueológicos que poderiam relacionar-se com o currículo. Mas, após a análise dos dados do questionário, identificámos apenas 57 recursos. Quer isto dizer que cerca de 62% de parte da coleção em estudo contém recursos com conteúdo relevante para os alunos do ES. Por outro lado, o estudo que fizemos da coleção possibilitou-nos definir critérios que devemos adotar para selecionar recursos e estabelecer prioridades na digitalização de documentos (cf. tabela 14, p. 93), como estratégia de preservação da informação, promover facilidade no acesso e chegar a um público mais vasto.

A concluir, face aos resultados obtidos, por um lado podemos dizer que os critérios definidos para a seleção de documentos se encontram relacionados com o valor informacional (missão institucional do ND da CME e da RBEV), o valor intrínseco (existência de itens únicos), as condições de conservação (materiais com danos), os níveis de uso e o público a quem se destina (os alunos do ES das escolas parceiras da RBEV). Por outro, tendo em conta as evidências apresentadas, podemos afirmar que o projeto atingiu os objetivos definidos, dando resposta às questões de investigação e ao problema diagnosticado, pois identificámos 60 recursos para digitalização (Apêndice X). Deste modo, considerando que a mudança é o primeiro momento para o desenvolvimento da inovação, com este projeto confirmamos a pertinência e a inovação da necessidade detetada na fase de diagnóstico, pois produzimos alterações nas práticas de preservação da informação e de conservação dos documentos analógicos, no ND da CME, traduzindo-se num fornecimento de acesso mais

facilitado à informação e dirigido, sobretudo, aos alunos do ES das escolas parceiras da RBEV.

Contudo, também registamos limitações na investigação. A dimensão temporal foi uma condicionante, pois acreditamos que o estudo beneficiaria de uma implementação mais dilatada no tempo, considerando que o momento em que aplicámos o questionário não foi adequado (fim/início do ano letivo). Por outro lado, temos consciência que apesar de se terem atingido os objetivos, este projeto poderia ser mais profícuo, nomeadamente em relação ao número de recursos analisados/avaliados e ao público-alvo. Temporalmente, para que se pudesse concretizar este último aspeto, seriam necessárias alterações na calendarização, considerando o desenvolvimento do projeto num período de, pelo menos, dois anos e deveria abranger um estudo para alunos de diferentes ciclos de escolaridade, desde o ensino básico ao ensino superior.

Por último, assinalamos algumas sugestões para trabalho futuro, no âmbito da preservação da informação, no ND da CME. Em primeiro lugar, estabelecer um plano para a conservação e preservação digital da informação e uma política para a digitalização da documentação, tendo em conta a metodologia de ação que propusemos, na medida em que tal documentação é necessária «para que a informação permaneça acessível ao longo de centenas de anos» (Santos, 2014, p. 62). Em segundo lugar, digitalizar e divulgar os recursos, de acordo com os critérios de seleção e prioridades definidos, cabendo a decisão superior o tratamento da parte da coleção que estudámos.

BIBLIOGRAFIA

Nota: Segue-se a norma APA, 7ª edição.

- Almeida, M. S. A. V. (2015). *Papel e dinâmica dos Portais Concelhios: a ponta do iceberg*. Dissertação de Mestrado em Gestão da Informação e Bibliotecas Escolares, Universidade Aberta. <http://hdl.handle.net/10400.2/3947>
- Amândio, M. J. (2012). Redes de Informação e Conhecimento: Cooperação e Interoperabilidade. In Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, 11, Lisboa, 2012. *Atas do Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas: Integração, acesso e valor social*. BAD. <https://publicacoes.bad.pt/revistas/index.php/congressosbad/article/view/471>
- Barlindhaug, G. (2022). Artificial intelligence and the preservation of Historic Documents. *Proceedings from the Document Academy*, 9 (2) 1-15. <https://doi.org/10.35492/docam/9/2/9>
- Baptista, B. F., Rodrigues, D., Moreira, E. & Silva, F. (2021). Técnicas de recolha de dados em investigação: inquirir por questionário e/ou inquirir por entrevista? In Sá, P. (coord.), Costa, A. P. (coord.) & Moreira, A. (coord.). *Reflexões em torno de recolha de dados: Metodologias de investigação*, 2, 13-36. Universidade de Aveiro. https://ria.ua.pt/bitstream/10773/30772/3/Metodologias%20investigacao_Vol2_Digital.pdf
- Bezerra, C. A. C. (2010). *Digitalização como alternativa para a preservação documental: O caso do projeto catálogo virtual da Carnaúba do Núcleo Temático da Seca e do Semi-Árido da UFRN*. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/39710>
- Biblioteca Nacional de Portugal (2012). *Política De Digitalização De Coleções Da BNP*. <https://purl.pt/resources/PoliticaDigitalizacaoBND.pdf>
- Blue Ribbon Task Force on Sustainable Digital Preservation and Access (2010). *Sustainable economics for a digital planet: ensuring long-term access to*

- digital information: Final report.* BRTF.
<https://discovery.ucl.ac.uk/id/eprint/19116>
- Both, A., & Cadorel, S. (2015). Pour en finir avec l'original ? Des effets du numérique sur les archives scientifiques : le cas de beQuali. In Bert, J. F. (coord.) & Ratcliff, M. (coord.), *Frontières d'archives : recherches, mémoires, savoirs* (pp. 157-164). Archives Contemporaines.
https://serval.unil.ch/resource/serval:BIB_A2CBA647BB07.P002/REF.pdf
- Capucha, L. M. A. (2008). *Planeamento e avaliação de projectos: Guião prático*.
https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/EPIPSE/planeamento_e_avaliacao_de_projectos_-_guiao_pratico_capucha_2008.pdf
- Carmo, H. & Ferreira, M. M. (2008). *Metodologia da Investigação: Guia para auto-aprendizagem* (2.^a ed.). Universidade Aberta.
- Carta Ética* (2020). 2.^a ed. Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação.
https://spce.org.pt/home/index.php/regulacao-etico-deontologica_v2/
- Castells, M. (1999). *A Sociedade em Rede* (8.^a ed. rev.). Paz e Terra.
- Chainho, C. M. P. G. G. (2011). *Redes de Cooperação entre Bibliotecas Públicas e Escolares do Litoral Alentejano*. Dissertação de Mestrado em Ciências da Informação e da Documentação, Universidade de Évora.
<http://hdl.handle.net/10174/9121>
- Choay, F. (2006). *A Alegoria do Património*. Ed. 70.
- Código de Ética para os Profissionais de Informação* (1999). BAD - Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas.
<https://bad.pt/download/codigo-de-etica/>
- Conde, E. (2017). Bibliotecas Escolares... porque sim!. In Gameiro, F., & Cachopas, A. (Eds.), *Redes, bibliotecas e literacias: Atas do 1º Seminário da Rede de Bibliotecas de Évora* (pp. 16-35). CIDEHUS.
<https://doi.org/10.4000/books.cidehus.2559>
- Correa, D. J. (2017). Digitization: Does It Always Improve Access to Rare Books and Special Collections? *Preservation, Digital Technology & Culture*, 45(4), pp. 177-179. <https://repositories.lib.utexas.edu/handle/2152/46172>
- Coutinho, C. P. (2018). *Metodologia de investigação em ciências sociais e humanas: Teoria e prática* (2.^a ed.). Almedina.

- Cravo, M. T. & Nico, B. (2008). A Biblioteca Escolar/Centro de Recursos Educativos e o Currículo – Que (inter) ligação? O caso de Vendas Novas. In Nico, B. et al. (org.), *Aprender no Alentejo: Actas do IV Encontro Regional de Educação* (pp. 175-184). Universidade de Évora. <http://hdl.handle.net/10174/18861>
- Cunha, J. A. & Lima, M. G. (2007, outubro 28-31). *Preservação digital: O estado da arte*. Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, Salvador, Bahia, Brasil. <https://repositorio.ufrn.br/handle/1/34>
- Direção-Geral da Educação (2018, revisão 2022, fev. 04). *História A: 10.º ano: ensino secundário: aprendizagens essenciais: articulação com o perfil dos alunos*. DGE. <https://www.dge.mec.pt/historia-ch-lh>
- Direção-Geral da Educação (2018, revisão 2022, fev. 04). *História A: 12.º ano: ensino secundário: aprendizagens essenciais: articulação com o perfil dos alunos*. DGE. <https://www.dge.mec.pt/historia-ch-lh>
- Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (2022, dezembro 5). *A estratégia das Redes Intermunicipais de Bibliotecas e a importância da colaboração*. DGLB. <http://bibliotecas.dglab.gov.pt/pt/noticias/Paginas/estrategia-redes-intermunicipais-colaboracao.aspx>
- Djaló, I. (2020). *Os desafios da preservação e conservação do património histórico-documental da Guiné-Bissau*. Dissertação de Mestrado em Gestão da Informação e Bibliotecas Escolares, Universidade Aberta. <http://hdl.handle.net/10400.2/10742>
- Duarte, T. L. P. (2016). *Análise da digitalização de documentos textuais datilografados*. Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/157339>
- Dudziak, E. A. (2003). Information literacy: princípios, filosofia e prática. *Ciência da Informação*, 1(32), pp. 23-35. <https://www.scielo.br/j/ci/a/xDBTqDKvmcsvMnmwLWprjmG/?format=pdf>
- Federal Agencies Digital Guidelines Initiative (2023). *Technical Guidelines for Digitizing Cultural Heritage Materials*. (3.rd ed.).

https://www.digitizationguidelines.gov/guidelines/FADGI%20Technical%20Guidelines%20for%20Digitizing%20Cultural%20Heritage%20Materials_3rd%20Edition_05092023.pdf

Fernandes, C. A. B. D. (2011). *Bibliotecas públicas/bibliotecas escolares: que cooperação?*. Dissertação de Mestrado em Gestão da Informação e Bibliotecas Escolares, Universidade Aberta. <http://hdl.handle.net/10400.2/1887>

Fernandes, J. C. (2007). Redes e Movimentos Sociais sob os novos paradigmas da informação. In Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, 9, Ponta Delgada, 2007. *Bibliotecas e Arquivos: Informação para a cidadania, o desenvolvimento e a inovação: Atas*. BAD. <https://publicacoes.bad.pt/revistas/index.php/congressosbad/issue/view/12>

Ferreira, C. A. S. (2011). *Preservação da informação digital: uma perspectiva orientada para as bibliotecas*. Dissertação de Mestrado em Informação, Comunicação e Novos Media, Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras. <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/15001>

Ferreira, J. M. A. (2009). *Preservação de longa duração de informação digital contexto de um arquivo histórico*. Tese de Doutoramento em Tecnologias e Sistemas de Informação, na especialidade de Sociedade da Informação, Universidade do Minho, Escola de Engenharia. <https://hdl.handle.net/1822/9563>

Ferreira, M. (2006). *Introdução à preservação digital: Conceitos, estratégias e actuais consensos*. Universidade do Minho. Escola de Engenharia. <https://hdl.handle.net/1822/5820>

Fitzgibbons, S. A. (2000). School and Public Library Relationships: Essential Ingredients in Implementing Educational Reforms and Improving Student Learning. *School Library Media Research*, 3, 1-66. https://www.ala.org/sites/default/files/aasl/content/aaslpubsandjournals/slr/vol3/SLMR_SchoolPublicLibRelationships_V3.pdf

Gameiro, F. L. (2017). RBEV – Genealogia de uma rede. In Gameiro, F., & Cachopas, A. (Eds.), *Redes, bibliotecas e literacias: Atas do 1º Seminário da*

- Rede de Bibliotecas de Évora* (pp. 36-46). CIDEHUS.
<https://doi.org/10.4000/books.cidehus.2580>
- Gomes, P. R. N. (2010). *A Biblioteca Escolar: Uma rede de aprendizagens. O papel das parcerias*. Dissertação de Mestrado em Ciências Documentais, Universidade da Beira Interior. <http://hdl.handle.net/10400.6/3383>
- Greenhalgh, R. D. (2011, julho-setembro). Digitalização de obras raras: Algumas considerações. *Perspetivas em Ciência da Informação*, 16 (3), 159-167.
<https://www.scielo.br/j/pci/a/nFVk53mcgMfypnkQF4hCzBh/abstract/?lang=pt>
- Guerra, I. C. (2002). *Fundamentos e processos de uma sociologia de acção: O planeamento em Ciências Sociais*. Principia.
- Guillaume, M. (2003). *A Política do Património*. Campo das Letras.
- IFLA & UNESCO (2022, julho 18). *Manifesto da Biblioteca Pública IFLA-UNESCO 2022*. IFLA: UNESCO.
<https://repository.ifla.org/handle/123456789/2187>
- IFLA (2015). *Diretrizes para planeamento de digitalização de livros raros e coleções especiais*.
<https://repository.ifla.org/bitstream/123456789/460/1/guidelines-for-planning-digitization-pt.pdf>
- Kastellec, M. (2012). Practical Limits to the Scope of Digital Preservation. *Information Technology and Libraries*, 31(2), 63–71.
<https://doi.org/10.6017/ital.v31i2.2167>
- Le Goff, J. (1990). *História e Memória*. Unicamp.
- Manivannan, M. & Sutradhar, B. (2018, nov. 15-18). *Digital conversion and preservation of old Ph.D. theses: A study at Central Library, IIT Kharagpur* [Paper presentation]. 11th Convention PLANNER-2018, Tripura University, Agartala, Tripura. <https://ir.inflibnet.ac.in/handle/1944/2297>
- Marsé, J. (2016). *Essa puta tão distinta*. D. Quixote.
- Martins, M. E. G. & Cerveira, A. G. (1999). *Introdução às probabilidades e à estatística*. Universidade Aberta.
- Martins, G. O. (coord.) (2017). *Perfil dos alunos à saída do Ensino Secundário*. ME/DGE.

https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Projeto_Autonomia_e_Flexibilidade/perfil_dos_alunos.pdf

Miranda, B. & Cabral, P. B. (2017). *Projetos de intervenção educativa*. Universidade Aberta. <https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/6557>

Morgado, E. M. G., Licursi, M. B. & Silva, L. L. F. (2024). Educação e património: memória, identidade e dinâmicas educativas. *Revista de Gestão Social e Ambiental*, 18 (8) 1-16. <http://hdl.handle.net/10198/29924>

Pérez Serrano, G. (2008). *Elaboração de projetos sociais: Casos práticos*. Porto Editora.

Recomendação da Comissão 2011/711/UE de 27 de outubro de 2011, L 283/39-45. *Jornal Oficial da União Europeia*. União Europeia. Comissão. <https://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2011:283:0039:0045:PT:PDF>

Rede de Bibliotecas de Évora (2012). *Rede*. <http://www.rbev.uevora.pt/Rede>

Rede de Bibliotecas Escolares (2008). *Rede de bibliotecas escolares: Portugal*. RBE. <https://www.rbe.mec.pt/np4/lancarRede.html>

Rede de Bibliotecas Escolares (2013). *Programa Rede de Bibliotecas Escolares. Quadro estratégico: 2014-2020*. RBE. <https://www.rbe.mec.pt/np4/ge.html>

Rede de Bibliotecas Escolares (2018). *Modelo de avaliação da biblioteca escolar*. RBE. <https://www.rbe.mec.pt/np4/Avaliacao.html>

Rede de Bibliotecas Escolares (s.d.). *Rede de bibliotecas escolares*. RBE. <https://www.rbe.mec.pt/np4/home.html>

Ribeiro, J. C., Lima, I. F. & Silva, L. K. R. (2018). Memória institucional e preservação da informação: A preservação digital da Revista do Fisco. *Biblios*, (73) 1-19. <https://doi.org/10.5195/biblios.2018.338>

Rocha, P. G. D. (2019). *Digitalização de documentos: Recuperação e preservação da informação*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação. <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/212466>

Rua, J. (2017). Digitalização, preservação e acesso: contributos para o projeto Museu Digital da U. PORTO. *Páginas a&b*, S. 3 (nº especial), 199-229.

<https://www.researchgate.net/publication/320313629> Digitalizacao preservacao e acesso contributos para o projeto Museu Digital da UPORTO

Sánchez de Boado, À. M. (2002). Evaluación de colecciones en las bibliotecas universitarias (I). Métodos basados en el estudio de la colección. *Anales de Documentación*, 5, 245-272.

<https://revistas.um.es/analesdoc/article/view/2111>

Sánchez de Boado, À. M. (2004). Evaluación de colecciones en las bibliotecas universitarias (II). Métodos basados en el estudio de la colección. *Anales de Documentación*, 7, 171-183.

<https://revistas.um.es/analesdoc/article/view/1641>

Santos, K. F. S. (2014). *Desafios da preservação digital: Uma perspectiva orientada aos documentos digitalizados do arquivo científico tropical digital*. Dissertação de Mestrado em Ciências da Informação e da Documentação, especialidade em Arquivística, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. <https://run.unl.pt/handle/10362/13635>

Saunders, R. (2015). Too Late Now: Libraries' Intertwined Challenges of Newspaper Morgues, Microfilm, and Digitization. *RBM: A Journal of Rare Books, Manuscripts, and Cultural Heritage*, 16(2), 127-140.

<https://doi.org/10.5860/rbm.16.2.448>

Shimray, S. R. & Ramaiah C. K. (2018). Digital Preservation Strategies: an overview. In *Proceedings of 11th National Conference on Recent Advances in Information Technology (READIT-2018)* (pp. 46-54).

<https://www.researchgate.net/publication/327221006> Digital Preservation Strategies An Overview

Silva Filho, R. C. (2018). A biblioteca universitária híbrida como espaço de memória. *Revista ACB*, 23 (1), 21-36.

<https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1369>

Silva, A. M. & Ribeiro, F. (2010). *Recursos de informação: serviços e utilizadores*. Universidade Aberta.

Silva, O. (2017). O Núcleo de Documentação da Câmara Municipal de Évora na Rede de Bibliotecas de Évora. In Gameiro, F., & Cachopas, A. (Eds.), *Redes*,

- bibliotecas e literacias: Atas do 1º Seminário da Rede de Bibliotecas de Évora* (pp. 116-130). CIDEHUS. <https://doi.org/10.4000/books.cidehus.2613>
- Silva, R. G. (2005). *Manual para a digitalização de acervos: Textos, mapas e imagens Fixas*. Universidade Federal da Bahia. <https://repositorio.ufba.br/handle/ufba/141>
- Silveira, F. J. N. (2020). Sendas entre o visível e o invisível: a biblioteca como “lugar de memória” e de preservação do património. In Silva, R. A., Silva, F. C. G., Moreira, F. L. & Coan, S. (orgs.) (2020), *Património, informação e mediações culturais* (pp. 85-126). Universidade Federal de Minas Gerais. https://neppamcs.eci.ufmg.br/wp-content/uploads/2020/11/Livro_Neppamcs_5nov20-1.pdf
- Thibodeau, K. (2002). Overview of Technological Approaches to Digital Preservation and Challenges in Coming Years. In *The State of Digital Preservation: An International Perspective: conference proceedings* (pp. 4-31). Council on Library and Information Resources. <https://www.clir.org/pubs/reports/pub107/>
- UNESCO (2002). *Memória do Mundo: Diretrizes para a salvaguarda do património documental*. Unesco. https://mow.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Diretrizes_para_a_salvaguarda_do_patrim%C3%B4nio_documental.pdf
- Valle Junior, E. A. (2003). *Sistemas de Informação Multimídia na Preservação de Acervos Permanentes*. Dissertação de Pós-Graduação em Ciência da Computação, Universidade Federal de Minas Gerais. <http://hdl.handle.net/1843/SLBS-5KJQU7>
- Vallejo, I. (2020). *O infinito num junco: A invenção do livro na Antiguidade e o nascer da sede de leitura*. Bertrand.
- Vargues, M.M. & Alvim, L. (2023). O trabalho em rede e em cooperação: A Rede Intermunicipal de Bibliotecas do Algarve. In Guerreiro, D. & Roque, M. I. (Eds.), *Bibliotecas a Sul: Pontos de encontro*. CIDEHUS. <http://hdl.handle.net/10174/36505>

Veiga, I., Barroso, C., Calixto, J. A., Calçada, T. & Gaspar, T. (Coords.) (2001). *Lançar a rede de bibliotecas escolares: relatório síntese* (2.^a ed.). Ministério da Educação. <https://www.rbe.mec.pt/np4/lancarRede.html>

APÊNDICES

APÊNDICE I: Quadro com a sistematização da investigação

Problema	Considerando a coleção bibliográfica do ND da CME, quais são os documentos que devemos digitalizar, dentro do universo dos recursos não editados das subclasses 902 e 903 da CDU (Arqueologia), tendo em vista a preservação da informação e a divulgação dos mesmos na RBEV, dirigida sobretudo aos alunos do ensino secundário?		
Pergunta de partida	Quais são os critérios que devemos adotar para selecionar recursos de informação, tendo em vista a digitalização de documentos textuais, como estratégia de preservação, facilidade no acesso e chegar a um público mais vasto?		
Questões da investigação	Qual é o estado de conservação da coleção? Qual é o uso efetivo da coleção? Quais são os recursos mais relevantes para os alunos do ensino secundário?		
Atividades	Avaliação/análise de parte da coleção, as subclasses 902 e 903 da CDU (Arqueologia); Inquérito aos PH e aos PB do ES, das escolas parceiras da RBEV.		
Objetivos gerais	Objetivos específicos	Metas	Indicadores de avaliação (parte prática do projeto)
Identificar os recursos que devemos digitalizar, para apresentar uma proposta de conservação (mais geral) e preservação digital de parte da coleção do ND da CME, a médio prazo.	<ul style="list-style-type: none"> - Refletir sobre o papel da digitalização e do acesso aberto no contexto da ampliação do apoio aos utilizadores; - Identificar os documentos não editados das subclasses 902 e 903 da CDU (Arqueologia); - Analisar/avaliar a situação dos recursos identificados, no que respeita ao estado de conservação e ao uso efetivo (consulta) dos mesmos; - Identificar, dentro desta área do saber - Arqueologia, quais são os conteúdos mais relevantes para os alunos do ensino secundário; - Propor uma metodologia de ação para a digitalização e divulgação dos recursos identificados. 	<ul style="list-style-type: none"> - Apresentação de uma reflexão (revisão da literatura) sobre o papel da digitalização e do acesso aberto no contexto da ampliação do apoio aos utilizadores; - 100% dos documentos que constituem a parte da coleção em estudo sejam identificados; - 100% dos recursos que constituem a parte da coleção em estudo sejam analisados/avaliados, no que respeita à conservação e ao uso efetivo; - 80% de respostas ao inquérito por questionário aplicado aos PH e aos PB, sobre os conteúdos da parte da coleção em estudo; - Proposta de uma metodologia de ação para a digitalização e divulgação dos recursos identificados e analisados. 	<ul style="list-style-type: none"> - Número de documentos que constituem a parte da coleção; - Número de documentos que foram analisados/avaliados, no que respeita à conservação e ao uso efetivo; - Número de respostas ao inquérito por questionário aos PH e aos PB, sobre os conteúdos da parte da coleção em estudo; - Elaboração de uma proposta fundamentada de metodologia de ação para a digitalização e divulgação dos recursos analisados.

Fonte: a autora (2023)

APÊNDICE II: Matriz para a elaboração do inquérito por questionário

Finalidade do inquérito	Contribuir para a definição de critérios que permitam a seleção de documentos objeto de digitalização.	
Questão da investigação	Quais são os recursos mais relevantes para os alunos do ensino secundário?	
Objetivos gerais do inquérito	Objetivos específicos do inquérito	Questões
I – Caracterização dos inquiridos	Identificar: idade, habilitações académicas, profissão, escola.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Idade? 2. Habilitações académicas? 3. Professor ...? 4. Em que escola agrupamento exerce a sua atividade?
II – Percecionar a importância pedagógica dos temas contidos nos relatórios arqueológicos	Identificar de que modo os relatórios arqueológicos são relevantes, úteis e como se podem relacionar com o trabalho escolar	<ol style="list-style-type: none"> 1. 2. 3. 4.
III – Identificar conteúdos relevantes contidos nos relatórios arqueológicos para os alunos do ensino secundário	<p>Identificar monumentos, locais onde se realizaram os trabalhos, tipo de achados arqueológicos, época, etc.</p> <p>Identificar em que tema do currículo escolar se integram os conteúdos dos relatórios</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. 2. 3. 4. 5.

Fonte: a autora (2023)

Apêndice III: Recolha de dados centrados na coleção

N.º	Título	Data	Cota	Conteúdo	Currículo de Hist. Ens. Sec.	Conservação		
						R	B	P
1	Construção do Centro de Estudos da Avifauna Ibérica Évora: acompanhamento arqueológico	1999	S1 902 CON	Arqueologia			1	
2	Relatório preliminar da escavação arqueológica do Jardim Público de Évora	2007	S1 902.2(469.512) DIA rel	Jardim Público de Évora			1	
3	Acompanhamento arqueológico: Agosto e Setembro de 2003: Praça de Sertório: relatório final	2003	S1 902.2(469.512) ALM aco	Enquadramento geológico e histórico Praça de Sertório Termas romanas Palácio do Salvador Palácio Condes de Sortelha, séc. 15 Século 20 1941 Espólio recolhido: pétreo, estuques, vestígios osteológicos	10.º ano Tema 1		1	
4	Projecto da empreitada de execução de retirada e colocação de infra-estruturas: PROCOM: Rua Alcárcova de Cima - Évora: acompanhamento arqueológico: relatório parcial	2003	S1 902(469.512) PLA pro	Enquadramento histórico-arqueológico Rua da Alcárcova de Cima traçado da Cerca Velha <i>Domus</i> Romana Séculos 16-17 Achados arqueológicos	10.º ano Tema 1		1	
5	Acompanhamento arqueológico das obras de reabilitação do Colégio dos Meninos do Coro da Sé: minimização de impactes - acompanhamento arqueológico: Évora: nota preliminar	2008	S1 902(469.512) GAI aco	Colégio dos Meninos do Coro da Sé Materiais identificados: desde o período romano ao medieval e moderno Silo medieval	10.º ano Tema 1 Tema 3		1	

6	Relatório do acompanhamento arqueológico: à remodelação da rede de colectores	2003	S1 902(469.512) FAR rel	Portas de Alconchel Porta do Raimundo Barbacã Recinto amuralhado (muralhas fernandinas) Construção: 1367-1383 (séc. 14) Materiais recolhidos: cerâmica, fauna, malacológica, mamalógica, vidros, faiança e porcelanas, fragmentos de azulejos Séculos 16-18	10.º ano Tema 2 Tema 3	1
7	Acompanhamento arqueológico do arranjo paisagístico dos espaços exteriores às muralhas de Évora. 2ª Fase do programa POLIS - Porta de Alconchel à Porta da Lagoa: empreitada de instalação de colector geral de águas: arranjo paisagístico da envolvente das muralhas	2007	S1 902(469.512) DIA aco	Muralha medieval (1325-1357) Barbacã: implantação de emissário em alvenaria e tijolo (séculos 19-20) Porta de Alconchel Porta do Raimundo Porta da Lagoa Contextualização histórica (núcleos fortificados: cerca antiga, período romano/visigodo e núcleos de baluartes dos sécs. 16-17)	10.º ano Tema 1 Tema 2 Tema 3	1
8	Classificação do espólio cerâmico proveniente da intervenção arqueológica no Templo Romano de Évora em 1996	[1996?]	S1 903(469.512) TEI cla	Achados arqueológicos: cerâmicas proto-romanas espólio da época romana espólio da época islâmica espólio da época medieval	10.º ano Tema 1 Tema 2	1
9	Relatório preliminar: de acompanhamento de obra e intervenção arqueológica na Praça do Giraldo e Rua João de Deus em Évora	[2001?]	S1 902(469.512) OLI rel	Praça do Giraldo Rua João de Deus Achados arqueológicos: Faianças (séculos 16-18) Numismática (séculos 5-15)	10.º ano Tema 1 Tema 2 Tema 3	1
10	Relatório de acompanhamento arqueológico de obra: Rua da Alcárcova de Cima	[2000?]	S1 902(469.512) OLI rel	Enquadramento histórico: Rua da Alcárcova de Cima Rua da Alcárcova de Baixo séculos 15-18 Domus (séculos 3-4)	10.º ano Tema 1 Tema 3	1
11	Projecto da empreitada de execução de retirada e colocação de infra-estruturas : PROCOM : Rua da Alcárcova de Cima - Évora : acompanhamento arqueológico	2003	S1 902(469.512) PLA pro	Rua da Alcárcova de Cima Achados arqueológicos	10.º ano Tema 1	1

12	Relatório de acompanhamento arqueológico de obra: Rua da Alcárcova de Cima	[2000?]	S1 902(469.512) OLI rel	Achados arqueológicos: Cerâmicas Rua da Alcárcova de Cima	10.º ano Tema 1		1
13	Relatório: Praça de Sertório	[200-?]	S1 902.2(469.512) OLI rel	Termas Romanas Praça de Sertório Escavações arqueológicas	10.º ano Tema 1	1	
14	Mercado do peixe: Relatório de sondagem arqueológica	[200-?]	S1 902.2(469.512) OLI mer	Palácio Dom Manuel e a Galeria das Damas Convento de São Francisco Mercado do Peixe Praça 1.º de Maio	10.º ano Tema 2 Tema 3		1
15	Intervenção arqueológica de emergência na Pousada dos Loios: notas prévias para o relatório	[1987]	S1 902.2(469.512) FER int	Pousada dos Loios Troço da muralha: ocupação muçulmana Habitação: construção posterior Espólio distribui-se à muralha (ocup. muçulmana) séculos 1-18	10.º ano Tema 1 Tema 2 Tema 3		1
16	Relatório final: projecto implantação da rede de distribuição secundária de gás natural na cidade de Évora - abastecimento à Travessa dos Beguinos, Travessa da Milheira, R. da Cal Branca	2010	S1 902.2(469.512) SAN rel	Memória histórico-descritiva: 1.ª metade do séc. 1 ao séc. 20 Achados arqueológicos: Cerâmicas Travessa dos Beguinos Travessa da Milheira Rua da Cal Branca	10.º ano Tema 1 Tema 2 Tema 3		1
17	Intervenção arqueológica integrada no projecto municipal: reordenamento urbanístico da zona envolvente do Templo Romano de Évora: relatório dos trabalhos da campanha de 1996	1996	S1 902.2(469.512) HAU int	Templo Romano de Évora Termas Romanas de Évora Termas Romanas da Tourega	10.º ano Tema 1		1
18	Relatório final de trabalhos arqueológicos: acompanhamento arqueológico dos arranjos exteriores à Igreja Matriz de S. Manços, concelho de Évora: empreitada de instalação de colector geral: escavação arqueológica de vala de colector	2006	S1 903(469.512) FAR rel	Contextualização histórica da Igreja Matriz de São Manços Vestígios osteológicos	10.º ano Tema 3		1

19	Relatório final de trabalhos arqueológicos: acompanhamento arqueológico do projecto de saneamento e drenagens da urbanização da Cerca de S. Domingos, Évora	2007	S1 903(469.512) DIA rel	Cerca de São Domingos Vestígios osteológicos	10.º ano Tema 2	1
20	Trabalhos arqueológicos no Convento de Santa Helena do Monte Calvário, Évora: acompanhamento arqueológico da abertura de valas para iluminação e sondagem de diagnóstico	2006	S1 903(469.512) DIA tra	Contextualização histórica do Convento de Santa Helena do Monte Calvário Vestígios osteológicos	10.º ano Tema 3	1
21	Relatório final: acompanhamento arqueológico do projecto de beneficiação e restauro do Convento de Nossa Senhora dos Remédios	2005	S1 903(469.512) DIA rel	Contextualização histórico-urbanística do Convento de Nossa Senhora dos Remédios Vestígios arqueológicos: Azulejaria	10.º ano Tema 3	1
22	Relatório final: projecto de beneficiação e restauro do espaço conventual: escavação arqueológica da Sala do Capítulo do Convento de Nossa Senhora dos Remédios em Évora	2006	S1 903(469.512) DIA rel	Contextualização histórico-urbanística do Convento de Nossa Senhora dos Remédios Vestígios osteológicos (relat. antropológico e antropologia biológica) Vestígios arqueológicos: Cerâmicas	10.º ano Tema 3	1
23	Inventário de materiais: escavação arqueológica da Sala do Capítulo do Convento de Nossa Senhora dos Remédios em Évora	2006	S1 903(469.512) inv	Achados arqueológicos na Sala do Capítulo do Convento de Nossa Senhora dos Remédios [Inventários]	10.º ano Tema 3	1
24	Relatório final de trabalhos arqueológicos: Jardim Público e Mata de Évora	2008	S1 902 (469.512) DIA rel	Jardim Público Palácio Dom Manuel ruínas fingidas muralhas fossos de Évora Material osteológico: sepulturas com esqueletos Identificação de testemunho ocupacional na época medieval, moderna e contemporânea	10.º ano Tema 1 Tema 2	1

25	Relatório final: acompanhamento arqueológico do projecto beneficiação da EM 526, entre a EN 254 e N. Sr ^a de Machede	2010	S1 902(469.512) GON rel	Estrada Municipal 526 Estrada Nacional 254 Nossa Senhora de Machede Identificação de uma estação arqueológica de cronologia romana	10.º ano Tema 1	1
26	Relatório final de trabalhos arqueológicos: escavação arqueológica - Pátio do Salema, Arquivo Fotográfico: Câmara Municipal de Évora, Rua Diogo Cão n.º 19	2006	S1 902.2(469.512) DIA rel	Rua Diogo Cão Achados arqueológicos Cerâmicas de uso comum		1
27	Relatório final dos trabalhos arqueológicos realizados no Largo Luís de Camões, Rua J. Elias Garcia e Rua Alcárcova de Baixo	2003	S1 902.2(469.512) LEM rel	Enquadramento histórico: Largo Luís de Camões (séculos 14-16) Rua José Elias Garcia Rua Alcárcova de Baixo Achados arqueológicos: silos e poço cisterna	10.º ano Tema 2	1
28	Relatório preliminar: de acompanhamento de obra e intervenção arqueológica na Rua Diogo Cão em Évora	2001	S1 902.2(469.512) OLI rel	Rua Diogo Cão Vestígios arqueológicos: Enterramentos (séculos 13-15)	10.º ano Tema 2	1
29	Relatório preliminar: Praça 1º de Maio: Mercado dos Legumes: 2 de Agosto a 4 de Setembro de 2001	2001	S1 902.2(469.512) OLI rel	Praça 1º de Maio		1
30	Relatório final da intervenção arqueológica realizada no âmbito do projecto "implantação da rede de distribuição secundária de gás natural na cidade de Évora: Hotel da Cartuxa/Rua do Raimundo"	2007	S1 902.2(469.512) SER rel	Rua do Raimundo		1
31	Relatório final de trabalhos arqueológicos: escavação arqueológica: Jardim de Diana: Évora	2007	S1 902.2(469.512) DIA rel	Contextualização histórica: Cerca Velha Cidade romana de <i>Ebora Liberalitas Iulia</i> Jardim de Diana	10.º ano Tema 1	1

32	Trabalhos arqueológicos na Igreja do Convento de Nossa Senhora dos Remédios, Évora: abertura de valas para instalação de infra-estruturas subterrâneas: sondagem arqueológica	2006	S1 902.2(469.512) DIA tra	Contextualização histórica: Convento de Nossa Senhora dos Remédios reforma da Ordem Carmelita em 1594 Carmelitas Descalços em Évora, de 1531 até ao século 19 Vestígios osteológicos	10.º ano Tema 2	1
33	Informação sobre os trabalhos de campo de antropologia biológica na Porta de Moura e Rua Miguel Bombarda (Évora)	[2002]	S1 902.2(469.512) FER inf	Rua Miguel Bombarda Porta de Moura Vestígios osteológicos: necrópole, século 10	10.º ano Tema 2	1
34	Informação sobre os trabalhos de campo de antropologia biológica na Praça do Geraldo, sondagem Nazareth (Évora)	[2002]	S1 902.2(469.512) FER inf	Praça do Giraldo Vestígios osteológicos: Sepulturas		1
35	Informação sobre os trabalhos de campo de antropologia biológica na Praça do Geraldo - sondagem Santo Antão	[2002]	S1 902.2(469.512) FER inf	Praça do Giraldo Vestígios osteológicos: Sepulturas		1
36	Relatório da 1ª campanha de escavação do sítio pré-histórico da Valada do Mato, Évora: Setembro de 1995	1996	S1 902.2(469.512) DIN rel	Sítio da Valada do Mato Neolítico antigo no Ocidente Peninsular Espólio encontrado: material cerâmico, material lítico, pedra polida, pedra afeiçãoada e objetos de adorno		1
37	Relatório de progresso do projecto: "a neolitização no interior alentejano": NIA: 2ª campanha de escavações arqueológicas no sítio da Valada do Mato (Évora)	1999	S1 902.2(469.512) DIN rel	Sítio da Valada do Mato Neolítico antigo no Ocidente Peninsular Espólio encontrado: material cerâmico, material lítico, pedra polida, pedra afeiçãoada e objetos de adorno		1
38	Relatório de progresso do projecto: "a neolitização no interior alentejano": NIA/2000: 5ª campanha de escavações arqueológicas no sítio da Valada do Mato (Évora) - 2001	2002	S1 902.2(469.512) DIN rel	Sítio da Valada do Mato Neolítico antigo no Ocidente Peninsular Espólio encontrado: material cerâmico, material lítico, pedra polida, pedra afeiçãoada e objetos de adorno		1

39	Relatório de progresso do projecto: "o sítio da Valada do Mato, Évora, no quadro da neolitização do Centro e Sul de Portugal": (VALA/2002)	2003	S1 902.2(469.512) DIN rel	Sítio da Valada do Mato Neolítico antigo no Ocidente Peninsular Espólio encontrado: material cerâmico, material lítico, pedra polida, pedra afeiçãoada e objetos de adorno	1
40	Relatório de progresso: projecto "o sítio da Valada do Mato, Évora, no quadro da neolitização do Centro e Sul de Portugal": (VALA/2002): ano 4 - 2005	2006	S1 902.2(469.512) DIN rel	Sítio da Valada do Mato Neolítico antigo no Ocidente Peninsular Espólio encontrado: material cerâmico, material lítico, pedra polida, pedra afeiçãoada e objetos de adorno	1
41	Relatório de progresso: projecto "o sítio da Valada do Mato, Évora, no quadro da neolitização do Centro e Sul de Portugal": (VALA/2002): ano 3 - 2004	2005	S1 902.2(469.512) DIN rel	Sítio da Valada do Mato Neolítico antigo no Ocidente Peninsular Espólio encontrado: material cerâmico, material lítico, pedra polida, pedra afeiçãoada e objetos de adorno	1
42	Modernização do edifício de passageiros e interface da estação de Évora: acompanhamento arqueológico de obra: relatório mensal de progresso nº 1	2011	S1 902(469.512) POL mod	Estação Ferroviária de Évora	1
43	Modernização do edifício de passageiros e interface da estação de Évora: acompanhamento arqueológico de obra: relatório mensal de progresso nº 2	2011	S1 902(469.512) POL mod	Estação Ferroviária de Évora	1
44	Modernização do edifício de passageiros e interface da estação de Évora: acompanhamento arqueológico de obra: relatório mensal de progresso nº 3	2011	S1 902(469.512) POL mod	Estação Ferroviária de Évora	1
45	Modernização do edifício de passageiros e interface da estação de Évora: acompanhamento	2011	S1 902(469.512) POL mod	Estação Ferroviária de Évora	1

46	arqueológico de obra: relatório mensal de progresso nº 4 Modernização do edifício de passageiros e interface da estação de Évora: acompanhamento arqueológico de obra: relatório mensal de progresso nº 5	2011	S1 902(469.512) POL mod	Estação Ferroviária de Évora		1
47	Projecto construção da rede de distribuição de gás natural na cidade de Évora - Largo das Alterações: relatório final	2012	S1 902(469.512) NUN pro	Largo das Alterações Achados arqueológicos		1
48	Conservação da pedra do adro da Igreja de Nossa Senhora do Carmo - Évora: acompanhamento arqueológico de obra	2013	S1 902(469.512) BAR con	Enquadramento histórico da Igreja de Nossa Senhora do Carmo (construção: séculos 16-19) Arquitetura religiosa e barroca Conservação	10.º ano Tema 3	1
49	Relatório de trabalhos de acompanhamento arqueológico: Praça do Sertório - Rua Vasco da Gama, Évora	2003	S1 902.2(469.512) COR rel	Praça de Sertório Rua de São Tiago Achados arqueológicos: Materiais dos sécs. 15-16 Materiais do período islâmico Necrópole da Rua de São Tiago/Largo Alexandre Herculano	10.º ano Tema 2 Tema 3	1
50	Construção do Centro de Estudos da Avifauna Ibérica, Évora: acompanhamento arqueológico	1999	S1 902.2(469.512) con	Centro de Estudos da Avifauna Ibérica		1
51	Relatório de trabalhos arqueológicos na Fonte e tanque do Rossio de S. Brás de Évora: 2001	2001	S1 902(469.512) OLI rel	Fonte e tanque do Rossio de São Brás Abastecimento de água (1319) Urbanismo Séculos 16-20	10.º ano Tema 2 Tema 3	1
52	Relatório de acompanhamento arqueológico: Rua de Machede, Avenida João de Deus e Rua Augusto Eduardo Nunes (Évora)	2009	S1 902.2(469.512) CAS rel	Avenida João de Deus Rua Augusto Eduardo Nunes Rua de Machede Achados arqueológicos (de meados a finais do séc. 20)		1

53	Realização de acompanhamento arqueológico de obra: implementação de infra-estruturas de telecomunicações para a Direcção Regional de Saúde do Alentejo nos seguintes arruamentos em Évora - Rua Dr. Augusto Nunes, entre o nº 19 e nº 37, Travessa do Açafal, entre o nº 1 e nº 19, Largo dos Castelos, Rua do Cicioso entre o nº 18 e nº 32, Rua da Rampa	[2011]	S1 902.2(469.512) PIN rea	Enquadramento histórico Rua Dr. Augusto Nunes Travessa do Açafal Largo dos Castelos Rua do Cicioso Rua da Rampa			1
54	Realização de acompanhamento arqueológico de obra: abertura de valas para implementação de infra-estruturas de água e esgotos, em espaço comercial sito na Rua João de Deus, nº 84-86, em Évora	[2011]	S1 902(469.512) PIN rea	Contextualização histórica: cerca antiga Rua João de Deus	10.º ano Tema 1		1
55	Relatório final de trabalhos arqueológicos: acompanhamento arqueológico: projecto de reconstrução de atelier de arquitectura Évora	2007	S1 902(469.512) DIA rel	Rua do Cano Aqueduto da Água de Prata	10.º ano Tema 3		1
56	Intervenção arqueológica no Palácio Gouveia: Rua de Burgos, Rua da Alcárcova de Cima (Évora, Centro Histórico): relatório dos trabalhos de 1989 e resultados preliminares	[1990]	S1 902(469.512) GON int	Casa Nobre (século 16) Rua da Alcárcova de Cima Rua de Burgos Período I: época romana Período II: alta idade média e época medieval portuguesa Período III: casa nobre	10.º ano Tema 1 Tema 2	1	
57	Relatório do acompanhamento arqueológico na Rua do Muro, 2 a 6, Évora	2008	S1 902(469.512) SAN rel	Muralha medieval Aqueduto da Água de Prata (séc. 16) Rua do Muro	10.º ano Tema 2		1
58	Relatório preliminar: sondagens de diagnóstico: Pedreira Monte das Flores - Évora	2011	S1 902(469.512) SAN rel	Monte das Flores Pedreira de Évora Achados arqueológicos: materiais pré-históricos (povoado neolítico médio final)			1

59	Relatório final dos trabalhos de acompanhamento arqueológico realizados no âmbito do projecto "rede de distribuição secundária de gás natural da cidade de Évora - abastecimento à Rua do Muro e Travessa do Manuelinho"	2008	S1 902(469.512) DIO rel	Travessa do Manuelinho Rua do Muro		1
60	Relatório dos trabalhos arqueológicos: projecto de reabilitação dos conjuntos edificados do Palácio da Inquisição - Casas Pintadas e Pátio de São Miguel: escavação arqueológica, acompanhamento arqueológico e sondagens parietais	2012	S1 902(469.512) PIN rel	Enquadramento geográfico e histórico-arqueológico Palácio da Inquisição: fundada em 1536 Casas Pintadas Palácio dos Condes de Basto: renovação nos finais do séc. 16 Pátio de São Miguel Ocupação islâmica Período califal Conquista cristã	10.º ano Tema 2 Tema 3	1
61	Rua Cândido dos Reis - Évora: acompanhamento arqueológico	2002	S1 902(469.512) COR rua	Breve história: Rua da Lagoa (sécs. 15-16 e 20) Rua Cândido dos Reis Achados arqueológicos: Numismática (sécs. 14-16) Cerâmicas Silos: armazenamento de cereais (sécs. 14-15) de influência mourisca	10.º ano Tema 2 Tema 3	1
62	Trabalhos arqueológicos na Praça Joaquim António de Aguiar - Évora: 3º relatório	[2001]	S1 902(469.512) COR tra	Praça Joaquim António de Aguiar Achados arqueológicos: Material cerâmico Peças islâmicas vidradas Ossadas Necrópole medieval ao redor da antiga Igreja de São Domingos	10.º ano Tema 2 Tema 3	1
63	Projecto da rede de distribuição de gás natural na cidade de Évora - Travessa da Mangalaça: relatório final	2011	S1 902(469.512) POR pro	Travessa da Mangalaça		1
64	Intervenção arqueológica na Praça Joaquim António de Aguiar, nº 12 a 14 A - Évora: Convento de S.	2002	S1 902(469.512) LEM int	Convento de São Domingos Vestígios arqueológicos: Silos Poços Vestígios osteológicos: Sepulturas Espólio: séculos 14-15	10.º ano Tema 2 Tema 3	1

Domingos: relatório final do trabalho desenvolvido						
65	Relatório final da intervenção arqueológica realizada no âmbito do projecto "implantação da rede de distribuição secundária de gás natural na cidade de Évora: Rua Romão Ramalho/Travessa do Soares"	2009	S1 902(469.512) RIB rel	Travessa do Soares Rua Romão Ramalho Inventário do espólio recolhido Época moderna Época contemporânea	10.º ano Tema 3	1
66	Excavations at Anta 1 da Herdade da Igreja (Torre de Coelheiros, Évora, Alentejo, Portugal): preliminary report about the metal detector survey (2003)	2004	S1 903(469.512) HOL exc	Torre de Coelheiros (Concelho de Évora, Portugal) Megalitismo Antas Achados arqueológicos Moedas		1
67	Intervenção arqueológica no Largo D. Miguel de Portugal - Évora: relatório final do trabalho desenvolvido	2002	S1 902.2(469.512) LEM int	Enquadramento histórico do Largo e da Sé Catedral Largo Dom Miguel de Portugal Vestígios osteológicos	10.º ano Tema 2 Tema 3	1
68	Relatório dos trabalhos arqueológicos: "remodelação e valorização do Museu de Évora": Évora - zona B/C	2008	S1 902.2(469.512) SIM rel	Enquadramento geográfico e histórico da cidade de Évora Museu de Évora Achados arqueológicos: Cerâmicas	10.º ano Tema 2 Tema 3	1
69	Intervenção arqueológica no Largo D. Miguel de Portugal - Évora: relatório final do trabalho desenvolvido	2002	S1 902.2(469.512) LEM int	Enquadramento histórico do Largo e da Sé Catedral Largo Dom Miguel de Portugal Vestígios osteológicos	10.º ano Tema 2 Tema 3	1
70	Relatório dos trabalhos arqueológicos: "remodelação e valorização do Museu de Évora": Évora - acompanhamento	2008	S1 902.2(469.512) SIM rel	Enquadramento geográfico e histórico da cidade de Évora Museu de Évora Achados arqueológicos: Cerâmicas	10.º ano Tema 2 Tema 3	1
71	Relatório dos trabalhos arqueológicos: "remodelação e valorização do Museu de Évora": Évora - zona A	2008	S1 902.2(469.512) SIM rel	Enquadramento geográfico e histórico da cidade de Évora Museu de Évora Vestígios osteológicos	10.º ano Tema 2 Tema 3	1

72	Relatório dos trabalhos arqueológicos: "remodelação e valorização do Museu de Évora" - vala drenagem: Évora	2008	S1 902.2(469.512) SIM rel	Enquadramento geográfico e histórico da cidade de Évora Museu de Évora Vestígios osteológicos	10.º ano Tema 2 Tema 3	1
73	Intervenção arqueológica no Museu de Évora: Centro Histórico de Évora, 1996 e 1997: perspectivas de musealização	1998	S1 902.2(469.512) GON int	Paço Arquiepiscopal Museu de Évora Achados arqueológicos: Época Romana Época visigótica Época islâmica Época medieval cristã (sécs. 12-13, a seguir à reconquista cristã) Época moderna e indeterminada (sécs. 16-19)	10.º ano Tema 1 Tema 2 Tema 3	1
74	Intervenção de arqueologia no futuro edifício S. Domingos: Praça Joaquim António de Aguiar, nº 12 - 14 A - Évora: "Convento de S. Domingos"	2000 - 2001	S1 902.2(469.512) GON int	Convento de São Domingos Achados arqueológicos Vestígios osteológicos		1
75	Plano de minimização de impactes sobre o património arqueológico na área do regolfo de Alqueva: Évora: Cerca de Santa Mónica: relatório dos trabalhos arqueológicos	2005	S1 902.2(469.512) FIL pla	Cerca de Santa Mónica Achados arqueológicos: Moedas Materiais romanos Materiais islâmicos Cronologia medieval cristã/moderna	10.º ano Tema 1 Tema 2 Tema 3	1
76	Intervenções arqueológicas no Centro Histórico de Évora: programa de remodelação do sistema de deposição e recolha dos resíduos sólidos urbanos: relatório final	2005	S1 902.2(469.512) LEM int	Enquadramento histórico: Convento do Paraíso (Séc. 15) Enquadramento histórico: Chão Domingueiros, atual Largo 1.º de Maio, no séc. 14 Rua Serpa Pinto Largo 1º de Maio Rua de Machede Largo Marquês de Marialva Vestígios osteológicos	10.º ano Tema 2 Tema 3	1
77	Arquitectura pública de <i>Ebora Liberalitas Iulia</i> : 2º relatório de progresso (1999)	2000	S1 902.2(469.512) SAR arq	Termas romanas de Évora Templo Romano de Évora	10.º ano Tema 1	1
78	Acompanhamento arqueológico na R. Alcárcova de Baixo, 1-3, fracção A (Évora): relatório preliminar	[2002]	S1 902.2(469.512) COR aco	Rua Alcárcova de Baixo Inventário do espólio arqueológico	10.º ano Tema 1	1

79	Intervenção arqueológica de emergência na Travessa das Casas Pintadas (Évora): relatório preliminar de escavação	2000	S1 902.2(469.512) PAU int	Travessa das Casas Pintadas Achados arqueológicos: cerâmicas (do séc. 15 até à atualidade) faiança (sécs. 17-18) metais vidros (sécs. 16-17) ossos humanos	10.º ano Tema 2 Tema 3	1
80	Sondagens arqueológicas na Rua de Olivença. Évora: (relatório preliminar)	[1998]	S1 902.2(469.512) AMB son	Rua de Olivença Termas romanas de Évora Banhos públicos	10.º ano Tema 1	1
81	EM 254-1 ao km 11-700, do Pontão do Sobral: dossier de ambiente	2011	S1 902(469.512) POL pon	Contextualização histórica: monumentos pré-históricos conquista árabe da Península Ibérica, 1165 reconquista cristã séculos 15-20 Tabela síntese do património arqueológico identificado em São Bento do Mato	10.º ano Tema 2 Tema 3	1
82	Relatório de avaliação de impactos patrimoniais da 2ª fase da rede de distribuição secundária de gás natural da cidade de Évora	2003	S1 902(469.512) SER rel	Enquadramento histórico Ocupação romana Evolução urbanística da cidade extra muros (a partir de 1863 ao séc. 20) Descrição das zonas afetadas pelo projeto Inventário de elementos patrimoniais: património arquitetónico, etnográfico-industrial, arqueológico, arquitetónico classificado, arquitetónico em vias de classificação, etnográfico, industrial	10.º ano Tema 1 Tema 2 Tema 3	1
83	Relatório: trabalhos de acompanhamento arqueológico no âmbito de remodelação da Rua Conde da Serra da Tourega	1997	S1 902.2(469.512) SAR rel	Historial da Rua Conde da Serra da Tourega		1

84	Alterações de traçado e alargamento da infra-estrutura viária: E. N. 256 variante à Vendinha e Ponte do Albardão (Évora): estudo de impacte ambiental: relatório de caracterização do descritor património: pesquisa documental e prospecção	2002	S1 902(469.512) FER alt	Enquadramento geográfico Enquadramento arqueológico paleolítico mesolítico neolítico calcolítico Idade do Bronze-Ferro época romana período medieval período moderno período contemporâneo Estrada Nacional 256 Inventário do espólio recolhido	10.º ano Tema 1 Tema 2 Tema 3	1
85	Relatório de prospecção arqueológ. realizada na área a afectar pela construção do mercado abastecedor da região de Évora: MARÉ	1996	S1 902.2(469.512) SAR rel	Mercado Abastecedor da Região de Évora Achados arqueológicos: anta e ruína de ponte Megalitismo		1
86	Registo arqueológico específico: escavação arqueológica: centro de conferências Vasco Vilalva - Évora: relatório dos trabalhos arqueológicos	[2001?]	S1 902.2(469.512) SAN reg	Enquadramento histórico-arqueológico Centro Histórico de Évora Eborá Liberalitas Iulia Templo Romano de Évora Centro de Conferências Vasco Vilalva Rua Vasco da Gama Séculos 16-17	10.º ano Tema 1 Tema 3	1
87	Acompanhamento arqueológico na modelação do terreno no loteamento da casinha norte: Évora	1999	S1 902(469.512) aco	Loteamento da Casinha Norte Antiga fábrica de telhas e tijolos (desativada no princípio da década de 60 do séc. 20) Descrição do espólio recolhido	12.º ano?	1
88	Relatório: acompanhamento arqueológico: construção do Centro de Estudos da Avifauna Ibérica Évora	1999	S1 902(469.512) rel	Centro de Estudos da Avifauna Ibérica Jardim Público de Évora Mata do Jardim Público		1
89	Relatório de caracterização de situação de referência: reabilitação do Pontão do Sobral: EM 254-1, ao km 11+700	2013	S1 902(469.512) BAI rel	Enquadramento geográfico e histórico Antas Habitat de período neo-calcolítico Idade do Bronze Período Romano Idade Média Ocupação muçulmana Ocupação romana Estrada Municipal 254-1, Azaruja	10.º ano Tema 1 Tema 3	1

90	Intervenção arqueológica de emergência executada pelo Dep. de História da Universidade de Évora no Colégio do Espírito Santo	[1993?]	S1 902(469.512) CAE int	Univ. Évora Colégio do Espírito Séculos 16-18 Arquitetura religiosa Arquitetura educativa Arquitetura maneirista Arquitetura barroca	10.º ano Tema 3	1
91	Relatório dos trabalhos arqueológicos desenvolvidos no Salão Central Eborense: sondagens prévias: Primeira fase: de 6 de Agosto de 2001 a 20 de Dezembro de 2001; Segunda fase: de 9 a 29 de Setembro de 2002	2002	S1 902.2(469.512) BAL rel	Salão Central Eborense Contextualização histórica do edifício (SCE), 1916	12.º ano Tema 1	1
92	Relatório de acompanhamento arqueológico de obra: Rua, Largo da Misericórdia e Travessa das Pêras	[1987?]	S1 902.2(469.512) OLI rel	Enquadramento histórico Confraria da Santa Casa da Misericórdia de Évora (1499) Rua da Misericórdia Largo da Misericórdia Travessa das Pêras	10.º ano Tema 3	1

APÊNDICE IV: Recolha de dados centrados no uso da coleção

N.º	Título	Data	Cota	Consulta	
				N.º Consultas	Última Consulta
1	Construção do Centro de Estudos da Avifauna Ibérica Évora: acompanhamento arqueológico	1999	S1 902 CON		
2	Relatório preliminar da escavação arqueológica do Jardim Público de Évora	2007	S1 902.2(469.512) DIA rel	3	set/22
3	Acompanhamento arqueológico: Agosto e Setembro de 2003: Praça de Sertório: relatório final	2003	S1 902.2(469.512) ALM aco	8	ago/22
4	Projecto da empreitada de execução de retirada e colocação de infra-estruturas: PROCOM: Rua Alcárcova de Cima - Évora: acompanhamento arqueológico: relatório parcial	2003	S1 902(469.512) PLA pro	3	nov/22
5	Acompanhamento arqueológico das obras de reabilitação do Colégio dos Meninos do Coro da Sé: minimização de impactes - acompanhamento arqueológico: Évora: nota preliminar	2008	S1 902(469.512) GAI aco	3	dez/22
6	Relatório do acompanhamento arqueológico: à remodelação da rede de colectores	2003	S1 902(469.512) FAR rel	3	out/22
7	Acompanhamento arqueológico do arranjo paisagístico dos espaços exteriores às muralhas de Évora. 2ª Fase do programa POLIS - Porta de Alconchel à Porta da Lagoa: empreitada de instalação de colector geral de águas: arranjo paisagístico da envolvente das muralhas	2007	S1 902(469.512) DIA aco	5	out/22
8	Classificação do espólio cerâmico proveniente da intervenção arqueológica no Templo Romano de Évora em 1996	[1996?]	S1 903(469.512) TEI cla	4	mai/19
9	Relatório preliminar: de acompanhamento de obra e intervenção arqueológica na Praça do Giraldo e Rua João de Deus em Évora	[2001?]	S1 902(469.512) OLI rel	6	dez/23
10	Relatório de acompanhamento arqueológico de obra: Rua da Alcárcova de Cima	[2000?]	S1 902(469.512) OLI rel	3	out/22
11	Projecto da empreitada de execução de retirada e colocação de infra-estruturas: PROCOM: Rua da Alcárcova de Cima - Évora: acompanhamento arqueológico: relatório final	2003	S1 902(469.512) PLA pro	1	out/18
12	Relatório de acompanhamento arqueológico de obra: Rua da Alcárcova de Cima	[2000?]	S1 902(469.512) OLI rel	1	dez/23

13	Relatório: Praça de Sertório	[200-?]	S1 902.2(469.512) OLI rel	2	ago/22
14	Mercado do peixe: Relatório de sondagem arqueológica	[200-?]	S1 902.2(469.512) OLI mer	8	dez/23
15	Intervenção arqueológica de emergência na Pousada dos Loios: notas prévias para o relatório	[1987]	S1 902.2(469.512) FER int	2	ago/22
16	Relatório final: projecto implantação da rede de distribuição secundária de gás natural na cidade de Évora - abastecimento à Travessa dos Beguinos, Travessa da Milheira, R. da Cal Branca	2010	S1 902.2(469.512) SAN rel	3	set/22
17	Intervenção arqueológica integrada no projecto municipal: reordenamento urbanístico da zona envolvente do Templo Romano de Évora: relatório dos trabalhos da campanha de 1996	1996	S1 902.2(469.512) HAU int	5	ago/22
18	Relatório final de trabalhos arqueológicos: acompanhamento arqueológico dos arranjos exteriores à Igreja Matriz de S. Manços, concelho de Évora: empreitada de instalação de colector geral: escavação arqueológica de vala de colector	2006	S1 903(469.512) FAR rel	6	nov/22
19	Relatório final de trabalhos arqueológicos: acompanhamento arqueológico do projecto de saneamento e drenagens da urbanização da Cerca de S. Domingos, Évora	2007	S1 903(469.512) DIA rel	7	nov/22
20	Trabalhos arqueológicos no Convento de Santa Helena do Monte Calvário, Évora: acompanhamento arqueológico da abertura de valas para iluminação e sondagem de diagnóstico	2006	S1 903(469.512) DIA tra	3	ago/22
21	Relatório final: acompanhamento arqueológico do projecto de beneficiação e restauro do Convento de Nossa Senhora dos Remédios	2005	S1 903(469.512) DIA rel	1	nov/22
22	Relatório final: projecto de beneficiação e restauro do espaço conventual: escavação arqueológica da Sala do Capítulo do Convento de Nossa Senhora dos Remédios em Évora	2006	S1 903(469.512) DIA rel	4	nov/22
23	Inventário de materiais: escavação arqueológica da Sala do Capítulo do Convento de Nossa Senhora dos Remédios em Évora	2006	S1 903(469.512) inv		
24	Relatório final de trabalhos arqueológicos: Jardim Público e Mata de Évora	2008	S1 902(469.512) DIA rel	9	ago/23
25	Relatório final: acompanhamento arqueológico do projecto beneficiação da EM 526, entre a EN 254 e N. Sr ^a de Machede	2010	S1 902(469.512) GON rel	1	out/22

26	Relatório final de trabalhos arqueológicos: escavação arqueológica - Pátio do Salema, Arquivo Fotográfico: Câmara Municipal de Évora, Rua Diogo Cão n.º 19	2006	S1 902.2(469.512) DIA rel	5	ago/22
27	Relatório final dos trabalhos arqueológicos realizados no Largo Luís de Camões, Rua J. Elias Garcia e Rua Alcárcova de Baixo	2003	S1 902.2(469.512) LEM rel	6	dez/22
28	Relatório preliminar: de acompanhamento de obra e intervenção arqueológica na Rua Diogo Cão em Évora	2001	S1 902.2(469.512) OLI rel	4	mar/23
29	Relatório preliminar: Praça 1º de Maio: Mercado dos Legumes: 2 de Agosto a 4 de Setembro de 2001	2001	S1 902.2(469.512) OLI rel	5	ago/22
30	Relatório final da intervenção arqueológica realizada no âmbito do projecto "implantação da rede de distribuição secundária de gás natural na cidade de Évora: Hotel da Cartuxa/Rua do Raimundo"	2007	S1 902.2(469.512) SER rel	3	ago/22
31	Relatório final de trabalhos arqueológicos: escavação arqueológica: Jardim de Diana: Évora	2007	S1 902.2(469.512) DIA rel	5	ago/22
32	Trabalhos arqueológicos na Igreja do Convento de Nossa Senhora dos Remédios, Évora: abertura de valas para instalação de infra-estruturas subterrâneas: sondagem arqueológica	2006	S1 902.2(469.512) DIA tra	6	ago/22
33	Informação sobre os trabalhos de campo de antropologia biológica na Porta de Moura e Rua Miguel Bombarda (Évora)	[2002]	S1 902.2(469.512) FER inf	4	ago/22
34	Informação sobre os trabalhos de campo de antropologia biológica na Praça do Geraldo, sondagem Nazareth (Évora)	[2002]	S1 902.2(469.512) FER inf	6	ago/22
35	Informação sobre os trabalhos de campo de antropologia biológica na Praça do Geraldo - sondagem Santo Antão	[2002]	S1 902.2(469.512) FER inf	5	set/22
36	Relatório da 1ª campanha de escavação do sítio pré-histórico da Valada do Mato, Évora: Setembro de 1995	1996	S1 902.2(469.512) DIN rel	2	ago/22
37	Relatório de progresso do projecto: "a neolitização no interior alentejano": NIA: 2ª campanha de escavações arqueológicas no sítio da Valada do Mato (Évora)	1999	S1 902.2(469.512) DIN rel	3	ago/22
38	Relatório de progresso do projecto: "a neolitização no interior alentejano": NIA/2000: 5ª campanha de escavações arqueológicas no sítio da Valada do Mato (Évora) - 2001	2002	S1 902.2(469.512) DIN rel	1	ago/22
39	Relatório de progresso do projecto: "o sítio da Valada do Mato, Évora, no quadro da neolitização do Centro e Sul de Portugal": (VALA/2002)	2003	S1 902.2(469.512) DIN rel	2	ago/22

40	Relatório de progresso: projecto "o sítio da Valada do Mato, Évora, no quadro da neolitização do Centro e Sul de Portugal": (VALA/2002): ano 4 - 2005	2006	S1 902.2(469.512) DIN rel	2	ago/22
41	Relatório de progresso: projecto "o sítio da Valada do Mato, Évora, no quadro da neolitização do Centro e Sul de Portugal": (VALA/2002): ano 3 - 2004	2005	S1 902.2(469.512) DIN rel	2	ago/22
42	Modernização do edifício de passageiros e interface da estação de Évora: acompanhamento arqueológico de obra: relatório mensal de progresso nº 1	2011	S1 902(469.512) POL mod	3	nov/22
43	Modernização do edifício de passageiros e interface da estação de Évora: acompanhamento arqueológico de obra: relatório mensal de progresso nº 2	2011	S1 902(469.512) POL mod	3	nov/22
44	Modernização do edifício de passageiros e interface da estação de Évora: acompanhamento arqueológico de obra: relatório mensal de progresso nº 3	2011	S1 902(469.512) POL mod	2	nov/22
45	Modernização do edifício de passageiros e interface da estação de Évora: acompanhamento arqueológico de obra: relatório mensal de progresso nº 4	2011	S1 902(469.512) POL mod	2	nov/22
46	Modernização do edifício de passageiros e interface da estação de Évora: acompanhamento arqueológico de obra: relatório mensal de progresso nº 5	2011	S1 902(469.512) POL mod	2	nov/22
47	Projecto construção da rede de distribuição de gás natural na cidade de Évora - Largo das Alterações: relatório final	2012	S1 902(469.512) NUN pro	2	out/22
48	Conservação da pedra do adro da Igreja de Nossa Senhora do Carmo - Évora: acompanhamento arqueológico de obra	2013	S1 902(469.512) BAR con	2	nov/22
49	Relatório de trabalhos de acompanhamento arqueológico: Praça do Sertório - Rua Vasco da Gama, Évora	2003	S1 902.2(469.512) COR rel	8	jan/24
50	Construção do Centro de Estudos da Avifauna Ibérica, Évora: acompanhamento arqueológico	1999	S1 902.2(469.512) con	1	set/22
51	Relatório de trabalhos arqueológicos na Fonte e tanque do Rossio de S. Brás de Évora: 2001	2001	S1 902(469.512) OLI rel	3	out/22
52	Relatório de acompanhamento arqueológico: Rua de Machede, Avenida João de Deus e Rua Augusto Eduardo Nunes (Évora)	2009	S1 902.2(469.512) CAS rel	5	ago/22
53	Realização de acompanhamento arqueológico de obra: implementação de infra-estruturas de telecomunicações para a Direcção Regional de Saúde do Alentejo nos seguintes arruamentos em Évora - Rua Dr. Augusto Nunes, entre o nº 19 e nº 37, Travessa do Açafal, entre o nº 1 e nº 19, Largo dos Castelos, Rua do Cicioso entre o nº 18 e nº 32, Rua da Rampa	[2011]	S1 902.2(469.512) PIN rea	2	ago/22

54	Realização de acompanhamento arqueológico de obra: abertura de valas para implementação de infra-estruturas de água e esgotos, em espaço comercial sito na Rua João de Deus, nº 84-86, em Évora	[2011]	S1 902(469.512) PIN rea	4	nov/22
55	Relatório final de trabalhos arqueológicos: acompanhamento arqueológico: projecto de reconstrução de atelier de arquitectura Évora	2007	S1 902(469.512) DIA rel	4	ago/22
56	Intervenção arqueológica no Palácio Gouveia: Rua de Burgos, Rua da Alcárcova de Cima (Évora, Centro Histórico): relatório dos trabalhos de 1989 e resultados preliminares	[1990]	S1 902(469.512) GON int	2	dez/22
57	Relatório do acompanhamento arqueológico na Rua do Muro, 2 a 6, Évora	2008	S1 902(469.512) SAN rel	3	nov/22
58	Relatório preliminar: sondagens de diagnóstico: Pedreira Monte das Flores - Évora	2011	S1 902(469.512) SAN rel	1	nov/22
59	Relatório final dos trabalhos de acompanhamento arqueológico realizados no âmbito do projecto "rede de distribuição secundária de gás natural da cidade de Évora - abastecimento à Rua do Muro e Travessa do Manuelinho"	2008	S1 902(469.512) DIO rel	2	out/22
60	Relatório dos trabalhos arqueológicos: projecto de reabilitação dos conjuntos edificados do Palácio da Inquisição - Casas Pintadas e Pátio de São Miguel: escavação arqueológica, acompanhamento arqueológico e sondagens parietais	2012	S1 902(469.512) PIN rel	3	nov/22
61	Rua Cândido dos Reis - Évora: acompanhamento arqueológico	2002	S1 902(469.512) COR rua	5	nov/22
62	Trabalhos arqueológicos na Praça Joaquim António de Aguiar - Évora: 3º relatório	[2001]	S1 902(469.512) COR tra	4	nov/22
63	Projecto da rede de distribuição de gás natural na cidade de Évora - Travessa da Mangalaça: relatório final	2011	S1 902(469.512) POR pro	3	nov/22
64	Intervenção arqueológica na Praça Joaquim António de Aguiar, nº 12 a 14 A - Évora: Convento de S. Domingos: relatório final do trabalho desenvolvido	2002	S1 902(469.512) LEM int	11	dez/22
65	Relatório final da intervenção arqueológica realizada no âmbito do projecto "implantação da rede de distribuição secundária de gás natural na cidade de Évora: Rua Romão Ramalho/Travessa do Soares"	2009	S1 902(469.512) RIB rel	3	nov/22

66	Excavations at Anta 1 da Herdade da Igreja (Torre de Coelheiros, Évora, Alentejo, Portugal): preliminary report about the metal detector survey (2003)	2004	S1 903(469.512) HOL exc		
67	Intervenção arqueológica no Largo D. Miguel de Portugal - Évora: relatório final do trabalho desenvolvido	2002	S1 902.2(469.512) LEM int	5	nov/22
68	Relatório dos trabalhos arqueológicos: "remodelação e valorização do Museu de Évora": Évora - zona B/C	2008	S1 902.2(469.512) SIM rel	3	ago/22
69	Intervenção arqueológica no Largo D. Miguel de Portugal - Évora: relatório final do trabalho desenvolvido	2002	S1 902.2(469.512) LEM int	4	ago/22
70	Relatório dos trabalhos arqueológicos: "remodelação e valorização do Museu de Évora": Évora - acompanhamento	2008	S1 902.2(469.512) SIM rel	2	abr/16
71	Relatório dos trabalhos arqueológicos: "remodelação e valorização do Museu de Évora": Évora - zona A	2008	S1 902.2(469.512) SIM rel	5	ago/22
72	Relatório dos trabalhos arqueológicos: "remodelação e valorização do Museu de Évora" - vala drenagem: Évora	2008	S1 902.2(469.512) SIM rel	6	ago/22
73	Intervenção arqueológica no Museu de Évora: Centro Histórico de Évora, 1996 e 1997: perspectivas de musealização	1998	S1 902.2(469.512) GON int	2	set/22
74	Intervenção de arqueologia no futuro edifício S. Domingos: Praça Joaquim António de Aguiar, nº 12 - 14 A - Évora: "Convento de S. Domingos"	2000 - 2001	S1 902.2(469.512) GON int	10	nov/22
75	Plano de minimização de impactes sobre o património arqueológico na área do regolfo de Alqueva: Évora: Cerca de Santa Mónica: relatório dos trabalhos arqueológicos	2005	S1 902.2(469.512) FIL pla	3	ago/22
76	Intervenções arqueológicas no Centro Histórico de Évora: programa de remodelação do sistema de deposição e recolha dos resíduos sólidos urbanos: relatório final	2005	S1 902.2(469.512) LEM int	6	ago/22
77	Arquitectura pública de <i>Ébora Liberalitas Iulia</i> : 2º relatório de progresso (1999)	2000	S1 902.2(469.512) SAR arq	4	mar/17
78	Acompanhamento arqueológico na R. Alcárcova de Baixo, 1-3, fracção A (Évora): relatório preliminar	[2002]	S1 902.2(469.512) COR aco	1	ago/22
79	Intervenção arqueológica de emergência na Travessa das Casas Pintadas (Évora): relatório preliminar de escavação	2000	S1 902.2(469.512) PAU int	2	ago/22
80	Sondagens arqueológicas na Rua de Olivença. Évora: (relatório preliminar)	[1998]	S1 902.2(469.512) AMB son	4	ago/22

81	EM 254-1 ao km 11-700, do Pontão do Sobral: dossier de ambiente	2011	S1 902(469.512) POL pon	1	nov/22
82	Relatório de avaliação de impactos patrimoniais da 2ª fase da rede de distribuição secundária de gás natural da cidade de Évora	2003	S1 902(469.512) SER rel	2	nov/22
83	Relatório: trabalhos de acompanhamento arqueológico no âmbito de remodelação da Rua Conde da Serra da Tourega	1997	S1 902.2(469.512) SAR rel	2	ago/22
84	Alterações de traçado e alargamento da infra-estrutura viária: E. N. 256 variante à Vendinha e Ponte do Albardão (Évora): estudo de impacte ambiental: relatório de caracterização do descritor património: pesquisa documental e prospecção	2002	S1 902(469.512) FER alt	2	nov/22
85	Relatório de prospecção arqueológica realizada na área a afectar pela construção do mercado abastecedor da região de Évora: MARE	1996	S1 902.2(469.512) SAR rel	2	set/22
86	Registo arqueológico específico: escavação arqueológica: centro de conferências Vasco Vilalva - Évora: relatório dos trabalhos arqueológicos	[2001?]	S1 902.2(469.512) SAN reg	2	ago/22
87	Acompanhamento arqueológico na modelação do terreno no loteamento da casinha norte: Évora	1999	S1 902(469.512) aco	2	set/22
88	Relatório: acompanhamento arqueológico: construção do Centro de Estudos da Avifauna Ibérica Évora	1999	S1 902(469.512) rel	2	nov/22
89	Relatório de caracterização de situação de referência: reabilitação do Pontão do Sobral: EM 254-1, ao km 11+700	2013	S1 902(469.512) BAI rel	2	nov/22
90	Intervenção arqueológica de emergência executada pelo Dep. de História da Universidade de Évora no Colégio do Espírito Santo	[1993?]	S1 902(469.512) CAE int	2	out/22
91	Relatório dos trabalhos arqueológicos desenvolvidos no Salão Central Eborense: sondagens prévias: Primeira fase: de 6 de Agosto de 2001 a 20 de Dezembro de 2001: Segunda fase: de 9 a 29 de Setembro de 2002	2002	S1 902.2(469.512) BAL rel	4	abr/18
92	Relatório de acompanhamento arqueológico de obra: Rua, Largo da Misericórdia e Travessa das Pêras	[1987?]	S1 902.2(469.512) OLI rel	2	ago/22

APÊNDICE V: Inquérito por questionário

QUESTIONÁRIO

“Preservação e divulgação de coleções do Núcleo de Documentação da Câmara Municipal de Évora na Rede de Bibliotecas de Évora”

A finalidade deste inquérito é contribuir para a definição de critérios que permitam a seleção de documentos para digitalização, enquanto estratégia de preservação digital, e procura responder à seguinte questão: quais são os recursos mais relevantes para os alunos do ensino secundário, das escolas parceiras da RBEV?

O assunto principal dos relatórios em análise é **arqueologia** (subclasses da CDU 902 e 903) e, parte significativa dos mesmos, contém enquadramento geológico, arqueológico, histórico, histórico-arqueológico e histórico-urbanístico, para além da descrição dos trabalhos de acompanhamento arqueológico realizados no Centro Histórico de Évora e fora dele, bem como a descrição ou inventário dos materiais recolhidos e relatórios antropológico e antropologia biológica (Cf. lista anexa).

Na elaboração deste inquérito considerámos os temas curriculares da disciplina de História A do ensino secundário, nomeadamente:

10.º ANO	Tema 1: <i>Raízes mediterrânicas da civilização europeia – cidade, cidadania e império na antiguidade clássica</i> O modelo romano Tema 2: <i>Dinamismo civilizacional da Europa ocidental nos séculos XIII a XIV – espaços, poderes e vivências</i> O espaço português Tema 3: <i>A abertura europeia ao mundo – mutações nos conhecimentos, sensibilidades e valores nos séculos XV e XVI</i> A reinvenção das formas artísticas A renovação espiritual e religiosa
12.º ANO	Tema 1: <i>Crises, embates ideológicos e mutações culturais na primeira metade do século XX</i> As transformações das primeiras décadas do século XX

A análise e tratamento dos dados recolhidos serão apresentados no Trabalho de Projeto do Mestrado em Gestão da Informação e Bibliotecas Escolares em curso. Estão assegurados o anonimato e a confidencialidade.

Gratas pela colaboração e disponibilidade!
Professora Doutora Glória Bastos e a Mestranda Orlanda Silva

CONSENTIMENTO INFORMADO

1. Fui informado(a) de que o questionário sobre o projeto de digitalização para a “preservação e divulgação de coleções do Núcleo de Documentação da Câmara Municipal de Évora na Rede de Bibliotecas de Évora” se destina à recolha de dados, de modo a contribuir para a definição de critérios para a seleção de documentos objeto de digitalização.
2. Foram-me assegurados o anonimato e a confidencialidade.
3. Autorizo de livre vontade o uso da informação recolhida para o estudo mencionado, garantindo o anonimato.

Sim

I – CARACTERIZAÇÃO DOS INQUIRIDOS

1. Idade?

2. Habilitações académicas?

3. É professor(a) de história e/ou professor(a) bibliotecário?

4. Em que agrupamento/escola secundária leciona?

II – PERCEÇÃO DA IMPORTÂNCIA PEDAGÓGICA DOS TEMAS CONTIDOS NOS RELATÓRIOS ARQUEOLÓGICOS

Os relatórios arqueológicos contêm temas e informações diversas que podem responder a conteúdos curriculares e, sendo documentos autênticos, resultado

de trabalhos de campo realizados em Évora, fornecem dados locais que poderão contribuir para promover estratégias diversificadas na disciplina de História. Apresentamos em seguida algumas áreas pedagógicas em que esses documentos poderão ser usados, solicitando que assinale as situações em que lhe parece mais relevante a utilização da informação contida nos relatórios arqueológicos (consultar lista em anexo).

1. Utilizar os relatórios arqueológicos para análise e organização de informação (literacia da informação).

Assinale as 3 situações que considere mais relevantes.

- | | |
|---|--------------------------|
| 1.1. Seleção de fontes fidedignas e de diversos tipos. | <input type="checkbox"/> |
| 1.2. Recolha e seleção de dados de fontes fidedignas. | <input type="checkbox"/> |
| 1.3. Organização autónoma e sistemática da informação recolhida. | <input type="checkbox"/> |
| 1.4. Análise de factos, teorias e situações, selecionando dados históricos relevantes para o assunto em estudo. | <input type="checkbox"/> |
| 1.5. Análise de vários tipos de fontes, recorrendo a diferentes pontos de vista. | <input type="checkbox"/> |
| 1.6. Outra situação. Especifique qual: | <input type="checkbox"/> |
-

2. Utilizar os relatórios arqueológicos para promover estratégias que envolvam a criatividade dos alunos do ensino secundário.

Assinale as 3 situações que considere mais relevantes.

- | | |
|--|--------------------------|
| 2.1. Formulação de hipóteses sustentadas em evidências face a um acontecimento histórico. | <input type="checkbox"/> |
| 2.2. Uso de meios diversos para expressar as aprendizagens, justificando a escolha dos mesmos. | <input type="checkbox"/> |
| 2.3. Promoção da multiperspetiva em História, num quadro de desenvolvimento pessoal e autónomo. | <input type="checkbox"/> |
| 2.4. Mobilização do conhecimento adquirido, aplicando-o em situações históricas concretas e complexas. | <input type="checkbox"/> |
| 2.5. Construção de narrativas ficcionais a partir dos dados históricos. | <input type="checkbox"/> |

2.6. Problematização de um acontecimento, evento ou processo histórico.

2.7. Outra situação. Especifique qual:

3. Utilizar os relatórios arqueológicos para promover estratégias que desenvolvam o pensamento crítico e analítico dos alunos do ensino secundário.

Assinale as 3 situações que considere mais relevantes.

3.1. Mobilização do discurso argumentativo, oral e escrito, sistemática e autonomamente.

3.2. Discussão sustentada de afirmações, elaboração de opiniões e/ou análises de factos ou dados históricos.

3.3. Discussão de conceitos, factos e acontecimentos históricos.

3.4. Problematização de diferentes pontos de vista relativamente a um facto ou acontecimento histórico.

3.5. Sintetização dos temas integrantes dos currículos escolares com base em dados recolhidos em fontes analisadas.

3.6. Elaboração de relatórios e planos específicos e complexos, cruzando informação proveniente de diversas fontes.

3.7. Outra situação. Especifique qual:

4. Utilizar os relatórios arqueológicos para promover estratégias que induzam ao respeito pela cultura e diversidade de opiniões.

Assinale as 3 situações que considere mais relevantes.

4.1. Aceitar e argumentar diversos pontos de vista.

4.2. Saber interagir com os outros, respeitando a diferença e diversidade de opiniões.

4.3. Confrontar ideias e perspetivas históricas distintas.

4.4. Valorização do património histórico e natural, local e regional.

4.5. Outra situação. Especifique qual.

III – IDENTIFICAÇÃO DOS CONTEÚDOS RELEVANTES CONTIDOS NOS RELATÓRIOS ARQUEOLÓGICOS PARA OS ALUNOS DO ENSINO SECUNDÁRIO

Nesta parte do inquérito pretende-se a identificação de conteúdos da disciplina de História que se poderão relacionar com os relatórios arqueológicos identificados em anexo.

1. Os conteúdos identificados na lista anexa enquadram-se no tema curricular do 10.º ano de escolaridade, na disciplina de História, “*Raízes mediterrânicas da civilização europeia-cidade, cidadania e império na antiguidade clássica*”, nomeadamente no que se refere ao modelo romano.

Conteúdos curriculares de História	SIM	NÃO
Estes conteúdos contribuem para compreender a extensão do direito de cidadania romana enquanto processo de integração?		
Estes conteúdos contribuem para distinguir formas de organização dos espaços nas cidades do Império Romano, considerando as suas funções cívicas, políticas e culturais?		
Estes conteúdos contribuem para analisar a relevância do legado político e cultural clássico para a civilização ocidental, no que respeita à administração, à língua, ao direito, ao urbanismo, à arte e à literatura?		
Estes conteúdos contribuem para distinguir os instrumentos de aculturação usados no processo de romanização da Península Ibérica?		
Estes conteúdos contribuem para identificar e aplicar conceitos como: urbe, império, cidadão, direito, urbanismo, romanização, civilização e época clássica?		

2. Os conteúdos identificados na lista anexa enquadram-se no tema curricular do 10.º ano de escolaridade, na disciplina de História “*Dinamismo civilizacional da Europa Ocidental nos séculos XIII a XVI – espaços poderes e vivências*”, no que respeita ao espaço português?

Conteúdos curriculares de História	SIM	NÃO
Estes conteúdos contribuem para reconhecer o cristianismo como matriz identitária Europeia?		
Estes conteúdos contribuem para analisar a extensão da rutura verificada na passagem da realidade imperial romana para a fragmentada realidade medieval, mais circunscrita ao local e ao regional?		
Estes conteúdos contribuem para compreender que o senhorio constituía a realidade organizadora da vida económica e social do mundo rural, caracterizando as formas de dominação que espoletava?		
Estes conteúdos contribuem para contextualizar a autonomização e independência de Portugal no movimento de expansão demográfica, económica, social e religiosa europeia?		
Estes conteúdos contribuem para interpretar a afirmação do poder régio em Portugal como elemento estruturante da coesão interna e de independência do país?		
Estes conteúdos contribuem para demonstrar a especificidade da sociedade portuguesa concelhia, distinguindo a diversidade de estatutos sociais e as modalidades de relacionamento com o poder régio e os poderes senhoriais?		
Estes conteúdos contribuem para identificar e aplicar conceitos como: concelho, senhorio, vassalidade, imunidade, monarquia feudal, cortes/parlamento, época medieval?		

3. Os conteúdos identificados na lista anexa enquadram-se no tema curricular do 10.º ano de escolaridade, na disciplina de História “*A abertura Europeia ao mundo-mutações nos conhecimentos, sensibilidades e valores nos séculos XV e XVI*”, no que respeita à reinvenção das formas artísticas e à renovação espiritual e religiosa?

Conteúdos curriculares de História	SIM	NÃO
Estes conteúdos contribuem para identificar na produção cultural renascentista europeia e portuguesa as heranças da Antiguidade Clássica assim como as continuidades e ruturas com o período medieval?		
Estes conteúdos contribuem para reconhecer a retoma renascentista da conceção antropocêntrica e da perspetiva matemática no urbanismo, na arquitetura e na pintura?		
Estes conteúdos contribuem para analisar a expressão naturalista na pintura e na escultura?		
Estes conteúdos contribuem para problematizar a produção artística em Portugal: do gótico manuelino à afirmação das novas tendências renascentistas?		
Estes conteúdos contribuem para desenvolver a sensibilidade estética, através da identificação e da apreciação de manifestações artísticas e/ou literárias do período renascentista?		
Estes conteúdos contribuem para identificar e aplicar conceitos como: renascimento, humanista, antropocentrismo, classicismo, naturalismo, perspetiva e Manuelino?		

4. Os conteúdos identificados na lista anexa enquadram-se no tema curricular do 12.º ano de escolaridade, na disciplina de História “*Crises e embates ideológicos e mutações culturais na primeira metade do século XX*”, no que diz respeito às transformações das primeiras décadas do século XX?

Conteúdos curriculares de História	SIM	NÃO
Estes conteúdos contribuem para relacionar a mudança que se operou na mentalidade da sociedade burguesa de início do século XX com a I Guerra Mundial, com a evolução técnica e com o corte com os cânones clássicos da arte europeia?		

5. Na lista anexa encontram-se listados todos os relatórios arqueológicos, que fazem parte da coleção em estudo. Pedimos uma apreciação/confirmação da relação destes documentos com o programa, devendo de assinalar sim/não.

OBRIGADA PELA PARTICIPAÇÃO!

**LISTA IDENTIFICATIVA DOS RELATÓRIOS ARQUEOLÓGICOS EM ESTUDO, RESPECTIVOS CONTEÚDOS E TEMAS DO CURRÍCULO
ESCOLAR DO ENSINO SECUNDÁRIO**

N.º	Título	Conteúdo	Currículo de Hist. Ens. Secundário	Apreciação	
				Sim	Não
3	Acompanhamento arqueológico: Agosto e Setembro de 2003: Praça de Sertório: relatório final	Enquadramento geológico e histórico Praça de Sertório (Évora, Portugal) Termas romanas Palácio do Salvador Palácio Condes de Sortelha, séc. 15 Século 20 1941 Espólio recolhido: pétreo, estuques, vestígios osteológicos	10.º ano Tema 1		
4	Projecto da empreitada de execução de retirada e colocação de infra-estruturas: PROCOM: Rua Alcárcova de Cima - Évora: acompanhamento arqueológico: relatório parcial	Enquadramento histórico-arqueológico Rua da Alcárcova de Cima traçado da Cerca Velha <i>Domus Romana</i> Séculos 16- 17 Achados arqueológicos	10.º ano Tema 1		
5	Acompanhamento arqueológico das obras de reabilitação do Colégio dos Meninos do Coro da Sé: minimização de impactes - acompanhamento arqueológico: Évora: nota preliminar	Colégio dos Meninos do Coro da Sé Materiais identificados: desde o período romano ao medieval e moderno Silo medieval	10.º ano Tema 1 Tema 3		
6	Relatório do acompanhamento arqueológico: à remodelação da rede de colectores	Portas de Alconchel Porta do Raimundo Barbacã Recinto amuralhado (muralhas fernandinas) Construção: 1367-1383 (séc. 14) Materiais recolhidos: cerâmica, fauna, malacológica, mamalógica, vidros, faiança e porcelanas, fragmentos de azulejos Séculos 16-18	10.º ano Tema 2 Tema 3		
7	Acompanhamento arqueológico do arranjo paisagístico dos espaços exteriores às muralhas de Évora. 2ª Fase do programa POLIS - Porta de Alconchel à Porta da Lagoa: empreitada de	Muralha medieval (1325-1357) Barbacã: implantação de emissário em alvenaria e tijolo (séculos 19-20) Porta de Alconchel Porta do Raimundo Porta da Lagoa	10.º ano Tema 1 Tema 2 Tema 3		

	instalação de colector geral de águas: arranjo paisagístico da envolvente das muralhas	Contextualização histórica (núcleos fortificados: cerca antiga, período romano/visigodo e núcleos de baluartes dos sécs. 16-17)			
8	Classificação do espólio cerâmico proveniente da intervenção arqueológica no Templo Romano de Évora em 1996	Achados arqueológicos: cerâmicas proto-romanas espólio da época romana espólio da época islâmica espólio da época medieval	10.º ano Tema 1 Tema 2		
9	Relatório preliminar: de acompanhamento de obra e intervenção arqueológica na Praça do Giraldo e Rua João de Deus em Évora	Praça do Giraldo Rua João de Deus Achados arqueológicos: Faianças (séculos 16-18) Numismática (séculos 5-15)	10.º ano Tema 1 Tema 2 Tema 3		
10	Relatório de acompanhamento arqueológico de obra: Rua da Alcárcova de Cima	Enquadramento histórico: Rua da Alcárcova de Cima Rua da Alcárcova de Baixo séculos 15-18 <i>Domus</i> (séculos 3-4)	10.º ano Tema 1 Tema 3		
11	Projecto da empreitada de execução de retirada e colocação de infra-estruturas: PROCOM: Rua da Alcárcova de Cima - Évora: acompanhamento arqueológico: relatório final	Rua da Alcárcova de Cima Achados arqueológicos	10.º ano Tema 1		
12	Relatório de acompanhamento arqueológico de obra: Rua da Alcárcova de Cima	Achados arqueológicos: Cerâmicas Rua da Alcárcova de Cima	10.º ano Tema 1		
13	Relatório: Praça de Sertório	Termas Romanas Praça de Sertório Escavações arqueológicas	10.º ano Tema 1		
14	Mercado do peixe: Relatório de sondagem arqueológica	Palácio Dom Manuel e a Galeria das Damas Convento de São Francisco Mercado do Peixe Praça 1.º de Maio	10.º ano Tema 2 Tema 3		
15	Intervenção arqueológica de emergência na Pousada dos Loios: notas prévias para o relatório	Pousada dos Loios Troço da muralha: ocupação muçulmana Habitação: construção posterior Espólio distribui-se à muralha (ocup. muçulmana) séculos 1-18	10.º ano Tema 1 Tema 2 Tema 3		
16	Relatório final: projecto implantação da rede de distribuição secundária de gás natural na cidade de Évora - abastecimento à Travessa dos Beguinos, Travessa da Milheira, R. da Cal Branca	Memória histórico-descritiva: 1.ª metade do séc. 1 ao séc. 20 Achados arqueológicos: Cerâmicas Travessa dos Beguinos Travessa da Milheira Rua da Cal Branca	10.º ano Tema 1 Tema 2 Tema 3		

17	Intervenção arqueológica integrada no projecto municipal: reordenamento urbanístico da zona envolvente do Templo Romano de Évora: relatório dos trabalhos da campanha de 1996	Templo Romano de Évora Termas Romanas de Évora Termas Romanas da Tourega	10.º ano Tema 1		
18	Relatório final de trabalhos arqueológicos: acompanhamento arqueológico dos arranjos exteriores à Igreja Matriz de S. Manços, concelho de Évora: empreitada de instalação de colector geral: escavação arqueológica de vala de colector	Contextualização histórica da Igreja Matriz de São Manços Vestígios osteológicos	10.º ano Tema 3		
19	Relatório final de trabalhos arqueológicos: acompanhamento arqueológico do projecto de saneamento e drenagens da urbanização da Cerca de S. Domingos, Évora	Cerca de São Domingos Vestígios osteológicos	10.º ano Tema 2		
20	Trabalhos arqueológicos no Convento de Santa Helena do Monte Calvário, Évora: acompanhamento arqueológico da abertura de valas para iluminação e sondagem de diagnóstico	Contextualização histórica do Convento de Santa Helena do Monte Calvário Vestígios osteológicos	10.º ano Tema 3		
21	Relatório final: acompanhamento arqueológico do projecto de beneficiação e restauro do Convento de Nossa Senhora dos Remédios	Contextualização histórico-urbanística do Convento de Nossa Senhora dos Remédios Vestígios arqueológicos: Azulejaria	10.º ano Tema 3		
22	Relatório final: projecto de beneficiação e restauro do espaço conventual: escavação arqueológica da Sala do Capítulo do Convento de Nossa Senhora dos Remédios em Évora	Contextualização histórico-urbanística do Convento de Nossa Senhora dos Remédios Vestígios osteológicos (relat. antropológico e antropologia biológica) Vestígios arqueológicos: Cerâmicas	10.º ano Tema 3		
23	Inventário de materiais: escavação arqueológica da Sala do Capítulo do Convento de Nossa Senhora dos Remédios em Évora	Achados arqueológicos na Sala do Capítulo do Convento de Nossa Senhora dos Remédios [Inventários]	10.º ano Tema 3		
24	Relatório final de trabalhos arqueológicos: Jardim Público e Mata de Évora	Jardim Público Palácio Dom Manuel ruínas fingidas muralhas fossos de Évora Material osteológico: sepulturas com esqueletos	10.º ano Tema 1 Tema 2		

		Identificação de testemunho ocupacional na época medieval, moderna e contemporânea			
25	Relatório final: acompanhamento arqueológico do projecto beneficiação da EM 526, entre a EN 254 e N. Sr ^a de Machede	Estrada Municipal 526 Estrada Nacional 254 Nossa Senhora de Machede (Concelho de Évora) Identificação de uma estação arqueológica de cronologia romana	10.º ano Tema 1		
27	Relatório final dos trabalhos arqueológicos realizados no Largo Luís de Camões, Rua J. Elias Garcia e Rua Alcárcova de Baixo	Enquadramento histórico: Largo Luís de Camões (séculos 14-16) Rua José Elias Garcia Rua Alcárcova de Baixo Achados arqueológicos: silos e poço cisterna	10.º ano Tema 2		
28	Relatório preliminar: de acompanhamento de obra e intervenção arqueológica na Rua Diogo Cão em Évora	Rua Diogo Cão Vestígios arqueológicos: Enterramentos (séculos 13-15)	10.º ano Tema 2		
31	Relatório final de trabalhos arqueológicos: escavação arqueológica: Jardim de Diana: Évora	Contextualização histórica: Cerca Velha cidade romana de <i>Ebora Liberalitas Iulia</i> Jardim de Diana	10.º ano Tema 1		
32	Trabalhos arqueológicos na Igreja do Convento de Nossa Senhora dos Remédios, Évora: abertura de valas para instalação de infra-estruturas subterrâneas: sondagem arqueológica	Contextualização histórica: Convento de Nossa Senhora dos Remédios reforma da Ordem Carmelita em 1594 Carmelitas Descalços em Évora, de 1531 até ao século 19 Vestígios osteológicos	10.º ano Tema 2		
33	Informação sobre os trabalhos de campo de antropologia biológica na Porta de Moura e Rua Miguel Bombarda (Évora)	Rua Miguel Bombarda Porta de Moura Vestígios osteológicos: necrópole, século 10	10.º ano Tema 2		
48	Conservação da pedra do adro da Igreja de Nossa Senhora do Carmo - Évora: acompanhamento arqueológico de obra	Enquadramento histórico da Igreja de Nossa Senhora do Carmo (construção: séculos 16-19) Arquitetura religiosa e barroca Conservação	10.º ano Tema 3		
49	Relatório de trabalhos de acompanhamento arqueológico: Praça do Sertório - Rua Vasco da Gama, Évora	Praça de Sertório Rua de São Tiago Achados arqueológicos: Materiais dos sécs. 15-16 Materiais do período islâmico Necrópole da Rua de São Tiago/Largo Alexandre Herculano	10.º ano Tema 2 Tema 3		

51	Relatório de trabalhos arqueológicos na Fonte e tanque do Rossio de S. Brás de Évora: 2001	Fonte e tanque do Rossio de São Brás Abastecimento de água (1319) Urbanismo Séculos 16-20	10.º ano Tema 2 Tema 3		
54	Realização de acompanhamento arqueológico de obra: abertura de valas para implementação de infra-estruturas de água e esgotos, em espaço comercial sito na Rua João de Deus, nº 84-86, em Évora	Contextualização histórica: cerca antiga Rua João de Deus	10.º ano Tema 1		
55	Relatório final de trabalhos arqueológicos: acompanhamento arqueológico: projecto de reconstrução de atelier de arquitectura Évora	Rua do Cano Aqueduto da Água de Prata	10.º ano Tema 3		
56	Intervenção arqueológica no Palácio Gouveia: Rua de Burgos, Rua da Alcárcova de Cima (Évora, Centro Histórico): relatório dos trabalhos de 1989 e resultados preliminares	Casa Nobre (século 16) Rua da Alcárcova de Cima Rua de Burgos Período I: época romana Período II: alta idade média e época medieval portuguesa Período III: casa nobre	10.º ano Tema 1 Tema 2 Tema 3		
57	Relatório do acompanhamento arqueológico na Rua do Muro, 2 a 6, Évora	Muralha medieval Aqueduto da Água de Prata (séc. 16) Rua do Muro	10.º ano Tema 2		
60	Relatório dos trabalhos arqueológicos: projecto de reabilitação dos conjuntos edificados do Palácio da Inquisição - Casas Pintadas e Páteo de São Miguel: escavação arqueológica, acompanhamento arqueológico e sondagens parietais	Enquadramento geográfico e histórico-arqueológico Palácio da Inquisição: fundada em 1536 Casas Pintadas Palácio dos Condes de Basto: renovação nos finais do séc. 16 Pátio de São Miguel Ocupação islâmica Período califal Conquista cristã	10.º ano Tema 2 Tema 3		
61	Rua Cândido dos Reis - Évora: acompanhamento arqueológico	Breve história: Rua da Lagoa (sécs. 15-16 e 20) Rua Cândido dos Reis Achados arqueológicos: Numismática (sécs. 14-16) Cerâmicas Silos: armazenamento de cereais (sécs. 14-15) de influência mourisca	10.º ano Tema 2 Tema 3		
62	Trabalhos arqueológicos na Praça Joaquim António de Aguiar - Évora: 3º relatório	Praça Joaquim António de Aguiar Achados arqueológicos:	10.º ano Tema 2 Tema 3		

		Material cerâmico Peças islâmicas vidradas Ossadas Necrópole medieval ao redor da antiga Igreja de São Domingos			
64	Intervenção arqueológica na Praça Joaquim António de Aguiar, nº 12 a 14 A - Évora: Convento de S. Domingos: relatório final do trabalho desenvolvido	Convento de São Domingos Vestígios arqueológicos: Silos Poços Vestígios osteológicos: Sepulturas Espólio: séculos 14-15	10.º ano Tema 2 Tema 3		
65	Relatório final da intervenção arqueológica realizada no âmbito do projecto "implantação da rede de distribuição secundária de gás natural na cidade: Rua Romão Ramalho/Travessa do Soares"	Travessa do Soares Rua Romão Ramalho Inventário do espólio recolhido Época moderna Época contemporânea	10.º ano Tema 3		
67	Intervenção arqueológica no Largo D. Miguel de Portugal - Évora: relatório final do trabalho desenvolvido	Enquadramento histórico do Largo e da Sé Catedral Largo Dom Miguel de Portugal Vestígios osteológicos	10.º ano Tema 2 Tema 3		
68	Relatório dos trabalhos arqueológicos: "remodelação e valorização do Museu de Évora": Évora - zona B/C	Enquadramento geográfico e histórico da cidade de Évora Museu de Évora Achados arqueológicos: Cerâmicas	10.º ano Tema 2 Tema 3		
69	Intervenção arqueológica no Largo D. Miguel de Portugal - Évora: relatório final do trabalho desenvolvido	Enquadramento histórico do Largo e da Sé Catedral Largo Dom Miguel de Portugal Vestígios osteológicos	10.º ano Tema 2 Tema 3		
70	Relatório dos trabalhos arqueológicos: "remodelação e valorização do Museu de Évora": Évora - acompanhamento	Enquadramento geográfico e histórico da cidade de Évora Museu de Évora Achados arqueológicos: Cerâmicas	10.º ano Tema 2 Tema 3		
71	Relatório dos trabalhos arqueológicos: "remodelação e valorização do Museu de Évora": Évora - zona A	Enquadramento geográfico e histórico da cidade de Évora Museu de Évora Vestígios osteológicos	10.º ano Tema 2 Tema 3		
72	Relatório dos trabalhos arqueológicos: "remodelação e valorização do Museu de Évora" - vala drenagem: Évora	Enquadramento geográfico e histórico da cidade de Évora Museu de Évora Vestígios osteológicos	10.º ano Tema 2 Tema 3		

73	Intervenção arqueológica no Museu de Évora: Centro Histórico de Évora, 1996 e 1997: perspectivas de musealização	Paço Arquiepiscopal Museu de Évora Achados arqueológicos: Época Romana Época visigótica Época islâmica Época medieval cristã (sécs. 12-13, a seguir à reconquista cristã) Época moderna e indeterminada (sécs. 16-19)	10.º ano Tema 1 Tema 2 Tema 3		
75	Plano de minimização de impactes sobre o património arqueológico na área do regolfo de Alqueva: Évora: Cerca de Santa Mónica: relatório dos trabalhos arqueológicos	Cerca de Santa Mónica Achados arqueológicos: Moedas Materiais romanos Materiais islâmicos Cronologia medieval cristã/moderna	10.º ano Tema 1 Tema 2 Tema 3		
76	Intervenções arqueológicas no Centro Histórico de Évora: programa de remodelação do sistema de deposição e recolha dos resíduos sólidos urbanos: relatório final	Enquadramento histórico: Convento do Paraíso (Séc. 15) Enquadramento histórico: Chão Domingueiros, atual Largo 1.º de Maio, no séc. 14 Rua Serpa Pinto Largo 1º de Maio Rua de Machede Largo Marquês de Marialva Vestígios osteológicos	10.º ano Tema 2 Tema 3		
77	Arquitectura pública de <i>Ebora Liberalitas Iulia</i> : 2º relatório de progresso (1999)	Termas romanas de Évora Templo Romano de Évora	10.º ano Tema 1		
78	Acompanhamento arqueológico na R. Alcárcova de Baixo, 1-3, fracção A (Évora): relatório preliminar	Rua Alcárcova de Baixo Inventário do espólio arqueológico	10.º ano Tema 1		
79	Intervenção arqueológica de emergência na Travessa das Casas Pintadas (Évora): relatório preliminar de escavação	Travessa das Casas Pintadas Achados arqueológicos: cerâmicas (do séc. 15 até à atualidade) faiança (sécs. 17-18) metais vidros (sécs. 16-17) ossos humanos	10.º ano Tema 2 Tema 3		
80	Sondagens arqueológicas na Rua de Olivença. Évora: (relatório preliminar)	Rua de Olivença Termas romanas de Évora Banhos públicos	10.º ano Tema 1		
81	EM 254-1 ao km 11-700, do Pontão do Sobral: dossier de ambiente	Contextualização histórica: monumentos pré-históricos conquista árabe da Peníns. Ibérica, 1165 reconquista cristã séculos 15-20 Tabela síntese do património arqueológico identificado em São Bento do Mato	10.º ano Tema 2 Tema 3		

82	Relatório de avaliação de impactos patrimoniais da 2ª fase da rede de distribuição secundária de gás natural da cidade de Évora	<p>Enquadramento histórico Ocupação romana Evolução urbanística da cidade extramuros (a partir de 1863 ao séc. 20)</p> <p>Inventário de elementos patrimoniais: património arquitetónico, etnográfico-industrial, arqueológico, arquitetónico classificado, arquitetónico em vias de classificação, etnográfico, industrial</p>	10.º ano Tema 1 Tema 2 Tema 3		
84	Alterações de traçado e alargamento da infraestrutura viária: E.N. 256 variante à Vendinha e Ponte do Albardão (Évora): estudo de impacte ambiental: relatório de caracterização do descritor património: pesquisa documental e prospecção	<p>Enquadramento geográfico Enquadramento arqueológico paleolítico mesolítico neolítico calcolítico Idade do Bronze-Ferro época romana período medieval período moderno período contemporâneo Estrada Nacional 256 Inventário do espólio recolhido</p>	10.º ano Tema 1 Tema 2 Tema 3		
86	Registo arqueológico específico: escavação arqueológica: centro de conferências Vasco Vilalva - Évora: relatório dos trabalhos arqueológicos	<p>Enquadramento histórico-arqueológico Centro Histórico de Évora <i>Ebora Liberalitas Iulia</i> Templo Romano de Évora Centro de Conferências Vasco Vilalva Rua Vasco da Gama Séculos 16-17</p>	10.º ano Tema 1 Tema 3		
87	Acompanhamento arqueológico na modelação do terreno no loteamento da casinha norte: Évora	<p>Loteamento da Casinha Norte Antiga fábrica de telhas e tijolos (desativada no princípio da década de 60 do séc. 20) Descrição do espólio recolhido</p>	12.º ano?		
89	Relatório de caracterização de situação de referência: reabilitação do Pontão do Sobral: EM 254-1, ao km 11+700	<p>Enquadramento geográfico e histórico Antas Habitat de período neo-calcolítico Idade do Bronze Período Romano Idade Média Ocupação muçulmana Ocupação romana Estrada Municipal 254-1, Azaruja</p>	10.º ano Tema 1 Tema 3		
90	Intervenção arqueológica de emergência executada pelo Dep. de História da Universidade de Évora no Colégio do Espírito Santo	<p>Univ. Évora Colégio do Espírito Santo Séculos 16-18 Arquitetura religiosa Arquitetura educativa Arquitetura maneirista Arquitetura barroca</p>	10.º ano Tema 3		

91	Relatório dos trabalhos arqueológicos desenvolvidos no Salão Central Eborense: sondagens prévias: Primeira fase: de 6 de Agosto de 2001 a 20 de Dezembro de 2001: Segunda fase: de 9 a 29 de Setembro de 2002	Salão Central Eborense Contextualização histórica do edifício (SCE), 1916	12.º ano Tema 1		
92	Relatório de acompanhamento arqueológico de obra: Rua, Largo da Misericórdia e Travessa das Pêras	Enquadramento histórico Confraria da Santa Casa da Misericórdia de Évora (1499) Rua da Misericórdia Largo da Misericórdia Travessa das Pêras	10.º ano Tema 3		

APÊNDICE VI: Tratamento de dados relativo ao inquérito por questionário

		Freq. Absoluta (ni)	Média	Freq. Relativa (fi)	%
I - Caracterização dos inquiridos					
1. Idade?	59	2	60,25%		
	63	1			
	60	1			
2. Habilitações académicas?	Licenciatura	1		0,25	
	Mestrado	3		0,75	
3. É professor(a) de história e/ou professor(a) bibliotecário?	PH	2		0,50	
	PB	1		0,25	
	PH e PB	1		0,25	
4. Em que agrupamento ou escola secundária	AEAG	3		0,75	
	AEGP	1		0,25	
II – Perceção da importância pedagógica dos temas contidos nos relatórios arqueológicos					
1. Utilizar os relatórios arqueológicos para análise e organização de informação (literacia da informação).					
	1.1. Seleção de fontes fidedignas e de diversos tipos.	3			
	1.2. Recolha e seleção de dados de fontes fidedignas.	2			
	1.3. Organização autónoma e sistemática da informação recolhida.	1			
	1.4. Análise de factos, teorias e situações, selecionando dados históricos relevantes para o assunto em estudo.	4			
	1.5. Análise de vários tipos de fontes, recorrendo a diferentes pontos de vista.	2			
	1.6. Outra situação. Especifique qual:	0			
2. Utilizar os relatórios arqueológicos para promover estratégias que envolvam a criatividade dos alunos do ensino secundário.					
	2.1. Formulação de hipóteses sustentadas em evidências face a um acontecimento histórico.	2			
	2.2. Uso de meios diversos para expressar as aprendizagens, justificando a escolha dos mesmos.	0			

2.3. Promoção da multiperspetiva em História, num quadro de desenvolvimento pessoal e autónomo.	2
2.4. Mobilização do conhecimento adquirido, aplicando-o em situações históricas concretas e complexas.	3
2.5. Construção de narrativas ficcionais a partir dos dados históricos.	1
2.6. Problematização de um acontecimento, evento ou processo histórico.	4
2.7. Outra situação. Especifique qual:	0
3. Utilizar os relatórios arqueológicos para promover estratégias que desenvolvam o pensamento crítico e analítico dos alunos do ensino secundário.	
3.1. Mobilização do discurso argumentativo, oral e escrito, sistemática e autonomamente.	2
3.2. Discussão sustentada de afirmações, elaboração de opiniões e/ou análises de factos ou dados históricos.	3
3.3. Discussão de conceitos, factos e acontecimentos históricos.	2
3.4. Problematização de diferentes pontos de vista relativamente a um facto ou acontecimento histórico.	4
3.5. Sintetização dos temas integrantes dos currículos escolares com base em dados recolhidos em fontes analisadas.	1
3.6. Elaboração de relatórios e planos específicos e complexos, cruzando informação proveniente de diversas fontes.	0
3.7. Outra situação. Especifique qual:	0
4. Utilizar os relatórios arqueológicos para promover estratégias que induzam ao respeito pela cultura e diversidade de opiniões.	
4.1. Aceitar e argumentar diversos pontos de vista.	4
4.2. Saber interagir com os outros, respeitando a diferença e diversidade de opiniões.	4
4.3. Confrontar ideias e perspetivas históricas distintas.	0

4.4. Valorização do património histórico e natural, local e regional.	4
4.5. Outra situação. Especifique qual.	0

III – Identificação dos conteúdos relevantes contidos nos relatórios arqueológicos para os alunos do ensino secundário

1. Os conteúdos identificados na lista anexa podem enquadrar-se no tema curricular do 10.º ano de escolaridade, na disciplina de História, “Raízes mediterrânicas da civilização europeia-cidade, cidadania e império na antiguidade clássica”, nomeadamente no que se refere ao modelo romano?

	S	N	NR	S	N	NR
Estes conteúdos contribuem para compreender a extensão do direito de cidadania romana enquanto processo de integração?	4	0	0	100%	0%	0%
Estes conteúdos contribuem para distinguir formas de organização dos espaços nas cidades do Império Romano, considerando as suas funções cívicas, políticas e culturais?	4	0	0	100%	0%	0%
Estes conteúdos contribuem para analisar a relevância do legado político e cultural clássico para a civilização ocidental, no que respeita à administração, à língua, ao direito, ao urbanismo, à arte e à literatura?	4	0	0	100%	0%	0%
Estes conteúdos contribuem para distinguir os instrumentos de aculturação usados no processo de romanização da Península Ibérica?	4	0	0	100%	0%	0%
Estes conteúdos contribuem para identificar e aplicar conceitos como: urbe, império, cidadão, direito, urbanismo, romanização, civilização e época clássica?	4	0	0	100%	0%	0%

2. Os conteúdos identificados na lista anexa podem enquadrar-se no tema curricular do 10.º ano de escolaridade, na disciplina de História “Dinamismo civilizacional da Europa Ocidental nos séculos XIII a XVI – espaços poderes e vivências”, no que respeita ao espaço português?

Estes conteúdos contribuem para reconhecer o cristianismo como matriz identitária Europeia?	4	0	0	100%	0%	0%
Estes conteúdos contribuem para analisar a extensão da rutura verificada na passagem da realidade imperial romana para a fragmentada realidade medieval, mais circunscrita ao local e ao regional?	2	2	0	50%	50%	0%

Estes conteúdos contribuem para compreender que o senhorio constituía a realidade organizadora da vida económica e social do mundo rural, caracterizando as formas de dominação que espoletava?	2	2	0	50%	50%	0%
Estes conteúdos contribuem para contextualizar a autonomização e independência de Portugal no movimento de expansão demográfica, económica, social e religiosa europeia?	3	1	0	75%	25%	0%
Estes conteúdos contribuem para interpretar a afirmação do poder régio em Portugal como elemento estruturante da coesão interna e de independência do país?	3	1	0	75%	25%	0%
Estes conteúdos contribuem para demonstrar a especificidade da sociedade portuguesa concelhia, distinguindo a diversidade de estatutos sociais e as modalidades de relacionamento com o poder régio e os poderes senhoriais?	2	1	1	50%	25%	25%
Estes conteúdos contribuem para identificar e aplicar conceitos como: concelho, senhorio, vassalidade, imunidade, monarquia feudal, cortes/parlamento, época medieval?	2	2	0	50%	50%	0%

3. Os conteúdos identificados na lista anexa podem enquadrar-se no tema curricular do 10.º ano de escolaridade, na disciplina de História “A abertura Europeia ao mundo-mutações nos conhecimentos, sensibilidades e valores nos séculos XV e XVI”, no que respeita à reinvenção das formas artísticas e à renovação espiritual e religiosa?

Estes conteúdos contribuem para identificar na produção cultural renascentista europeia e portuguesa as heranças da Antiguidade Clássica assim como as continuidades e ruturas com o período medieval?	4	0	0	100%	0%	0%
Estes conteúdos contribuem para reconhecer a retoma renascentista da conceção antropocêntrica e da perspetiva matemática no urbanismo, na arquitetura e na pintura?	3	1	0	75%	25%	0%
Estes conteúdos contribuem para analisar a expressão naturalista na pintura e na escultura?	3	1	0	75%	25%	0%

Estes conteúdos contribuem para problematizar a produção artística em Portugal: do gótico manuelino à afirmação das novas tendências renascentistas?	3	0	1	75%	0%	25%
Estes conteúdos contribuem para desenvolver a sensibilidade estética, através da identificação e da apreciação de manifestações artísticas e/ou literárias do período renascentista?	4	0	0	100%	0%	0%
Estes conteúdos contribuem para identificar e aplicar conceitos como: renascimento, humanista, antropocentrismo, classicismo, naturalismo, perspectiva e Manuelino?	4	0	0	100%	0%	0%

4. Os conteúdos identificados na lista anexa podem enquadrar-se no tema curricular do 12.º ano de escolaridade, na disciplina de História “Crises e embates ideológicos e mutações culturais na primeira metade do século XX”, no que diz respeito às transformações das primeiras décadas do século XX?

Estes conteúdos contribuem para relacionar a mudança que se operou na mentalidade da sociedade burguesa de início do século XX com a I Guerra Mundial, com a evolução técnica e com o corte com os cânones clássicos da arte europeia?	3	1	0	75%	25%	0%
--	---	---	---	-----	-----	----

5. Na lista anexa, apresentada a seguir, encontram-se listados todos os relatórios arqueológicos que fazem parte da coleção em estudo. Pedimos uma apreciação/confirmação da relação destes documentos com os programas de História, devendo assinalar sim/não.

N.º	Título	Currículo História	S	N	NR	S	N	NR
3	Acompanhamento arqueológico [...] Praça de Sertório	10.º ano T1	3	0	1	75%	0%	25%
4	Projecto da empreitada [...] Rua Alcárcova de Cima [...]	10.º ano T1	3	0	1	75%	0%	25%
5	Acompanhamento arqueológico das obras de reabilitação do Colégio dos Meninos do Coro da Sé [...]	10.º ano T1 e T3	2	1	1	50%	25%	25%
6	[...] à remodelação da rede de colectores	10.º ano T2 e T3	0	3	1	0%	75%	25%

7	Acompanhamento arqueológico [...] 2ª Fase do programa POLIS - Porta de Alconchel à Porta da Lagoa [...]	10.º ano T1, T2 e T3	3	0	1	75%	0%	25%
8	Classificação do espólio [...] Templo Romano de Évora em 1996	10.º ano T1 e T2	3	0	1	75%	0%	25%
9	Relatório [...] arqueológica na Praça do Giraldo e Rua João de Deus em Évora	10.º ano T1, T2 e T3	3	0	1	75%	0%	25%
10	Relatório de acompanhamento [...] Alcárcova de Cima	10.º ano T1 e T3	3	0	1	75%	0%	25%
11	Projecto da empreitada [...] PROCOM : Rua da Alcárcova de Cima - Évora [...]	10.º ano T1	2	1	1	50%	25%	25%
12	Relatório de acompanhamento [...] Alcárcova de Cima	10.º ano T1	2	1	1	50%	25%	25%
13	Relatório : Praça de Sertório	10.º ano T1	3	0	1	75%	0%	25%
14	Mercado do peixe : Relatório de sondagem arqueológica	10.º ano T2 e T3	2	1	1	50%	25%	25%
15	Intervenção arqueológica [...] Pousada dos Loios [...]	10.º ano T1, T2 e T3	2	1	1	50%	25%	25%
16	Relatório final [...] Travessa dos Beguinos, Travessa da Milheira, R. da Cal Branca	10.º ano T1, T2 e T3	2	1	1	50%	25%	25%
17	Intervenção arqueológica [...] Templo Romano de Évora [...]	10.º ano T1	2	1	1	50%	25%	25%
18	Relatório final de trabalhos arqueológicos [...] Igreja Matriz de S. Manços [...]	10.º ano T3	0	3	1	0%	75%	25%

19	Relatório final de trabalhos arqueológicos [...] Cerca de S. Domingos, Évora	10.º ano T2	0	3	1	0%	75%	25%
20	Trabalhos arqueológicos no Convento de Santa Helena do Monte Calvário, Évora [...]	10.º ano T3	2	1	1	50%	25%	25%
21	Relatório final [...] Convento de Nossa Senhora dos Remédios	10.º ano T3	2	1	1	50%	25%	25%
22	Relatório final [...] Sala do Capítulo do Convento de Nossa Senhora dos Remédios em Évora	10.º ano T3	2	1	1	50%	25%	25%
23	Inventário de materiais [...] Convento de Nossa Senhora dos Remédios em Évora	10.º ano T3	0	3	1	0%	75%	25%
24	[...] Jardim Público e Mata de Évora	10.º ano T1 e T2	1	2	1	25%	50%	25%
25	Relatório final [...] entre a EN 254 e N. Srª de Machede	10.º ano T1	2	1	1	50%	25%	25%
27	Relatório [...] Largo Luís de Camões, Rua J. Elias Garcia e Rua Alcárcova de Baixo	10.º ano T2	2	1	1	50%	25%	25%
28	Relatório preliminar [...] Rua Diogo Cão em Évora	10.º ano T2	2	1	1	50%	25%	25%
31	Relatório final [...] Jardim de Diana : Évora	10.º ano T1	3	0	1	75%	0%	25%
32	Trabalhos arqueológicos na Igreja do Convento de Nossa Senhora dos Remédios [...]	10.º ano T2	3	0	1	75%	0%	25%
33	Informação [...] Porta de Moura e Rua Miguel Bombarda (Évora)	10.º ano T2	1	2	1	25%	50%	25%
48	Conservação da pedra do adro da Igreja de Nossa Senhora do Carmo [...]	10.º ano T3	2	1	1	50%	25%	25%

49	Relatório [...] Praça do Sertório - Rua Vasco da Gama, Évora	10.º ano T2 e T3	2	1	1	50%	25%	25%
51	[...] Fonte e tanque do Rossio de S. Brás de Évora : 2001	10.º ano T2 e T3	3	0	1	75%	0%	25%
54	Realização de acompanhamento arqueológico [...] Rua João de Deus, nº 84-86, em Évora	10.º ano T1	2	1	1	50%	25%	25%
55	Relatório final de trabalhos arqueológicos [...] atelier de arquitectura Évora	10.º ano T3	3	0	1	75%	0%	25%
56	Intervenção arqueológica no Palácio Gouveia : Rua de Burgos, Rua da Alcárcova de Cima [...]	10.º ano T1, T2 e T3	3	0	1	75%	0%	25%
57	Relatório do acompanhamento arqueológico na Rua do Muro, 2 a 6 [...]	10.º ano T2	3	0	1	75%	0%	25%
60	Relatório [...] Palácio da Inquisição - Casas Pintadas e Pátio de São Miguel [...]	10.º ano T2 e T3	3	0	1	75%	0%	25%
61	Rua Cândido dos Reis [...] acompanhamento arqueológico	10.º ano T2 e T3	3	0	1	75%	0%	25%
62	[...] Praça Joaquim António de Aguiar - Évora : 3º relatório	10.º ano T2 e T3	1	2	1	25%	50%	25%
64	[...] Praça Joaquim António de Aguiar, nº 12 a 14 A - Évora : Convento de S. Domingos [...]	10.º ano T2 e T3	1	2	1	25%	50%	25%
65	Relatório final da intervenção arqueológica [...] Rua Romão Ramalho/Travessa do Soares"	10.º ano T3	2	1	1	50%	25%	25%
67	Intervenção arqueológica no Largo D. Miguel de Portugal [...]	10.º ano T2 e T3	3	0	1	75%	0%	25%

68	[...] "remodelação e valorização do Museu de Évora" : Évora - zona B/C	10.º ano T2 e T3	3	0	1	75%	0%	25%
69	Intervenção arqueológica no Largo D. Miguel de Portugal [...]	10.º ano T2 e T3	3	0	1	75%	0%	25%
70	[...] "remodelação e valorização do Museu de Évora" [...]	10.º ano T2 e T3	3	0	1	75%	0%	25%
71	[...] "remodelação e valorização do Museu de Évora" : Évora - zona A	10.º ano T2 e T3	3	0	1	75%	0%	25%
72	[...] "remodelação e valorização do Museu de Évora" [...]	10.º ano T2 e T3	3	0	1	75%	0%	25%
73	[...] Centro Histórico de Évora, 1996 e 1997 : perspectivas de musealização	10.º ano T1, T2 e T3	3	0	1	75%	0%	25%
75	[...] na área do regolfo de Alqueva : Évora : Cerca de Santa Mónica : relatório dos trabalhos [...]	10.º ano T1, T2 e T3	2	1	1	50%	25%	25%
76	Intervenções arqueológicas no Centro Histórico de Évora [...]	10.º ano T2 e T3	0	3	1	0%	75%	25%
77	[...] Ebora Liberalitas Iulia : 2º relatório de progresso (1999)	10.º ano T1	3	0	1	75%	0%	25%
78	Acompanhamento arqueológico na R. Alcárcova de Baixo, 1-3 [...]	10.º ano T1	2	1	1	50%	25%	25%
79	Intervenção arqueológica [...] Travessa das Casas Pintadas [...]	10.º ano T2 e T3	3	0	1	75%	0%	25%
80	Sondagens arqueológicas na Rua de Olivença [...]	10.º ano T1	3	0	1	75%	0%	25%
81	EM 254-1 ao km 11-700, do Pontão do Sobral [...]	10.º ano T2 e T3	3	0	1	75%	0%	25%

82	Relatório de avaliação [...] da 2ª fase da rede de distribuição secundária de gás natural [...]	10.º ano T1, T2 e T3	3	0	1	75%	0%	25%
84	Alterações de traçado [...] E. N. 256 variante à Vendinha e Ponte do Albardão [...]	10.º ano T1, T2 e T3	1	2	1	25%	50%	25%
86	[...] centro de conferências Vasco Vilalva [...]	10.º ano T1 e T3	3	0	1	75%	0%	25%
87	Acompanhamento arqueológico [...] casinha norte : Évora	12.º ano?	1	2	1	25%	50%	25%
89	Relatório [...] Pontão do Sobral : EM 254-1, ao km 11+700	10.º ano T1 T3	3	0	1	75%	0%	25%
90	Intervenção arqueológica [...] no Colégio do Espírito Santo	10.º ano T3	3	0	1	75%	0%	25%
91	Relatório dos trabalhos arqueológicos desenvolvidos no Salão Central Eborense [...]	12.º ano T1	3	0	1	75%	0%	25%
92	Relatório [...] Rua e Largo da Misericórdia e Travessa das Pêras	10.º ano T3	1	2	1	25%	50%	25%

APÊNDICE VII: Proposta de metodologia de ação para a digitalização e divulgação dos recursos identificados



**METODOLOGIA DE AÇÃO PARA A DIGITALIZAÇÃO E
DIVULGAÇÃO DA PARTE DA COLEÇÃO EM ESTUDO
(SUBCLASSES 902 E 903 DA CDU - ARQUEOLOGIA),
NA RBEV: PROPOSTA**

Évora, outubro de 2024

Divisão de Cultura e Património. Núcleo de Documentação

APRESENTAÇÃO

A digitalização é um processo de conversão dos documentos analógicos para o formato digital, através de equipamento adequado, os quais passarão a ser disponibilizados em meio digital, e um documento digitalizado é o representante digital que resulta do procedimento de digitalização do documento físico associado aos seus metadados, os quais permitem identificar, gerir, aceder, usar e preservar a informação contida no objeto digital.

Os procedimentos específicos aqui descritos tem como objetivos:

- 1.º reduzir o manuseio e desgaste dos recursos originais;
- 2.º facilitar o amplo acesso, a recuperação, a disseminação e a pesquisa por meio de redes informatizadas.

1. DIGITALIZAÇÃO E DIVULGAÇÃO DA COLEÇÃO

A metodologia de ação proposta para o processo de digitalização e divulgação dos recursos analógicos é constituída por uma sequência de etapas e procedimentos desde a recolha da documentação física até à sua devolução, para além da identificação, seleção de recursos e prioridades na digitalização de documentos. Contudo, no decurso deste processo, devem observar-se requisitos mínimos, de modo a assegurar a integridade dos documentos.

Requisitos Mínimos

- supervisionar e orientar os trabalhos é responsabilidade do ND da CME;
- manter os originais no suporte em que foram criados, devendo ser adotadas ações para a sua conservação preventiva;
- observar medidas preventivas na preparação e manuseio dos documentos originais;
- adotar medidas que possibilitem a identificação e o controlo do documento nos momentos de recolha para digitalização e respetiva devolução;
- criar uma cópia digital o mais semelhante possível ao documento original;
- gerir os originais de forma a estabelecer uma relação com os representantes digitais, através de metadados;
- incluir o documento digital no AtoM.

1.1. IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS DE INFORMAÇÃO

Levantamento dos recursos impressos e não editados das subclasses 902 e 903 da CDU: arqueologia (Apêndice III).

1.2. SELEÇÃO DAS OBRAS A SEREM DIGITALIZADAS

Após a avaliação/análise da coleção, tendo em conta o estado de conservação, o uso e a relevância pedagógica, seleccionámos 60 documentos (Apêndice X) e estabelecemos prioridades para os digitalizar, tal como indicado na seguinte tabela.

Prioridades na digitalização de acordo com os critérios de seleção		Relatórios identificados pelos n.ºs:
1.º Recursos que apresentem relação com o programa curricular do ensino secundário (História), estado de conservação <i>preservar</i> e com uso efetivo		12 e 14
2.º Recursos que apresentem relação com o programa curricular do ensino secundário (História), estado de conservação <i>razoável</i> e com uso efetivo		13, 21, 31, 51, 56, 64, 68, 70, 71, 73, 89, 90, 91 e 92
3.º Recursos que apresentem estado de conservação <i>preservar</i> e com uso efetivo		74
4.º Recursos que apresentem relação com o programa curricular do ensino secundário (História), estado de conservação <i>bom</i> e com uso efetivo	Recursos mais relevantes	3, 4, 7, 8, 9, 10, 32, 55, 57, 60, 61, 67, 69, 72, 77, 79, 80, 81, 82 e 86
	Recursos relevantes	5, 11, 15, 16, 17, 20, 22, 24, 25, 27, 28, 33, 48, 49, 54, 62, 65, 75, 78, 84 e 87
5.º Recursos que apresentem estado de conservação <i>razoável</i> e com uso efetivo		85
6.º Recursos que apresentem estado de conservação <i>razoável</i>		23

1.3. PROCEDIMENTOS PREPARATÓRIOS DOS DOCUMENTOS PARA DIGITALIZAÇÃO

1.3.1. Recolha dos documentos originais: organizar previamente os documentos originais e atribuir-lhe um código.

1.3.2. Conservação e higienização: aplicar práticas de conservação e higienização dos documentos, como remoção dos elementos plásticos e metálicos (clips e agrafos), da poeira superficial (para estabilizar possíveis processos de degradação) e acondicionar em pastas os recursos que tenham folhas soltas.

1.4. PARÂMETROS TÉCNICOS PARA A DIGITALIZAÇÃO

Considerando a tipologia dos documentos que vão ser digitalizados, documentos textuais impressos, com ou sem ilustrações, devem observar-se os seguintes parâmetros para a digitalização:

Documento original			Documento digitalizado		
Tipo	Conteúdo	Cores	Cor	Resolução mínima	Formato
Textual impresso	sem ilustração	preto e branco	Monocromático (preto e branco)	300 dpi	PDF/A
Textual impresso	com ilustração	preto e branco	Escala de cinza	300 dpi	PDF/A
Textual impresso	com ilustração	cores	RGB (colorido)	300 dpi	PDF/A

Estes parâmetros devem ser obtidos a partir da configuração do *software* que fará a captura da imagem do documento.

1.5. PROCEDIMENTOS PARA A DIGITALIZAÇÃO

As etapas do processo de digitalização correspondem à configuração do equipamento, à captura da imagem e conferência do objeto digital com o objeto original e armazenamento em formato que permita a preservação a longo prazo.

- 1.5.1. Antes de utilizar o *scanner* para digitalizar um documento, dever-se-á configurar o mesmo de acordo com os parâmetros técnicos referidos no ponto 1.4.
- 1.5.2. Realizar a captura de uma imagem TESTE (para garantir a precisão de cores e qualidade da imagem da obra digitalizada). Fazer ajustes de corte, cor e brilho, se necessário.
- 1.5.3. Após a captura da imagem, dever-se-á conferir as imagens capturadas com o objeto original (para garantir que todas as folhas estão digitalizadas e aferir a qualidade de todas as imagens).
- 1.5.4. Atribuir um código ao documento digitalizado, para fazer a correspondência com o documento original, e concluir a digitalização.
- 1.5.5. Gerar um documento PDF/A, não havendo essa opção, dever-se-á gerar no formato PDF. Verificar junto dos serviços informáticos, o procedimento para conversão em PDF/A.
- 1.5.6. Devolver os recursos originais, para serem arrumados e mantidos adequadamente.

1.6. METADADOS

Os metadados, além de permitirem que o objeto digital se mantenha autêntico, fidedigno, íntegro, utilizável e preservável, estão associados às etapas do processo de digitalização. Assim, dever-se-á inserir metadados descritivos (título, assunto e palavras-chave) e metadados técnicos (informações que descrevem os atributos da imagem digital).

1.7. PROCEDIMENTOS PARA A DIVULGAÇÃO

A coleção encontra-se catalogada no Koha, mas esta base de dados foi concebida apenas para catalogar. Deste modo, esta parte da coleção deverá ser catalogada ao nível da coleção, na aplicação AtoM, de acordo com as normas para a descrição normalizada para arquivos permanentes.

- 1.7.1.** Atualizar o registo bibliográfico no catálogo (Koha) e adicionar o código atribuído ao documento digitalizado (correspondência entre o objeto original e o objeto digital que vai ficar alojado no AtoM).
- 1.7.2.** Catalogar a coleção no AtoM, de acordo com as normas para a descrição normalizada para arquivos permanentes, e adicionar o código atribuído ao documento digitalizado.
- 1.7.3.** Disponibilizar no AtoM os objetos digitais em formato PDF/A, nos registos correspondentes.

APÊNDICE VIII: Quadro com a sistematização do processo avaliativo da parte prática do projeto

Objetivos	Objetivo 2 Identificar os documentos não editados das subclasses 902 e 903 da CDU (Arqueologia)	Objetivo 3 Analisar/avaliar a situação dos recursos identificados, no que respeita ao estado de conservação e ao uso efetivo (consulta) dos mesmos	Objetivo 4 Identificar, dentro desta área do saber - Arqueologia, quais são os recursos mais relevantes para os alunos do Ensino Secundário	Objetivo 5 Propor uma metodologia de ação para a digitalização e divulgação dos recursos identificados
Indicadores	Número de documentos que constituem a parte da coleção	Número de documentos que foram analisados/avaliados, no que respeita à conservação e ao uso efetivo	Número de repostas ao inquérito por questionário aos PH e aos PB, sobre os conteúdos da parte da coleção em estudo.	Elaboração de uma proposta de metodologia de ação para a digitalização e divulgação dos recursos identificados
Metas	100% dos documentos que constituem a parte da coleção em estudo sejam identificados	100% dos recursos que constituem a parte da coleção em estudo sejam analisados/avaliados, no que respeita à conservação e ao uso efetivo	80% de respostas ao inquérito por questionário aos PH e aos PB, sobre os conteúdos da parte da coleção em estudo	Proposta de uma metodologia de ação para a digitalização e divulgação dos recursos identificados
Calendarização das atividades do projeto	De dez. 2023 a jan. 2024	De dez. 2023 a fev. 2024	De jan. a out. 2024	nov. 2024
Avaliação de Processo: fevereiro 2024	100% dos documentos foram identificados	100% dos documentos foram analisados/avaliados, no que respeita à conservação e uso da coleção	0% de retorno de respostas ao questionário	0 (zero) proposta de metodologia de ação
Avaliação de Processo: julho 2024	---	---	27,3% de retorno de respostas ao questionário	0 (zero) proposta de metodologia de ação
Avaliação de Resultados: novembro 2024	---	---	36,3% retorno de resposta ao questionário	Uma proposta de metodologia de ação para a digitalização e divulgação dos recursos identificados: concluída

Fonte: a autora (2024)

**APÊNDICE IX: Recursos com conteúdo relevante para os alunos do ES,
na disciplina de História**

N.º	Título	Currículo História
3	Acompanhamento arqueológico [...] Praça de Sertório	10.º ano T1
4	Projecto da empreitada [...] Rua Alcárcova de Cima [...]	10.º ano T1
5	Acompanhamento arqueológico das obras de reabilitação do Colégio dos Meninos do Coro da Sé [...]	10.º ano T1 e T3
7	Acompanhamento arqueológico [...] 2ª Fase do programa POLIS - Porta de Alconchel à Porta da Lagoa [...]	10.º ano T1, T2 e T3
8	Classificação do espólio [...] Templo Romano de Évora em 1996	10.º ano T1 e T2
9	Relatório [...] arqueológica na Praça do Giraldo e Rua João de Deus em Évora	10.º ano T1, T2 e T3
10	Relatório de acompanhamento [...] Alcárcova de Cima	10.º ano T1 e T3
11	Projecto da empreitada [...] PROCOM : Rua da Alcárcova de Cima - Évora [...]	10.º ano T1
12	Relatório de acompanhamento [...] Alcárcova de Cima	10.º ano T1
13	Relatório : Praça de Sertório	10.º ano T1
14	Mercado do peixe : Relatório de sondagem arqueológica	10.º ano T2 e T3
15	Intervenção arqueológica [...] Pousada dos Loios [...]	10.º ano T1, T2 e T3
16	Relatório final [...] Travessa dos Beguinos, Travessa da Milheira, R. da Cal Branca	10.º ano T1, T2 e T3
17	Intervenção arqueológica [...] Templo Romano de Évora [...]	10.º ano T1
20	Trabalhos arqueológicos no Convento de Santa Helena do Monte Calvário, Évora [...]	10.º ano T3
21	Relatório final [...] Convento de Nossa Senhora dos Remédios	10.º ano T3
22	Relatório final [...] Sala do Capítulo do Convento de Nossa Senhora dos Remédios em Évora	10.º ano T3
24	[...] Jardim Público e Mata de Évora	10.º ano T1 e T2
25	Relatório final [...] entre a EN 254 e N. Srª de Machede	10.º ano T1
27	Relatório [...] Largo Luís de Camões, Rua J. Elias Garcia e Rua Alcárcova de Baixo	10.º ano T2
28	Relatório preliminar [...] Rua Diogo Cão em Évora	10.º ano T2
31	Relatório final [...] Jardim de Diana : Évora	10.º ano T1
32	Trabalhos arqueológicos na Igreja do Convento de Nossa Senhora dos Remédios [...]	10.º ano T2
33	Informação [...] Porta de Moura e Rua Miguel Bombarda (Évora)	10.º ano T2
48	Conservação da pedra do adro da Igreja de Nossa Senhora do Carmo [...]	10.º ano T3
49	Relatório [...] Praça do Sertório - Rua Vasco da Gama, Évora	10.º ano T2 e T3
51	[...] Fonte e tanque do Rossio de S. Brás de Évora : 2001	10.º ano T2 e T3
54	Realização de acompanhamento arqueológico [...] Rua João de Deus, nº 84-86, em Évora	10.º ano T1
55	Relatório final de trabalhos arqueológicos [...] atelier de arquitectura Évora	10.º ano T3
56	Intervenção arqueológica no Palácio Gouveia : Rua de Burgos, Rua da Alcárcova de Cima [...]	10.º ano T1, T2 e T3

57	Relatório do acompanhamento arqueológico na Rua do Muro, 2 a 6 [...]	10.º ano T2
60	Relatório [...] Palácio da Inquisição - Casas Pintadas e Pátio de São Miguel [...]	10.º ano T2 e T3
61	Rua Cândido dos Reis [...] acompanhamento arqueológico	10.º ano T2 e T3
62	[...] Praça Joaquim António de Aguiar - Évora : 3º relatório	10.º ano T2 e T3
64	[...] Praça Joaquim António de Aguiar, nº 12 a 14 A - Évora : Convento de S. Domingos [...]	10.º ano T2 e T3
65	Relatório final da intervenção arqueológica [...] Rua Romão Ramalho/Travessa do Soares"	10.º ano T3
67	Intervenção arqueológica no Largo D. Miguel de Portugal [...]	10.º ano T2 e T3
68	[...] "remodelação e valorização do Museu de Évora" : Évora - zona B/C	10.º ano T2 e T3
69	Intervenção arqueológica no Largo D. Miguel de Portugal [...]	10.º ano T2 e T3
70	[...] "remodelação e valorização do Museu de Évora" [...]	10.º ano T2 e T3
71	[...] "remodelação e valorização do Museu de Évora" : Évora - zona A	10.º ano T2 e T3
72	[...] "remodelação e valorização do Museu de Évora" [...]	10.º ano T2 e T3
73	[...] Centro Histórico de Évora, 1996 e 1997 : perspectivas de musealização	10.º ano T1, T2 e T3
75	[...] na área do regolho de Alqueva : Évora : Cerca de Santa Mónica : relatório dos trabalhos [...]	10.º ano T1, T2 e T3
77	[...] Eborá Liberalitas Iulia : 2º relatório de progresso (1999)	10.º ano T1
78	Acompanhamento arqueológico na R. Alcárcova de Baixo, 1-3 [...]	10.º ano T1
79	Intervenção arqueológica [...] Travessa das Casas Pintadas [...]	10.º ano T2 e T3
80	Sondagens arqueológicas na Rua de Olivença [...]	10.º ano T1
81	EM 254-1 ao km 11-700, do Pontão do Sobral [...]	10.º ano T2 e T3
82	Relatório de avaliação [...] da 2ª fase da rede de distribuição secundária de gás natural [...]	10.º ano T1, T2 e T3
84	Alterações de traçado [...] E. N. 256 variante à Vendinha e Ponte do Albardão [...]	10.º ano T1, T2 e T3
86	[...] centro de conferências Vasco Vilalva [...]	10.º ano T1 e T3
87	Acompanhamento arqueológico [...] casinha norte : Évora	12.º ano
89	Relatório [...] Pontão do Sobral : EM 254-1, ao km 11+700	10.º ano T1 e T3
90	Intervenção arqueológica [...] no Colégio do Espírito Santo	10.º ano T3
91	Relatório dos trabalhos arqueológicos desenvolvidos no Salão Central Eborense [...]	12.º ano T1
92	Relatório [...] Rua e Largo da Misericórdia e Travessa das Pêras	10.º ano T3

APÊNDICE X: Recursos seleccionados para digitalização

N.º	Título	CHist.	Conservação			Sem consultas	Consultas	Relação RA. e o CHist.
			R	B	P			
3	Acompanhamento arqueológico [...] Praça de Sertório	10.º ano Tema 1		X			X	X
4	Projecto da empreitada [...] Rua Alcárcova de Cima [...]	10.º ano Tema 1		X			X	X
5	Acompanhamento arqueológico das obras de reabilitação do Colégio dos Meninos do Coro da Sé [...]	10.º ano Tema 1 Tema 3		X			X	X
7	Acompanhamento arqueológico [...] 2ª Fase do programa POLIS - Porta de Alconchel à Porta da Lagoa [...]	10.º ano Tema 1 Tema 2 Tema 3		X			X	X
8	Classificação do espólio [...] Templo Romano de Évora em 1996	10.º ano Tema 1 Tema 2		X			X	X
9	Relatório [...] arqueológica na Praça do Giraldo e Rua João de Deus em Évora	10.º ano Tema 1 Tema 2 Tema 3		X			X	X
10	Relatório de acompanhamento [...] Alcárcova de Cima	10.º ano Tema 1 Tema 3		X			X	X
11	Projecto da empreitada [...] PROCOM : Rua da Alcárcova de Cima - Évora [...]	10.º ano Tema 1		X			X	X
12	Relatório de acompanhamento [...] Alcárcova de Cima	10.º ano Tema 1			X		X	X
13	Relatório : Praça de Sertório	10.º ano Tema 1	X				X	X
14	Mercado do peixe : Relatório de sondagem arqueológica	10.º ano Tema 2 Tema 3			X		X	X
15	Intervenção arqueológica [...] Pousada dos Loios [...]	10.º ano Tema 1 Tema 2 Tema 3		X			X	X
16	Relatório final [...] Travessa dos Beguinos, Travessa da Milheira, R. da Cal Branca	10.º ano Tema 1 Tema 2 Tema 3		X			X	X
17	Intervenção arqueológica [...] Templo Romano de Évora [...]	10.º ano Tema 1		X			X	X

20	Trabalhos arqueológicos no Convento de Santa Helena do Monte Calvário, Évora [...]	10.º ano Tema 3	X		X	X
21	Relatório final [...] Convento de Nossa Senhora dos Remédios	10.º ano Tema 3	X		X	X
22	Relatório final [...] Sala do Capítulo do Convento de Nossa Senhora dos Remédios em Évora	10.º ano Tema 3	X		X	X
23	Inventário de materiais: [...] Senhora dos Remédios em Évora		X	X		
24	[...] Jardim Público e Mata de Évora	10.º ano Tema 1 Tema 2	X		X	X
25	Relatório final [...] entre a EN 254 e N. Sr ^a de Machede	10.º ano Tema 1	X		X	X
27	Relatório [...] Largo Luís de Camões, Rua J. Elias Garcia e Rua Alcárcova de Baixo	10.º ano Tema 2	X		X	X
28	Relatório preliminar [...] Rua Diogo Cão em Évora	10.º ano Tema 2	X		X	X
31	Relatório final [...] Jardim de Diana: Évora	10.º ano Tema 1	X		X	X
32	Trabalhos arqueológicos na Igreja do Convento de Nossa Senhora dos Remédios [...]	10.º ano Tema 2	X		X	X
33	Informação [...] Porta de Moura e Rua Miguel Bombarda (Évora)	10.º ano Tema 2	X		X	X
48	Conservação da pedra do adro da Igreja de Nossa Senhora do Carmo [...]	10.º ano Tema 3	X		X	X
49	Relatório [...] Praça do Sertório - Rua Vasco da Gama, Évora	10.º ano Tema 2 Tema 3	X		X	X
51	[...] Fonte e tanque do Rossio de S. Brás de Évora : 2001	10.º ano Tema 2 Tema 3	X		X	X
54	Realização de acompanhamento arqueológico [...] Rua João de Deus, nº 84-86, em Évora	10.º ano Tema 1	X		X	X
55	Relatório final de trabalhos arqueológicos [...] atelier de arquitetura Évora	10.º ano Tema 3	X		X	X
56	Intervenção arqueológica no Palácio Gouveia : Rua de Burgos, Rua da Alcárcova de Cima [...]	10.º ano Tema 1 Tema 2	X		X	X
57	Relatório do acompanhamento arqueológico na Rua do Muro, 2 a 6 [...]	10.º ano Tema 2	X		X	X
60	Relatório [...] Palácio da Inquisição - Casas Pintadas e Pátio de São Miguel [...]	10.º ano Tema 2 Tema 3	X		X	X

61	Rua Cândido dos Reis [...] acompanhamento arqueológico	10.º ano Tema 2 Tema 3	X	X	X
62	[...] Praça Joaquim António de Aguiar - Évora : 3º relatório	10.º ano Tema 2 Tema 3	X	X	X
64	[...] Praça Joaquim António de Aguiar, nº 12 a 14 A - Évora : Convento de S. Domingos [...]	10.º ano Tema 2 Tema 3	X	X	X
65	Relatório final da intervenção arqueológica [...] Rua Romão Ramalho/Travessa do Soares"	10.º ano Tema 3	X	X	X
67	Intervenção arqueológica no Largo D. Miguel de Portugal [...]	10.º ano Tema 2 Tema 3	X	X	X
68	[...] "remodelação e valorização do Museu de Évora" : Évora - zona B/C	10.º ano Tema 2 Tema 3	X	X	X
69	Intervenção arqueológica no Largo D. Miguel de Portugal [...]	10.º ano Tema 2 Tema 3	X	X	X
70	[...] "remodelação e valorização do Museu de Évora" [...]	10.º ano Tema 2 Tema 3	X	X	X
71	[...] "remodelação e valorização do Museu de Évora" : Évora - zona A	10.º ano Tema 2 Tema 3	X	X	X
72	[...] "remodelação e valorização do Museu de Évora" [...]	10.º ano Tema 2 Tema 3	X	X	X
73	[...] Centro Histórico de Évora, 1996 e 1997 : perspectivas de musealização	10.º ano Tema 1 Tema 2 Tema 3	X	X	X
74	Intervenção [...] "Convento de S. Domingos"		X	X	
75	[...] na área do regolfo de Alqueva : Évora : Cerca de Santa Mónica : relatório dos trabalhos [...]	10.º ano Tema 1 Tema 2 Tema 3	X	X	X
77	[...] Eborá Liberalitas Iulia : 2º relatório de progresso (1999)	10.º ano Tema 1	X	X	X
78	Acompanhamento arqueológico na R. Alcárcova de Baixo, 1-3 [...]	10.º ano Tema 1	X	X	X
79	Intervenção arqueológica [...] Travessa das Casas Pintadas [...]	10.º ano Tema 2 Tema 3	X	X	X

80	Sondagens arqueológicas na Rua de Olivença [...]	10.º ano Tema 1	X	X	X
81	EM 254-1 ao km 11-700, do Pontão do Sobral [...]	10.º ano Tema 2 Tema 3	X	X	X
82	Relatório de avaliação [...] da 2ª fase da rede de distribuição secundária de gás natural [...]	10.º ano Tema 1 Tema 2 Tema 3	X	X	X
84	Alterações de traçado [...] E. N. 256 variante à Vendinha e Ponte do Albardão [...]	10.º ano Tema 1 Tema 2 Tema 3	X	X	X
85	Relatório de prospecção arqueológ. realizada na [...] MARÉ		X	X	
86	[...] centro de conferências Vasco Vilalva [...]	10.º ano Tema 1 Tema 3	X	X	X
87	Acompanhamento arqueológico [...] casinha norte : Évora	12.º ano	X	X	X
89	Relatório [...] Pontão do Sobral : EM 254-1, ao km 11+700	10.º ano Tema 1 Tema 3	X	X	X
90	Intervenção arqueológica [...] no Colégio do Espírito Santo	10.º ano Tema 3	X	X	X
91	Relatório dos trabalhos arqueológicos desenvolvidos no Salão Central Eborense [...]	12.º ano Tema 1	X	X	X
92	Relatório [...] Rua e Largo da Misericórdia e Travessa das Pêras	10.º ano Tema 3	X	X	X

ANEXOS

ANEXO I: RBEV: Protocolo de Cooperação (revisto em março de 2014)

REDE DE BIBLIOTECAS DE ÉVORA

Protocolo de Cooperação

Preâmbulo

1. Entre os Agrupamentos número um (Manuel Ferreira Patrício), dois (Gabriel Pereira/André de Resende), três (Severim de Faria/Santa Clara), quatro (André de Gouveia/Conde de Vilalva), a Universidade de Évora, a Câmara Municipal de Évora e a Biblioteca Pública de Évora é celebrado o Protocolo de Cooperação da Rede de Bibliotecas de Évora (RBEV).
2. A constituição de uma rede concelhia de bibliotecas foi iniciada em 2006 com a constituição do Fórum das Bibliotecas de Évora (FORBEV), sob a égide da Biblioteca Pública de Évora e teve continuidade com o projeto BIBCOM, prémio Ideias com Mérito 2008, atribuído pelo Gabinete da Rede de Bibliotecas Escolares (RBE).
3. Coube a este projeto, com o indispensável apoio da RBE, criar as condições para o lançamento da RBEV e para constituição do Catálogo Coletivo Concelhio de Bibliotecas de Évora.

Considerando a necessidade de regular a relação entre as entidades referidas no ponto um visando a sua participação ativa na RBEV, estabelecem-se, através deste Protocolo, os seguintes princípios e regras:

CAPITULO I

Da Natureza, Objeto e Objetivos da RBEV

Artigo 1º

Natureza

A RBEV define-se como uma estrutura de cooperação aberta à livre participação de todas as bibliotecas do concelho de Évora, visando o desenvolvimento da ligação entre as escolas dos vários níveis de ensino do concelho, o Núcleo de Documentação da Câmara Municipal e a Biblioteca Geral da Universidade de Évora. Esta estrutura procurará otimizar atividades e recursos através de uma parceria efetiva que se concretize na partilha de experiências no âmbito da gestão e dinamização de bibliotecas; numa política coordenada de aquisições e na dinamização do empréstimo interbibliotecas, assente na observância de princípios técnicos (biblioteconómicos e informáticos) uniformizados, através de uma plataforma tecnológica com o seguinte endereço eletrónico www.rbev.uevora.pt.

2

Artigo 2º

Objeto

O presente Protocolo define as normas gerais de organização e de funcionamento da cooperação na RBEV.

Artigo 3º

Objetivos

São objetivos da RBEV:

- a) Criar e dar continuidade à organização e gestão de projetos de intervenção e cooperação na área das bibliotecas;
- b) Promover e estreitar a ligação entre os responsáveis da comunidade educativa local, a Câmara Municipal, a Biblioteca Pública, a Universidade de Évora, os Agrupamentos ou outros parceiros tidos por convenientes na prossecução dos objetivos do Grupo de Trabalho;
- c) Promover a troca de experiências, entre os seus membros, no âmbito da organização, gestão, animação e dinamização das bibliotecas da rede concelhia;
- d) Constituir e manter *on-line* o Catálogo Coletivo Concelhio de Bibliotecas de Évora;
- e) Servir de suporte à educação, à formação, à investigação e à difusão cultural, mediante o desenvolvimento de um Portal Web que efetive o acesso à informação e estimule a produção e difusão das ações desenvolvidas;
- f) Fomentar o empréstimo interbibliotecas e as políticas de aquisição que visem otimizar recursos e promover a leitura e as literacias.

CAPITULO II

Organização e funcionamento da RBEV

Artigo 4º

Dos Órgãos de Direção e Gestão da RBEV

São órgãos de direção e gestão da RBEV:

- a) Assembleia Geral de Cooperantes (AGC);
- b) Equipa Coordenadora (EC).

Artigo 5º

Da Assembleia Geral de Cooperantes – AGC

1. Constituição

A AGC é constituída pelo Vereador com o pelouro da Educação da Câmara Municipal de Évora, pelo Diretor do Serviço de Informática, pelo representante da Biblioteca Geral da Universidade de Évora, pelo Diretor da Biblioteca Pública de Évora, por um responsável do Órgão de Gestão de cada um dos quatro Agrupamentos de Escolas de Évora, pelos Professores Bibliotecários coordenadores das bibliotecas dos agrupamentos de escolas do concelho de Évora, e ainda por outros representantes/responsáveis de entidades com bibliotecas ou centros de documentação que venham a subscrever o Protocolo de adesão à RBEV.

2. Direitos e Deveres

2.1. Os Cooperantes regem-se pelos seguintes deveres e direitos:

- a) Analisar e decidir, sob proposta expressa em modelo a criar pela Equipa de Coordenação, a adesão de novos parceiros à RBEV;
- b) Garantir as condições organizativas, técnicas e logísticas para o bom funcionamento da infraestrutura telemática de ligação à RBEV;
- c) Assegurar o bom desempenho da plataforma tecnológica de suporte às atividades da RBEV e o apoio logístico e técnico (biblioteconómico e informático) a prestar à comunidade de cooperantes;
- d) Cumprir as normas e critérios estabelecidos relativamente ao tratamento documental e outras diretrizes emanadas da equipa de coordenação da RBEV;

- e) Disponibilizar o catálogo atualizado das bibliotecas que representam;
- f) Colaborar com os órgãos de direção e gestão da RBEV na concretização do plano de atividades da mesma;
- g) Introduzir no Projeto Educativo e no Regulamento Interno da Escola ou Agrupamento as alterações julgadas necessárias para dar cumprimento ao estipulado no presente protocolo de cooperação;
- h) Garantir a estabilidade deste Grupo de Trabalho, mediante a criação de um período comum no horário semanal, que permita a realização de reuniões;
- i) Cumprir e fazer cumprir nas respetivas instituições o presente Protocolo de Cooperação e o Regulamento de Empréstimo Interbibliotecas, a anexar a este protocolo e que dele fará parte integrante.

2.2. São direitos dos cooperantes:

- a) Aceder à RBEV de forma livre e gratuita;
- b) Receber apoio técnico (biblioteconómico e/ou informático), nos termos e condições a definir pela equipa de coordenação da RBEV;
- c) Ter acesso, em condições preferenciais, a todas as facilidades de que a RBEV dispõe;
- d) Integrar os órgãos de direção e gestão da RBEV.

Artigo 6º

Funcionamento e Competências da Assembleia Geral de Cooperantes

1. Funcionamento

A AGC reunirá em sessão ordinária duas vezes em cada ano escolar e em sessão extraordinária, sempre que for julgado conveniente ou a pedido de pelo menos metade dos seus membros.

É eleito, de entre os seus membros, um Presidente e um Secretário que assumirão essas funções por um período de dois anos.

A agenda de trabalhos para cada reunião deverá ser enviada pelo Presidente a cada um dos membros da AGC com uma semana de antecedência;

As decisões da AGC, devidamente lavradas em Ata, são tomadas por maioria simples do número de votos dos seus membros; em caso de empate o Presidente tem voto de qualidade.

2. Competências

São competências da AGC:

- a) Salvar a introdução nos normativos das respetivas instituições, dos aspetos julgados necessários para dar cumprimento ao estipulado no presente Protocolo;
- b) Zelar pela manutenção em cada instituição das condições organizativas, técnicas e logísticas para a disponibilização dos catálogos e o bom funcionamento da infraestrutura telemática de ligação à RBEV;
- c) Eleger o presidente e o secretário da mesa da Assembleia Geral;
- d) Aprovar o plano anual de atividades de cooperação apresentado pela EC;
- e) Aprovar um documento técnico que especifique as funções e obrigações das partes na definição e manutenção da RBEV, conforme previsto no artº 7º do presente protocolo;
- f) Delinear estratégias de expansão e desenvolvimento da RBEV, definindo critérios de admissão de novos cooperantes e estabelecendo novas parcerias com instituições e/ou empresas externas à RBEV, que contribuam para a qualificação do seu projeto de ação;
- g) Garantir, na medida do possível, a estabilidade dos elementos que integram a EC, bem como a organização do seu horário semanal, de forma a possibilitar a sua participação nas reuniões ordinárias mensais e/ou extraordinárias.
- h) Pronunciar-se sobre quaisquer outros assuntos de interesse para a RBEV ou outras situações omissas no presente Protocolo de Cooperação;
- i) Delegar na EC as competências executivas e de representação da RBEV;
- j) Aprovar alterações ao presente Protocolo de Cooperação e ao Regulamento de Empréstimo Interbibliotecas que dele faz parte, sempre que necessário.

Artigo 7º

Da Equipa de Coordenação (EC)

1. Constituição

A EC é constituída pelos seguintes elementos: técnico responsável do Núcleo de Documentação da Câmara Municipal, técnico da Biblioteca Geral da Universidade de Évora, técnico do Serviço de Informática da Universidade de Évora; diretor da Biblioteca Pública de Évora; professores bibliotecários coordenadores das bibliotecas dos agrupamentos de escolas do concelho de Évora.

2. Funcionamento

A Equipa de Coordenação reúne ordinariamente uma vez por mês, na última 4ª feira de cada mês, das 14:00 horas às 16:00 horas e, extraordinariamente, sempre que qualquer dos

elementos o solicite com uma antecedência mínima de 48 horas, sendo as decisões tomadas devidamente lavradas em ata.

3. Competências

A EC dispõe dos poderes executivos que lhe foram delegados pela AGC, cabendo-lhe nomeadamente:

- a) Elaborar e submeter à aprovação da AGC, um documento técnico que especifique as funções e obrigações das partes na definição e manutenção da RBEV;
- b) Propor ou aceitar a apresentação de propostas a apoios externos devidamente fundamentados destinados à manutenção da RBEV;
- c) Elaborar e submeter à aprovação da AGC, até ao final do mês de setembro, um plano anual de atividades com o objetivo de consolidar e desenvolver a cooperação na RBEV nos domínios da gestão de informação, da formação, da animação pedagógica e cultural e da promoção da leitura e das literacias;
- d) Monitorizar o cumprimento do plano anual de atividades da RBEV e elaborar o respetivo relatório anual de atividades, a submeter à aprovação da AGC até ao final do mês de julho;
- e) Assegurar a disponibilização, o mais atualizado possível, do catálogo das bibliotecas que representam;
- f) Cumprir as normas e critérios técnicos estabelecidos pelo conjunto da Equipa relativamente ao processamento bibliográfico, de modo a salvaguardar a uniformidade de procedimentos;
- g) Usar adequadamente os sistemas de gestão bibliográfica e de comunicação que suportam a produção dos catálogos e o carregamento dos registos para a RBEV;
- h) Fazer cumprir o Regulamento de Empréstimo Interbibliotecas, a anexar a este Protocolo e que dele fará parte integrante;
- i) Contribuir para a divulgação e promoção das atividades da RBEV, através da disponibilização de conteúdos informativos no Portal da Rede Concelhia de Bibliotecas;
- j) Definir os critérios para o estabelecimento de parcerias com instituições e ou empresas externas à RBEV, que contribuam para a qualificação do seu projeto de ação;
- k) Desenvolver uma prática comum de partilha e apoio mútuo a nível logístico e técnico (biblioteconómico e informático) entre as bibliotecas cooperantes;
- l) Representar a RBEV a nível nacional e internacional.

Artigo 8º

Comunicações

1. As comunicações entre as partes, ao abrigo do presente protocolo, devem ser feitas por escrito, através de correio eletrónico;
2. De todas as reuniões deverão ser elaborados memorandos em formato digital, que deverão ser enviados, via e-mail, para todos os elementos do grupo/Assembleia de Cooperantes. Deles deverá constar a lista de presenças da reunião.

CAPITULO III

Disposições finais

Artigo 9º

1. O presente Protocolo entra em vigor na data da sua assinatura pelas entidades cooperantes envolvidas – Câmara Municipal de Évora, Universidade de Évora, Biblioteca Pública de Évora, Agrupamentos nº 1, 2, 3, 4 de Évora.
2. As alterações a este Protocolo podem decorrer de propostas da EC ou da AGC, por quem têm de ser aprovadas. A sua validade mantém-se, salvo denúncia por qualquer das partes.

Évora, Março de 2014.

Assinaturas dos cooperantes:

**ANEXO II: Autorização para realização do trabalho de projeto no ND da
Câmara Municipal de Évora**

De: DCP- [REDACTED]
Enviada: 19 de outubro de 2023 09:35
Para: DCP- Orlanda Silva [REDACTED]
Assunto: RE: Pedido de autorização para realizar trabalho de projeto, no âmbito do MGIBE

Bom dia Orlanda

Conforme breve conversa de ontem, concordo com a realização do referido trabalho, no contexto das suas funções no Núcleo de Documentação.
Nesse âmbito, estarei disponível para o que considerar necessário.

Com os melhores cumprimentos

[REDACTED]
Chefe de Divisão

E: [REDACTED]



Câmara Municipal de Évora
Divisão de Cultura e Património
T: +351 266 777 000 - F: +351 266 702 950



De: DCP- Orlanda Silva [REDACTED]
Enviada: 16 de agosto de 2023 11:15
Para: DCP- [REDACTED]
Assunto: Pedido de autorização para realizar trabalho de projeto, no âmbito do MGIBE

Bom dia Dr. [REDACTED],

No âmbito do Mestrado em Gestão da Informação e Bibliotecas Escolares, pretendo realizar o trabalho de projeto, intitulado *“Preservação e Divulgação de Coleções do Núcleo de Documentação da Câmara Municipal de Évora na Rede de Bibliotecas de Évora”*, conforme o “anteprojecto” do plano de investigação do trabalho (o projeto final será elaborado e entregue nos serviços da Universidade Aberta até 30 de novembro de 2023), o qual envio para conhecimento, em ficheiro anexo, bem como declaração da Universidade Aberta, comprovativa da frequência deste ciclo de estudos.

Deste modo, gostaria de convidá-lo a participar neste projeto, tal como consta na proposta do plano de investigação, solicitando autorização superior para a realização do mesmo.

Grata pela atenção dispensada a este meu assunto.
Cumprimentos,

Orlanda Silva

Técnica Superior / Biblioteca, Arquivo e Documentação

E: [REDACTED]



Câmara Municipal de Évora
Divisão de Cultura e Património
Núcleo de Documentação
T: +351 266 777 000 - F: +351 266 702 950



**ANEXO III: Solicitação de contactos, dos Agrupamentos de Escolas do
Concelho de Évora, à RBEV**

Cara Orlanda,

Podemos falar por telefone, será mais rápido e eficaz. Deixo o meu contacto: [REDACTED].

A quarta, 24/04/2024, 11:04, DCP- Orlanda Silva [REDACTED] escreveu:

Bom dia, Professora [REDACTED],

No âmbito do Mestrado em Gestão da Informação e Bibliotecas Escolares, pela Universidade Aberta, estamos a realizar o trabalho de projeto intitulado “*Preservação e Divulgação de Coleções: O Contributo do Núcleo de Documentação da Câmara Municipal de Évora na Rede de Bibliotecas de Évora*”.

O tema deste trabalho de projeto prende-se com a preservação e difusão da informação, através da digitalização de documentos textuais impressos para acesso online. Pretende-se com estas ações facilitar a divulgação de parte da coleção do ND da CME na RBEV, de modo a chegar a potenciais utilizadores. Assim, foi identificado o seguinte problema de investigação: considerando a coleção bibliográfica do ND da CME, quais são os documentos que devemos digitalizar, dentro do universo dos recursos não editados das subclasses 902 e 903 da CDU (Arqueologia), tendo em vista a preservação da informação e a divulgação dos mesmos na RBEV, dirigida sobretudo aos alunos do ensino secundário?

O problema identificado levou à definição da pergunta de partida: quais são os critérios que devemos adotar para selecionar recursos, tendo em vista a digitalização de documentos textuais, como estratégia de preservação digital, promover facilidade no acesso e chegar a um público mais vasto? Considerando a pergunta de partida, as questões de investigação que se colocam são: qual é o estado de conservação da coleção?; qual é o uso efetivo da coleção?; e quais são os recursos mais relevantes para os alunos do ensino secundário?

Deste modo, para respondermos à última questão de investigação, *quais são os recursos mais relevantes para os alunos do ensino secundário?*, elaborámos um questionário para inquirir os professores da disciplina de História do ensino secundário e os professores bibliotecários das bibliotecas escolares do ensino secundário, das escolas parceiras da RBEV.

Consideramos, pois, que este trabalho é muito importante para a RBEV. E é neste contexto que estamos a contactar a professora [REDACTED], enquanto Coordenadora da EC da RBEV, solicitando a sua melhor colaboração.

Gostaríamos de saber se é possível realizar este inquérito por questionário, o qual será enviado posteriormente por e-mail, se é necessário obter alguma autorização superior para a realização do mesmo e como é que se vai processar o contacto com os professores. A confirmar-se que sim, gostaríamos de saber quantos são os professores de História e os professores bibliotecários das escolas secundárias parceiras da RBEV.

O questionário é breve, não demora muito tempo a preencher e está garantida a confidencialidade e anonimato dos participantes. A análise e tratamento dos dados recolhidos serão apresentados no Trabalho de Projeto do Mestrado em Gestão da Informação e Bibliotecas Escolares em curso.

Grata pela atenção dispensada a este assunto.

Cumprimentos,

Orlanda Silva

Técnica Superior / Biblioteca, Arquivo e Documentação

E: [REDACTED]



Câmara Municipal de Évora
Divisão de Cultura e Património
Núcleo de Documentação
T: +351 266 777 000 - F: +351 266 702 950

ANEXO IV: Autorização dos Agrupamentos de Escolas do concelho de Évora, parceiros da RBEV, para realizar o inquérito por questionário

De: Direção [REDACTED]

Enviada: 12 de junho de 2024 10:45

Para: DCP- Orlanda Silva [REDACTED]

Assunto: Trabalho de projeto “Preservação e Divulgação de Coleções: O Contributo do Núcleo de Documentação da Câmara Municipal de Évora na Rede de Bibliotecas de Évora”

Cara Dra. Orlanda Silva, bom dia

No âmbito do Trabalho de projeto “Preservação e Divulgação de Coleções: O Contributo do Núcleo de Documentação da Câmara Municipal de Évora na Rede de Bibliotecas de Évora”, em que solicitavam a colaboração [REDACTED] do nosso agrupamento, venho por este meio informar que a [REDACTED] está disponível para participar no estudo, sendo o seu email:

[REDACTED]

Cumprimentos

[REDACTED]

De: Agrupamento de Escolas [REDACTED]

Enviada: 4 de junho de 2024 13:54

Para: DCP- Orlanda Silva [REDACTED]

Assunto: Pedido de autorização para realizar questionário dirigido aos professores de história e aos professores bibliotecários das escolas do ensino secundário parceiras da RBEV, no âmbito do Mestrado em Gestão da Informação e Bibliotecas Escolares

Exma. Senhora
Dra. Orlanda Silva

Em cumprimento do despacho proferido pela Sr.^a Diretora do Agrupamento de Escolas [REDACTED], Évora, sou a informar que está autorizada a realização do questionário.

Professores de História:

[REDACTED]

Professores bibliotecários:

[REDACTED]

Com os melhores cumprimentos

[REDACTED]

A.T.

De: DCP- Orlanda Silva

Enviada: 13 de maio de 2024 14:56

Para: [REDACTED]

Assunto: Pedido de autorização para realizar questionário dirigido aos professores de história e aos professores bibliotecários das escolas do ensino secundário parceiras da RBEV, no âmbito do Mestrado em Gestão da Informação e Bibliotecas Escolares

Exmo(a). Sr(a). Diretor(a) do Agrupamento de Escolas [REDACTED]

Professor(a) [REDACTED]

No âmbito do Mestrado em Gestão da Informação e Bibliotecas Escolares, pela Universidade Aberta, estou a realizar o trabalho de projeto intitulado "*Preservação e Divulgação de Coleções: O Contributo do Núcleo de Documentação da Câmara Municipal de Évora na Rede de Bibliotecas de Évora*".

O tema deste trabalho de projeto prende-se com a preservação e difusão da informação, através da digitalização de documentos textuais impressos para acesso online. Pretende-se com estas ações facilitar a divulgação de parte da coleção do ND da CME na RBEV, de modo a chegar a potenciais utilizadores.

Assim, foi identificado o seguinte problema de investigação: considerando a coleção bibliográfica do ND da CME, quais são os documentos que devemos digitalizar, dentro do universo dos recursos não editados das subclasses 902 e 903 da CDU (Arqueologia), tendo em vista a preservação da informação e a divulgação dos mesmos na RBEV, dirigida sobretudo aos alunos do ensino secundário?

O problema identificado levou à definição da pergunta de partida: quais são os critérios que devemos adotar para selecionar recursos, tendo em vista a digitalização de documentos textuais, como estratégia de preservação digital, promover facilidade no acesso e chegar a um público mais vasto?

Considerando a pergunta de partida, as questões de investigação que se colocam são: qual é o estado de conservação da coleção?; qual é o uso efetivo da coleção?; e quais são os recursos mais relevantes para os alunos do ensino secundário?

Deste modo, para respondermos à última questão de investigação, *quais são os recursos mais relevantes para os alunos do ensino secundário?*, elaborámos um questionário para inquirir os professores da disciplina de História e os professores bibliotecários das bibliotecas escolares, das escolas do ensino secundário e parceiras da RBEV.

Consideramos, pois, que este trabalho é muito importante para a RBEV. Neste contexto, **solicito autorização para realizar o inquérito por questionário**, o qual será enviado por e-mail, **aos professores de História e aos professores bibliotecários das bibliotecas escolares, das escolas secundárias do Agrupamento de Escolas [REDACTED], parceiras da RBEV.**

Caso seja autorizada a realização do inquérito, **solicito ainda o fornecimento dos endereços de e-mail para enviar o inquérito por questionário** aos professores a quem se dirige este questionário.

Salientamos que o questionário é breve, não demora muito tempo a preencher e está garantida a confidencialidade e anonimato dos participantes. A análise e tratamento dos dados recolhidos serão apresentados no Trabalho de Projeto do Mestrado em Gestão da Informação e Bibliotecas Escolares em curso.

Grata pela atenção dispensada a este assunto.

Cumprimentos,

Orlanda Silva

Técnica Superior / Biblioteca, Arquivo e Documentação

E: [REDACTED]



Câmara Municipal de Évora
Divisão de Cultura e Património
Núcleo de Documentação
T: +351 266 777 000 - F: +351 266 702 950

**ANEXO V: Envio do inquérito por questionário aos professores
bibliotecários e aos professores de História das escolas secundárias,
parceiras da RBEV**

De: DCP- Orlanda Silva

Enviada: 4 de junho de 2024 15:29

Para: [REDACTED]

Assunto: Trabalho de projeto “Preservação e Divulgação de Coleções: O Contributo do Núcleo de Documentação da Câmara Municipal de Évora na Rede de Bibliotecas de Évora”: Inquérito

Exma. Senhora

Professora [REDACTED],

No âmbito do Mestrado em Gestão da Informação e Bibliotecas Escolares, pela Universidade Aberta, estou a realizar o trabalho de projeto intitulado “*Preservação e Divulgação de Coleções: O Contributo do Núcleo de Documentação da Câmara Municipal de Évora na Rede de Bibliotecas de Évora*”.

O tema deste trabalho de projeto prende-se com a preservação e difusão da informação, através da digitalização de documentos textuais impressos para acesso online. Pretende-se com estas ações facilitar a divulgação de parte da coleção do ND da CME na RBEV, de modo a chegar a potenciais utilizadores.

Assim, foi identificado o seguinte problema de investigação: considerando a coleção bibliográfica do ND da CME, quais são os documentos que devemos digitalizar, dentro do universo dos recursos não editados das subclasses 902 e 903 da CDU (Arqueologia), tendo em vista a preservação da informação e a divulgação dos mesmos na RBEV, dirigida sobretudo aos alunos do ensino secundário?

O problema identificado levou à definição da pergunta de partida: quais são os critérios que devemos adotar para selecionar recursos, tendo em vista a digitalização de documentos textuais, como estratégia de preservação digital, promover facilidade no acesso e chegar a um público mais vasto?

Considerando a pergunta de partida, as questões de investigação que se colocam são: qual é o estado de conservação da coleção?; qual é o uso efetivo da coleção?; e quais são os recursos mais relevantes para os alunos do ensino secundário?

Deste modo, para responder à última questão de investigação, *quais são os recursos mais relevantes para os alunos do ensino secundário?*, elaborou-se um questionário para inquirir os professores da disciplina de História e os professores bibliotecários das bibliotecas escolares, das escolas do ensino secundário e parceiras da RBEV.

Considero, pois, que este trabalho é muito importante para a RBEV. Assim, após ter obtido autorização para a realização do inquérito, pela Sra. Diretora do Agrupamento de Escolas [REDACTED], Évora, **envio e solicito a sua participação, respondendo ao inquérito em anexo**, devendo devolver o inquérito preenchido, [REDACTED], para o e-mail: [REDACTED].

Saliento que o questionário é breve, não demora muito tempo a preencher e está garantida a confidencialidade e anonimato dos participantes. A análise e tratamento dos dados recolhidos serão apresentados no Trabalho de Projeto do Mestrado em Gestão da Informação e Bibliotecas Escolares em curso.

Grata pela atenção dispensada a este assunto.

Cumprimentos,

Orlanda Silva

Técnica Superior / Biblioteca, Arquivo e Documentação

E: [REDACTED]



Câmara Municipal de Évora

Divisão de Cultura e Património

Núcleo de Documentação

T: +351 266 777 000 - F: +351 266 702 950



Anexo VI: Apelo à participação no inquérito por questionário

De: DCP- Orlanda Silva

Enviada: 10 de outubro de 2024 10:42

Para: [REDACTED]

Assunto: FW: Trabalho de projeto "Preservação e Divulgação de Coleções: O Contributo do Núcleo de Documentação da Câmara Municipal de Évora na Rede de Bibliotecas de Évora": Inquérito

Exma. Senhora

Professora [REDACTED],

Venho por este meio, uma vez mais, apelar à sua participação, através do preenchimento do inquérito em anexo (ver e-mail abaixo). A sua participação é muito importante para a concretização deste projeto, pois pretende-se identificar na área do saber Arqueologia, subclasses 902 e 903 da CDU, quais são os recursos mais relevantes para os alunos do Ensino Secundário. Deste modo, será possível propor uma metodologia de ação para a digitalização e divulgação dos recursos identificados.

Relembro que o questionário é breve, não demora muito tempo a preencher e está garantida a confidencialidade e anonimato dos participantes. A análise e tratamento dos dados recolhidos serão apresentados no Trabalho de Projeto do Mestrado em Gestão da Informação e Bibliotecas Escolares em curso.

Grata pela atenção dispensada a este assunto.

Cumprimentos,

Orlanda Silva

Técnica Superior / Biblioteca, Arquivo e Documentação

E: [REDACTED]



Câmara Municipal de Évora
Divisão de Cultura e Património
Núcleo de Documentação
T: +351 266 777 000 - F: +351 266 702 950



De: DCP- Orlanda Silva

Enviada: 9 de julho de 2024 10:50

Para: [REDACTED]

Assunto: FW: Trabalho de projeto "Preservação e Divulgação de Coleções: O Contributo do Núcleo de Documentação da Câmara Municipal de Évora na Rede de Bibliotecas de Évora": Inquérito

Exma. Senhora

Professora [REDACTED],

Venho por este meio apelar à sua participação, através do preenchimento do inquérito em anexo (ver e-mail abaixo). A participação neste inquérito é muito importante para a concretização deste projeto, pois pretende-se identificar na área do saber Arqueologia, subclasses 902 e 903 da CDU, quais são os recursos mais relevantes para os alunos do Ensino Secundário. Deste modo, será possível propor uma metodologia de ação para a digitalização e divulgação dos recursos identificados.

Relembro que o questionário é breve, não demora muito tempo a preencher e está garantida a confidencialidade e anonimato dos participantes. A análise e tratamento dos dados recolhidos serão apresentados no Trabalho de Projeto do Mestrado em Gestão da Informação e Bibliotecas Escolares em curso.

Grata pela atenção dispensada a este assunto.

Cumprimentos,

Orlanda Silva

Técnica Superior / Biblioteca, Arquivo e Documentação

E: [REDACTED]